



Relatório e Contas
1º Semestre de 2004

30 de Junho de 2004

ÍNDICE

1ª Parte

I – Grupo EDP	3
II – Síntese de Indicadores	4
III – Principais Acontecimentos	6
IV – Organigrama	7
V – Órgãos Sociais da EDP (Triénio 2003-2005)	8
VI – Governo da Sociedade	9
VII – Relatório de Gestão	33
VIII – Análise Financeira.....	38
IX – Perspectivas	49
X – Conselho de Administração.....	52

2ª Parte

XI - Documentos de Prestação de Contas 2004.....	53
XII – Elementos Contabilísticos Exigidos pelo POC.....	98
XIII – Documentos de Apreciação e de Auditoria.....	105

I – GRUPO EDP

A EDP tem como **visão** ser o mais competitivo e eficiente produtor e fornecedor de serviços e soluções energéticas de electricidade e gás na Península Ibérica. A sua **missão** assenta em três pilares fundamentais: criar valor para os seus accionistas, garantir a qualidade de serviço e assegurar a realização profissional dos seus colaboradores.

No desempenho da sua missão, a EDP tem como os seus principais **valores** o *cliente* como a entidade central da actividade do Grupo; a *ambição* de ser a empresa mais competitiva do sector eléctrico à escala Ibérica; a *eficiência* como factor crítico para a criação de valor para os seus clientes, accionistas e colaboradores; a *transparência* na relação informativa com todas as entidades externas e internas ao Grupo; o *rigor* como regra geral de adequação e base de decisão; o respeito pelo *ambiente* e o desenvolvimento de soluções sustentáveis apoiando activamente as comunidades que servimos; o cumprimento dos mais elevados padrões de *ética* em todas e cada uma das nossas acções.

A actividade “core” do Grupo EDP é, actualmente, o negócio eléctrico de produção, distribuição e comercialização de electricidade. A EDP conta com mais de 5,8 milhões de clientes em Portugal, 570 mil em Espanha e 3,0 milhões no Brasil. O parque electroprodutor da EDP é composto por 7.971 MW instalados em Portugal, 2.594 MW em Espanha e 957 MW no Brasil.

No âmbito do cumprimento dos eixos fundamentais da estratégia da EDP, no que se refere à prioridade absoluta de crescimento do Grupo na Península Ibérica e no enfoque em acções que permitam posicionar-se correctamente na convergência entre os negócios de gás e electricidade neste mercado, a HidroCantábrico, mediante a aquisição da Naturcorp em 2003, assumiu-se como o segundo operador de gás do mercado espanhol, alcançando um número total de clientes superior a 500 mil e uma quota equivalente a aproximadamente 10%. Já em 2004, e no contexto da reestruturação do sector energético português, a EDP firmou um acordo com a Eni, S.p.A. e com os restantes accionistas da Galp Energia, no sentido de adquirir a totalidade do capital da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., que se prevê venha a ser detido em 51% pela EDP e em 49% pela Eni. O processo de aquisição actualmente em curso, que permitirá ao Grupo EDP consolidar a sua posição como um operador energético de electricidade e gás à escala Ibérica, encontra-se em apreciação junto da autoridade da concorrência da Comissão Europeia.

II – SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES ECONÓMICO - FINANCEIROS

	milhares de euros		
	1S 2004	1S 2003	Var. %
Grupo EDP Consolidado			
Volume de Negócios	3 531 982	3 345 691	5,6%
EBITDA	986 601	877 706	12,4%
Resultados Operacionais	551 567	406 838	35,6%
Resultado Líquido	274 852	182 044	51,0%
Cash-Flow (1)	709 886	652 912	8,7%
Investimento Operacional	447 064	337 050	32,6%
Activo Líquido	18 790 000	18 071 351	4,0%
Capitais Próprios	5 364 221	5 413 058	(0,9%)
Passivo Financeiro	7 459 932	8 003 063	(6,8%)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (2)	10,3%	6,7%	3,5%
Rentabilidade do Activo (2)	2,9%	2,0%	0,9%
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	139,1%	147,8%	(8,8%)
Activo Líquido / Passivo	140,0%	142,8%	(2,8%)
Resultado por Acção (euros)	0,092	0,061	51,0%
Pay Out Ratio	70,8%	80,5%	(9,7%)
Capitalização Bolsista	6 900 000	5 580 000	23,7%
Produção de Electricidade - Portugal			
Volume de Negócios	714 075	636 219	12,2%
EBITDA	450 831	405 129	11,3%
Resultados Operacionais	328 967	284 003	15,8%
Resultado Líquido	197 937	163 111	21,4%
Investimento Operacional	99 881	79 264	26,0%
Distribuição de Electricidade - Portugal			
Volume de Negócios	1 738 825	1 788 294	(2,8%)
EBITDA	262 094	265 143	(1,2%)
Resultados Operacionais	101 567	50 129	102,6%
Resultado Líquido	26 894	52 096	(48,4%)
Investimento Operacional (3)	122 781	112 746	8,9%
Comercialização de Electricidade - Portugal			
Volume de Negócios	156 271	59 985	160,5%
EBITDA	(1 324)	32 642	(104,1%)
Resultados Operacionais	(3 129)	30 888	(110,1%)
Resultado Líquido	(2 119)	20 651	(110,3%)
Investimento Operacional	1 629	1 748	(6,8%)
Electricidade e Gás em Espanha (100%)			
Volume de Negócios	879 468	700 336	25,6%
EBITDA	192 519	154 714	24,4%
Resultados Operacionais	109 117	83 556	30,6%
Resultado Líquido	10 879	30 380	(64,2%)
Investimento Operacional	126 937	73 463	72,8%
Electricidade no Brasil			
Volume de Negócios	513 457	449 234	14,3%
EBITDA	129 672	86 757	49,5%
Resultados Operacionais	91 821	47 400	93,7%
Resultado Líquido	15 769	29 500	(46,5%)
Investimento Operacional	113 962	66 769	70,7%
Telecomunicações Fixas			
Volume de Negócios	165 818	148 555	11,6%
EBITDA	12 797	(2 503)	-
Resultados Operacionais	(20 753)	(38 385)	45,9%
Resultado Líquido	(53 348)	(64 636)	17,5%
Investimento Operacional	13 541	18 298	(26,0%)
Tecnologias da Informação			
Volume de Negócios	91 024	95 230	(4,4%)
EBITDA	21 607	21 137	2,2%
Resultados Operacionais	6 576	9 513	(30,9%)
Resultado Líquido	(700)	1 466	-
Investimento Operacional	7 344	18 127	(59,5%)

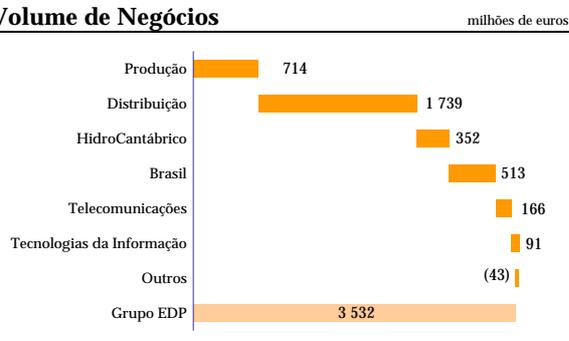
Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para o Investimento Operacional, independentemente da participação do Grupo EDP.

(1) Resultado Líquido + Amortizações + Provisões

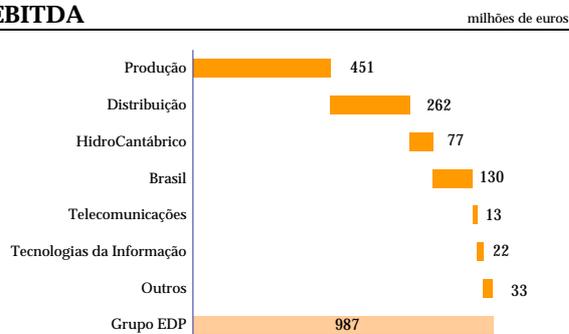
(2) Anualizado

(3) Investimento cash do Grupo líquido de comparticipação dos clientes

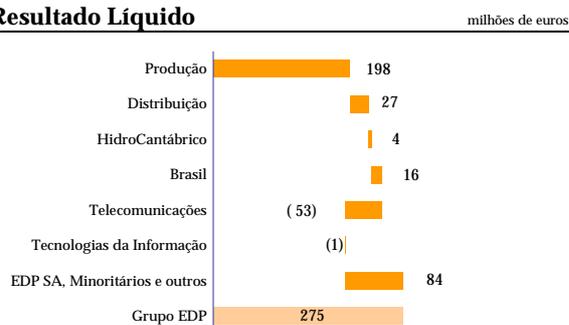
Volume de Negócios



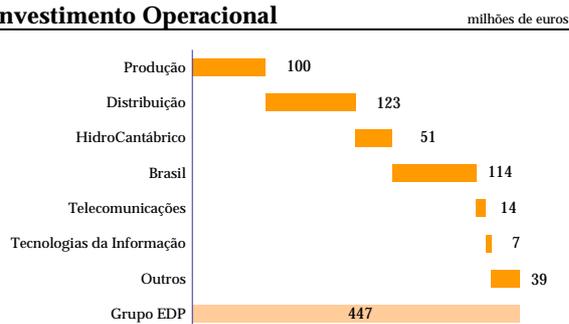
EBITDA



Resultado Líquido



Investimento Operacional

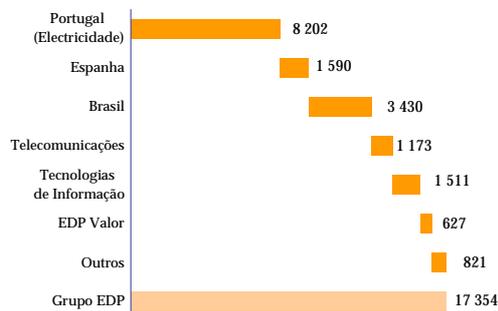


INDICADORES OPERACIONAIS

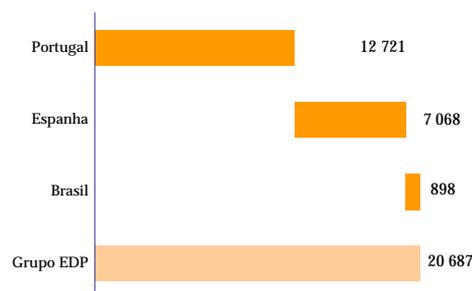
	1S 2004	1S 2003	Var. %
Número de Colaboradores	17 354	18 390	(5,6%)
Portugal - Electricidade	8 202	8 976	(8,6%)
Produção	1 944	2 087	(6,9%)
Renováveis	13	13	-
Distribuição	6 178	6 808	(9,3%)
Comercialização	67	68	(1,5%)
HidroCantábrico	1 590	1 383	15,0%
Electricidade	1 072	1 106	(3,1%)
Gás	298	65	358,5%
Outros	220	212	3,8%
Brasil - Electricidade (Distribuição)	3 430	3 640	(5,8%)
Telecomunicações	1 173	1 362	(13,9%)
Tecnologias da Informação	1 511	1 757	(14,0%)
EDP Valor	627	671	(6,6%)
Outros	821	601	36,6%
Portugal - Electricidade			
Potência Máxima (MW)	7 971	7 655	4,1%
Coefficiente de Hidraulicidade	0,81	1,30	-0,49
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	12 721	15 147	(16,0%)
Distribuição	20 385	19 380	5,2%
Comercialização	2 177	1 026	112,2%
Número de Clientes			
Sistema Eléctrico de Serviço Público	5 773 909	5 688 011	1,5%
Sistema Eléctrico Não Vinculado	1 906	913	108,8%
Clientes SEP/Colaboradores na			
Distribuição	934,6	835,6	11,8%
Vendas Distribuição/Colaboradores na	279,5	261,3	7,0%
Espanha (HidroCantábrico 100%)			
Electricidade			
Potência Máxima (MW)	2 594	2 594	-
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	7 068	6 446	9,7%
Distribuição	4 525	4 188	8,0%
Comercialização	2 220	2 168	2,4%
Número de Clientes			
Distribuição	565 561	555 072	1,9%
Comercialização	3 970	2 614	51,9%
Gás			
Vendas de Gás (GWh)			
Distribuição	12 581	1 080	
Comercialização	5 149	1 493	
Número de Clientes			
Distribuição	552 720	161 961	
Comercialização	1 364	108	
Brasil - Electricidade			
Potência Máxima (MW)	957	957	-
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	898	851	5,5%
Distribuição	10 877	10 447	4,1%
Comercialização	2 334	1 133	106,0%
Número de Clientes	2 951 534	2 878 899	2,5%
Telecomunicações			
Nº clientes de voz activos (milhares)	175	204	(14,1%)
Portugal	90	136	(33,6%)
Espanha	85	68	25,1%
Tráfego de Voz (milhões de minutos)	1 548	1 356	14,1%
Portugal	495	444	11,6%
Espanha	1 053	912	15,4%

Nota: considera-se 100% dos valores apresentados para todas as empresas, independentemente da participação do Grupo EDP.

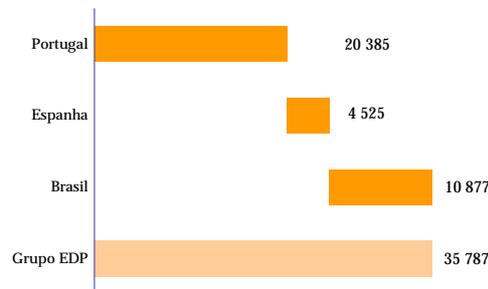
Número de Colaboradores



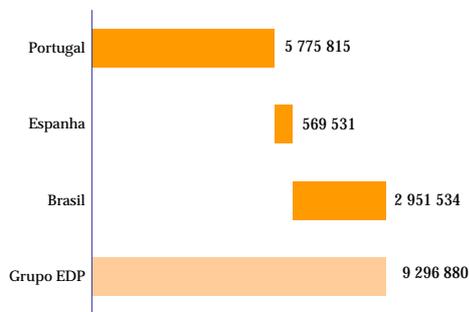
Electricidade Produzida (GWh)



Electricidade Distribuída (GWh)



Número de Clientes de Electricidade



III – PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

20 de Janeiro – Governos de Portugal e Espanha celebram acordo para a constituição do **Mercado Ibérico da Energia Eléctrica**. A EDP encara a integração do sector eléctrico Português e Espanhol como uma oportunidade singular e atractiva de actuação num mercado cuja dimensão é substancialmente superior à do seu mercado tradicional. No entanto, assistiu-se, por um conjunto de circunstâncias jurídicas, mas também negociais, a uma desaceleração deste processo. Efectuadas as primeiras transacções de teste no OMIP – Operador de Mercado Ibérico de Energia (pólo português) a 20 de Abril, o calendário de desenvolvimento do MIBEL estará agora, ao que tudo indica, na agenda da próxima Cimeira Ibérica de dia 1 de Outubro de 2004 em Santiago de Compostela.

17 de Março – Governo português apresenta proposta de **Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂** para o período 2005-2007. No que diz respeito ao sector eléctrico, este plano contempla a atribuição de 21,5 milhões de toneladas de CO₂ por ano, sendo omissa quanto à distribuição de licenças por instalação electroprodutora. A 16 de Julho de 2004, o governo português submeteu à apreciação da Comissão Europeia uma proposta revista do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂. Esta proposta contempla a atribuição de 19,9 milhões de toneladas de CO₂ por ano para o sector eléctrico, das quais 12,8 milhões de toneladas foram alocadas aos centros electroprodutores da EDP. A principal diferença entre o plano inicial e a actual proposta refere-se ao facto dos direitos de emissão iniciais assignados ao segundo grupo da central termoeléctrica do Ribatejo terem sido, no âmbito deste novo plano, transferidos para a reserva de novos entrantes, em linha com a directiva europeia de comércio de emissões. Este plano não prevê um regime hidrológico globalmente seco, o que poderá conduzir à necessidade de aquisição de licenças adicionais no mercado, com impactos sobre os custos do sistema eléctrico nacional.

31 de Março - Realização da **Assembleia Geral** para votação e aprovação de documentos, individuais e consolidados, de prestação de contas do exercício de 2003. Foi aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício (381.108.990,40) apresentada pelo Conselho de Administração – reserva Legal: 19.055.449,52; Dividendos: 270.000.000,00; Resultados Transitados: 92.053.540,88 – que corresponde à distribuição de um dividendo bruto por acção de nove cêntimos.

1 de Abril - Assinatura dos acordos para a **aquisição do controlo da fileira do gás em Portugal**, no contexto da Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2003, de 10 de Maio, do qual resulta:

- A compra e venda da totalidade de capital social da GDP – Gás de Portugal, S.A., assumindo todos os

activos associados ao negócio. A aquisição é concretizada pela EDP, REN e ENI. O valor de referência desta operação será de 1,2 mil milhões de euros (equity value), estimando-se que a dívida seja de cerca de 1,1 mil milhões de euros. Na data de concretização de compra das acções da GDP, cada uma das partes fará um pagamento de 400 milhões de euros à Galp;

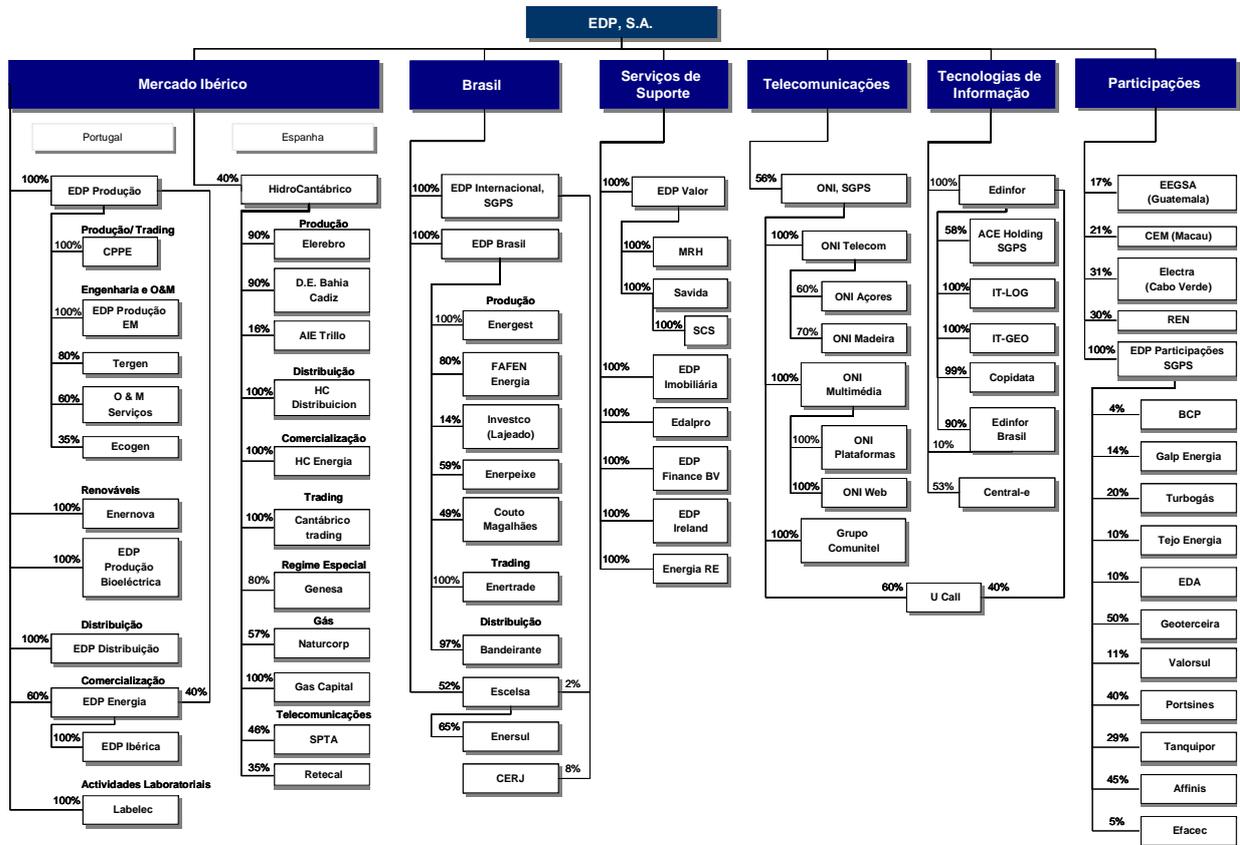
- O acordo entre a EDP, REN e ENI, que regula a forma de governo da GDP durante o período transitório, até à saída da REN desta empresa;
- O acordo parassocial entre a EDP e ENI que regula a gestão conjunta da GDP. Em caso de bloqueio, insuperável, no processo de decisão, a EDP tem o direito de activar a opção de compra sobre a totalidade de participação da ENI na GDP. O não exercício por parte da EDP, permite à ENI uma opção de natureza idêntica;
- O acordo entre a EDP e a Parública, no qual se prevêem os mecanismos de saída da EDP do capital social da Galp mediante a alienação da totalidade das acções detidas pela EDP no capital social da GALP pelo montante de 457 milhões de euros.

29 de Abril - **Nomeação do Eng. António Afonso de Pinto Galvão Lucas e do Eng. Luís Fernando de Mira Amaral**, para o desempenho do cargo de Administrador no mandato do triénio em curso – 2003/2005, no seguimento da renúncia às funções de Vogal do Conselho de Administração apresentadas pelo Dr. António de Almeida e pelo Prof. António José Fernandes de Sousa. O Conselho de Administração deliberou a nomeação do Prof. Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino como presidente da Comissão de Auditoria, órgão que passará a integrar também o Administrador Eng. António Afonso Pinto Galvão Lucas.

Acontecimentos após 30 de Junho de 2004

29 de Julho – A EDP anuncia ao mercado o reforço da sua posição accionista na HidroCantábrico para 95,7%, adquirindo uma participação adicional de 56,2% detida pela EnBW, pela Cajastur e pela Cáser. O preço global a pagar por este aumento de participação será de 1.195 milhões, sendo financiado através de um aumento de capital no valor de 1.200 milhões, reservado a accionistas. Em 10 de Setembro de 2004 a Direcção Geral da Concorrência da Comissão Europeia manifestou publicamente a sua decisão de não oposição quanto a esta operação.

IV – ORGANIGRAMA



V – ORGÃOS SOCIAIS DA EDP (TRIÊNIO 2003-2005)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Manuel Galvão Teles *Presidente*

António Campos Pires Caiado *Vice-Presidente*

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efectivo: **Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC, Lda.**, representada por **Carlos Marques Bernardes, ROC**

Fiscal Único Suplente: **Joaquim Patrício da Silva, ROC**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco de la Fuente Sánchez *Presidente*

João Luís Ramalho de Carvalho Talone

Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Arnaldo Pedro Figueiroa Navarro Machado

Jorge Manuel de Oliveira Godinho

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

José Manuel Trindade Neves Adelino

Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho

António Afonso de Pinto Galvão Lucas

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral

Paulo Azevedo Pereira da Silva

Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins

Luís Fernando de Mira Amaral

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Brisa, representada por **Vasco Maria Guimarães José de Mello**

Parpública, representada por **João Plácido Pires**

Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho
Efectivo

António José Marrachinho Soares
Suplente

VI – GOVERNO DA SOCIEDADE

A EDP – Electricidade de Portugal, S.A. (EDP), enquanto entidade emitente de valores mobiliários que preserva uma relação de elevada transparência com os investidores e os mercados de capitais, tem atribuído especial importância ao acompanhamento da evolução das tendências internacionais e à reflexão acerca dos melhores modelos organizativos e das melhores práticas e orientações de conduta em matéria de governo empresarial.

Por esta razão, a EDP é hoje em dia uma das entidades emitentes com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisboa que apresenta um dos mais altos índices de observância das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades, sendo, além disso, pioneira na adopção de medidas de organização e funcionamento interno destinadas a promover as melhores práticas de governo societário. O presente relatório foi organizado em conformidade com o modelo previsto no Regulamento da CMVM n.º 11/2003, de 2 de Dezembro, apresentando um resumo dos aspectos mais relevantes sobre as práticas ligadas ao governo da EDP.

1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

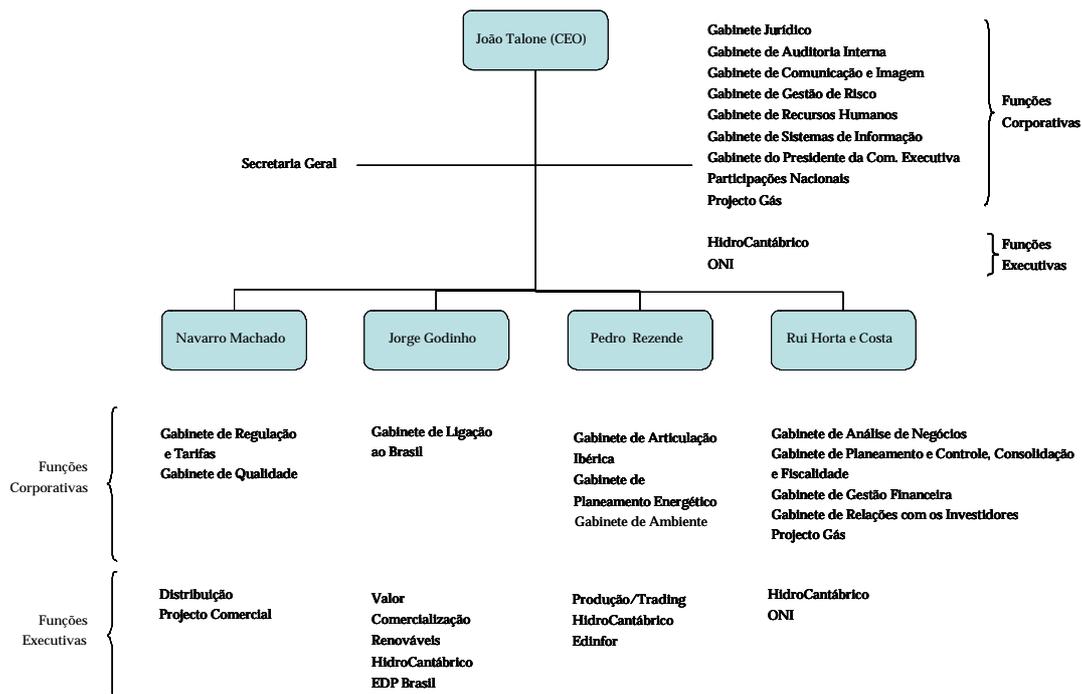
1.1 Estrutura Organizacional do Grupo

Conselho de Administração	
Presidente	Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Comissão Executiva	Eng. João Luís Ramalho de Carvalho Talone (Presidente) Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa Eng. Arnaldo Pedro Figueiróa Navarro Machado Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende
Comissão de Auditoria	Prof. José Manuel Trindade Neves Adelino (Presidente) Prof. Luis Filipe Rolim de Azevedo Coutinho Eng. António Afonso de Pinto Galvão Lucas
Administradores Não Executivos	Dr. José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva Dr. Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins Eng. Luis Fernando de Mira Amaral

Os órgãos de administração e fiscalização da EDP são o Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo este obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas.

O actual Conselho de Administração, eleito na Assembleia Geral de Maio de 2003, procedeu à delegação de competência para a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, composta por cinco membros de acordo com o diagrama abaixo apresentado.

O Conselho de Administração da EDP constituiu ainda uma Comissão de Auditoria, composta por três membros independentes, com a missão de acompanhar de modo permanente a actividade dos auditores externos da empresa e pronunciar-se sobre a



Nota: A Fundação EDP e o Gabinete do Ambiente estão adstritos ao Presidente do Conselho de Administração

sua nomeação ou destituição, observando as suas relações com os diferentes órgãos sociais, bem como de dar parecer sobre os procedimentos internos em matéria de auditoria ou sobre questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela sociedade.

1.2 Estrutura Funcional da *Holding do Grupo EDP*

A EDP tem as suas actividades organizadas em grupo empresarial de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pela Comissão Executiva, que define a estrutura do Grupo e a

repartição de funções entre as diferentes Unidades de Negócio, a Unidade de Serviços Partilhados – a EDP Valor – e a *holding* do Grupo EDP.

A EDP dispõe de uma estrutura central de apoio aos processos de decisão, com competências transversais e que funciona junto da Comissão Executiva.

Esta estrutura de apoio é constituída por um corpo de Directores Gerais e por um Centro Corporativo, organizado em Gabinetes e Áreas de Coordenação.

A actual configuração da estrutura central de apoio aos processos de decisão é a seguinte:

HOLDINGEDP	Conselho de Administração Comissão Executiva	
	Chefe de Gabinete do PCE <i>Eng. Stephan Godinho Lopes Morais</i>	Directores Gerais <i>Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu Dr. António Manuel Pacheco de Castro Eng. António Martins da Costa Dr. João Manuel Manso Neto Eng. Joaquim Armando Ferreira Silva Filipe Eng. Jorge Manuel Ribetirinho Soares Machado Eng. Vasco Manuel de Castro Coucello</i>
	Centro Corporativo	
	Gabinete da Qualidade Gabinete de Ambiente Gabinete de Análise de Negócios Gabinete de Articulação Ibérica Gabinete de Auditoria Interna Gabinete de Comunicação e Imagem Gabinete de Plan. e Controlo, Consolidação e Fiscalidade Gabinete de Gestão de Risco Gabinete de Gestão Financeira Gabinete de Ligação ao Brasil Gabinete de Planeamento Energético Gabinete de Recursos Humanos Gabinete de Regulação e Tarifas Gabinete de Relações com Investidores Gabinete de Sistemas de Informação Gabinete Jurídico Projecto Gás Secretaria-Geral	<i>Dra. Paula Pinto da Fonseca Eng. António Manuel Neves de Carvalho Dr. Carlos Alves Pereira Dr. António Manuel Vaz Pacheco de Castro Eng. Vitor Manuel Silva Leitão Dr. Horácio Manuel Piriquito Casimiro Dr. Miguel Ribeiro Ferreira Eng. António Maria Ramos da Silva Vidigal Dra. Magda Abdool Magid Vakil Eng. Joaquim Pedro de Macedo Santos Eng. António José Silva Coutinho Eng. Eugénio André da Purificação Carvalho Enga. Maria Joana Mano Pinto Simões Dr. Pedro Manuel Carreto Pires João Eng. Luis Pedro Ferraz Flores Dr. António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho Dr. José Manuel Ferrari Bigares Careto Dr. António José Marrachinho Soares</i>

As competências e funções dos vários gabinetes são as seguintes:

O Presidente da Comissão Executiva e os restantes membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração são assessorados **pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Executiva**, que além de secretariar as reuniões semanais da Comissão Executiva, lidera e acompanha projectos de relevância estratégica e financeira e representa a EDP junto de entidades externas.

A missão do **Gabinete da Qualidade (GQL)** é colaborar com as unidades de negócio do Grupo por forma a aumentar a sua rentabilidade, competitividade e quota de mercado nos casos aplicáveis. Para tal, produz informação relevante para apoiar a tomada de decisões, possibilitar uma melhor condução dos processos de melhoria interna e facilitar a concretização de objectivos. Para atingir estes objectivos (i) utiliza como principal metodologia de suporte a elaboração de estudos de mercado, junto dos clientes externos, clientes internos e colaboradores do Grupo, (ii) identifica novas oportunidades de negócio, (iii) assegura acções de formação na área da qualidade e (iv) actua como um consultor interno.

As principais competências do **Gabinete de Ambiente (GAB)** consistem em (i) assessorar o Conselho de Administração em matéria de Ambiente e Sustentabilidade, nomeadamente na definição de políticas e estratégias de actuação corporativa e na definição e supervisão de metas e objectivos, bem como no relacionamento com o Conselho de Ambiente (ii) reportar a actividade desenvolvida pela empresa em matéria de Ambiente, (iii) assegurar a coordenação das actividades de ordem estratégica na *holding* e garantir que a actuação operacional no Grupo se faz em coerência com as orientações do Conselho de Administração e (iv) acompanhar o desenvolvimento das questões ambientais de maior importância para os negócios e propor a adopção de estratégias globais de actuação da empresa.

O **Gabinete de Análise de Negócios (GAN)** tem como missão otimizar o *portfolio* de negócios do Grupo, através de uma análise crítica à luz do desenvolvimento estratégico delineado pelo Conselho de Administração. As principais áreas de actuação são avaliação de projectos, identificação de oportunidades de negócio, análise e execução de operações de compra e venda de activos e de participações sociais, negociação de acordos de parceria, bem como apoio ao Conselho de Administração na tomada de decisões relativas a investimentos e desinvestimentos estratégicos.

O **Gabinete de Articulação Ibérica (GIB)** foi constituído em 2003 com o objectivo de promover o relacionamento com a HidroCantábrico e estendê-lo aos diferentes níveis operativos da empresa e de monitorizar e acompanhar o desenvolvimento de negócios e do *portfolio* de activos no sector da energia em Espanha. Consequentemente, o GIB é a estrutura

responsável por capturar o potencial de criação de valor para a EDP e para a HidroCantábrico através de uma maior articulação e trabalho conjunto ao nível operacional e estratégico.

O **Gabinete de Auditoria Interna (GAI)** tem como principal função apoiar a gestão na concepção, implementação e monitorização de um Sistema de Controlo Interno adequado à prossecução dos objectivos de eficácia e eficiência operacionais estabelecidos, através da realização de auditorias de avaliação estrutural do controlo interno e de verificação do funcionamento efectivo e da eficácia dos controlos instituídos, fornecendo à gestão uma garantia razoável quanto à capacidade daqueles para prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de não conformidades operativas e erros ou omissões materialmente relevantes na informação utilizada para medir o grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos e gerir a organização, articulando a sua actuação com Auditores Externos e Revisores Oficiais de Contas.

O **Gabinete de Comunicação e Imagem Corporativa (GCI)** tem como áreas de actuação a gestão dos contactos com os órgãos de comunicação social, a gestão da marca – sendo o *brand guardian* de todo o Grupo EDP –, a publicidade e gestão de meios, os patrocínios e mecenato, a comunicação interna e organizacional, os media corporativos (sítio, intranet e revistas internas) e as relações institucionais. O GCI centraliza todas as áreas de comunicação do Grupo EDP, incluindo a EDP Brasil.

O **Gabinete de Planeamento e Controlo, Consolidação e Fiscalidade (GCO)** está organizado em quatro áreas de actuação. A primeira é a área de Consolidação, que tem como principal função o reporte contabilístico. A segunda é a área de Planeamento e Controlo, responsável pelo controlo de gestão, controlo orçamental, planeamento, reporte financeiro, elaboração de *balanced scorecards* e revisão dos processos e sistemas de orçamentação. A terceira é a das orientações e normalizações contabilísticas em base “Local GAAP, IFRS/IAS GAAP e US GAAP”, bem como da Contabilidade Ambiental. A quarta área é a da Fiscalidade do Grupo. Assumindo o papel de “cabeça” do Grupo no que respeita a estas competências, o GCO iniciou em 2003 e deverá finalizar em 2004 a implementação, transversal a todo o Grupo, de um sistema integrado de informação contabilístico-financeira e de controlo de gestão.

A missão do **Gabinete de Gestão de Risco (GGR)** consiste na definição, implementação e manutenção de um Sistema de Gestão Integrada de Risco (SGIR) para o Grupo EDP. A utilização do SGIR representa uma fonte de vantagens comparativas para a EDP ao possibilitar a inclusão da dimensão risco nas decisões estratégicas e operacionais do Grupo. Com efeito, às oportunidades que permanentemente se apresentam a um Grupo com a dimensão da EDP, estão associadas incertezas cuja quantificação, através da determinação

do risco que lhes corresponde, constitui um contributo decisivo para a correcta tomada de decisões.

O **Gabinete de Gestão Financeira (GFN)** é responsável pela apresentação de propostas de definição da política de gestão financeira do Grupo, pela observação do respectivo cumprimento e pelo controlo das suas responsabilidades financeiras. As funções do GFN incluem a gestão da carteira de dívida da *holding* e da EDP Finance BV, a gestão de risco de taxa de juro e divisa associada e a gestão centralizada da Tesouraria das empresas do Grupo que actuam no sector eléctrico nacional ou que são detidas em 100%, directa ou indirectamente, pela EDP e a negociação e contratação de financiamento e linhas de crédito. Em paralelo, acompanha as áreas financeiras das empresas participadas. O GFN é ainda o principal interlocutor com os mercados de dívida e bancários e com as agências de *rating*.

O **Gabinete de Ligação ao Brasil (GLB)** foi criado em 2003, tendo em conta a relevância dos investimentos efectuados no sector eléctrico brasileiro. Num período de grandes transformações societárias no Brasil, tem-se revelado de acrescida importância a existência de um Gabinete na EDP com uma visão integrada das áreas mais relevantes e críticas dos negócios neste país. O GLB tem sido, assim, um elemento importante para acompanhar e monitorizar a evolução das operações no Brasil, nas suas diferentes vertentes, nomeadamente estratégica, financeira, operacional e jurídico-organizativa, reforçando também a interacção entre a EDP e as suas participadas naquele país.

O **Gabinete de Planeamento Energético (GPE)** foi constituído em 2003 com o objectivo de apoiar o Grupo com uma visão integrada de todo o *portfólio* e do seu posicionamento presente e futuro no mercado ibérico, perspectivando necessidades e opções de *sourcing* de energia. Neste sentido, o GPE constituiu-se como uma plataforma organizativa de articulação entre as várias áreas de negócio de electricidade e gás do Grupo para a concretização da necessária visão integrada do mercado e da actuação do Grupo EDP.

O **Gabinete de Recursos Humanos (GRH)** tem como missão apoiar o desenvolvimento da organização e das pessoas através da elaboração de políticas e estratégias alinhadas com os objectivos e valores do Grupo. Tem como principais responsabilidades (i) a concepção e desenvolvimento de estratégias, políticas e procedimentos de RH e Prevenção e Segurança no Trabalho, (ii) negociações com parceiros sociais, (iii) o controlo da execução da política de RH, (iv) o desenvolvimento de instrumentos de Gestão das Pessoas, (v) a implementação das políticas de apoio social aos trabalhadores e reformados, (vi) o desenvolvimento de uma cultura de segurança e (vii) a adequação dos sistemas corporativos de RH à regulamentação e legislação aplicáveis e às necessidades de desenvolvimento organizativo.

O **Gabinete de Regulação e Tarifas (GRT)** tem como missão apoiar a Comissão Executiva na tomada de

decisões no âmbito da regulação e no relacionamento com as diversas entidades supervisoras do sector energético. O GRT tem acompanhado o desenvolvimento e a implementação das novas Directivas Europeias da Electricidade e do Gás Natural e estudado os impactos decorrentes da concretização do MIBEL. A liberalização dos sectores energéticos, a par com a regulação dos “monopólios naturais”, consubstancia-se através de alterações profundas ao nível legislativo, regulamentar e organizativo, cujas implicações na rentabilidade das empresas importa estudar, obrigando ao desenvolvimento de modelos económico-financeiros e de estudos tarifários.

Gabinete de Relações com Investidores (ver descrição detalhada secção 1.8)

Ao **Gabinete de Sistemas de Informação (GSI)** compete promover o alinhamento dos Sistemas de Informação do Grupo com os objectivos de negócio e com a evolução da tecnologia, apoiar o Conselho de Administração na definição dos objectivos, políticas e normas na área dos Sistemas e das Tecnologias de Informação e a contratação global de bens e serviços. O GSI tem ainda por missão auxiliar a Comissão Executiva na definição da estratégia de Sistemas e Tecnologias de Informação do Grupo e estabelecer o Plano Director de Sistemas, definir o modelo de arquitectura de sistemas e tecnologia, promover a segurança informática e efectuar o planeamento, orçamento e controlo de gestão dos sistemas e tecnologias de informação.

O **Gabinete Jurídico (GJR)** presta assessoria jurídica directa ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, bem como aos restantes Gabinetes e às diversas Sociedades do Grupo que a solicitem. Acompanha e divulga a evolução legislativa de interesse para os negócios sociais, com especial relevo a que respeita ao sector eléctrico. Colabora na elaboração de estudos e pareceres jurídicos da EURELECTRIC. Desempenha actividade de contencioso, patrocinando a EDP e diversas outras sociedades do Grupo em acções judiciais, de natureza civil, administrativa e fiscal.

O **Projecto de Integração do Negócio do Gás** é responsável pela integração do negócio do gás natural no universo EDP. As suas funções incluem a coordenação das actividades necessárias à entrada no mercado do gás e ao desenvolvimento do negócio que lhe está associado, na perspectiva da maximização das sinergias entre o gás e a electricidade.

A **Secretaria Geral (SG)** assegura o apoio de secretariado e logística à Comissão Executiva e aos órgãos sociais – Assembleia Geral, no Conselho de Administração, na Comissão de Auditoria e Comissão de Remunerações -, tendo também responsabilidades na difusão das decisões do CA e da CE, no apoio ao cumprimento das obrigações de informação e publicações obrigatórias da EDP enquanto sociedade

aberta, e nos aspectos formais do exercício da função accionista da Holding.

1.3 Comissões Específicas criadas na EDP

A EDP, enquanto sociedade com valores mobiliários admitidos à negociação na *New York Stock Exchange*, encontra-se sujeita não só à legislação nacional aplicável, mas igualmente a determinada legislação e regulamentação norte-americana de valores mobiliários, incluindo o *Sarbanes-Oxley Act* de Julho de 2002 e a regulamentação de execução aprovada pela *Securities and Exchange Commission* e pela própria *New York Stock Exchange*.

A referida legislação e regulamentação constituiu o principal guia para as alterações orgânicas ocorridas na EDP durante o ano transacto, de que se destaca a criação de uma Comissão de Auditoria do Conselho de Administração da EDP com funções significativas no domínio da vigilância da preparação da informação financeira e do funcionamento dos sistemas de controlo e de uma Comissão de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação, cuja principal função consiste no controlo do processo interno de certificação encadeada de informação para o efeito de preparação das contas anuais.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria da EDP é uma comissão específica do Conselho de Administração composta por três administradores independentes, à qual foram atribuídas, por delegação do órgão de administração, competências específicas em matéria de supervisão da informação financeira da sociedade e de acompanhamento da actividade do auditor externo, do auditor interno e dos sistemas internos de controlo. Os actuais membros desta comissão são os administradores José Manuel Trindade Neves Adelino (Presidente), Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho e António Afonso de Pinto Galvão Lucas.

Estão atribuídas à Comissão de Auditoria as seguintes funções:

- Supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação dos princípios e normas contabilísticas em vigor, em articulação com a actividade desenvolvida pelo órgão de fiscalização e pelo auditor externo, promovendo e solicitando a troca de informações necessárias para o efeito;
- Analisar a informação financeira trimestral, semestral e anual, elaborando um relatório, sem carácter vinculativo, acerca dessas contas para apreciação pelo Conselho de Administração antes de este proceder à respectiva aprovação e assinatura, podendo esse relatório incluir nomeadamente recomendações ao Conselho de Administração em matéria de prestação de informação aos accionistas;

- Apresentar ao Conselho de Administração uma proposta para designação do auditor externo da sociedade e determinação da respectiva remuneração;
- Acompanhar a actividade e as vicissitudes da relação contratual com o auditor externo, incluindo recomendações no âmbito do relacionamento entre o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou Administradores e o auditor externo em relação à informação financeira, bem como proceder à apreciação da objectividade e independência do auditor externo;
- Verificar a conformidade e adequação das despesas com a auditoria relativamente à sua eficiência, inclusivamente mediante a apresentação de parecer sobre a contratação de serviços, directa ou indirectamente, à entidade que presta os serviços de auditor externo ou a entidades que com ela estejam em relação de grupo ou de rede;
- Discutir com o auditor externo o âmbito e escopo da auditoria, para efeitos de apresentação de recomendações à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração;
- Discutir o conteúdo do relatório de auditoria anual com o auditor externo, nomeadamente no que respeita a eventuais reservas apresentadas, para efeitos de apresentação de recomendações à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração;
- Propor ao Conselho de Administração medidas destinadas a melhorar o funcionamento dos sistemas internos de controlo e a auditoria interna;
- Debater o conteúdo do relatório de controlo interno com o auditor interno; e
- Definir e implementar os procedimentos respeitantes ao recebimento e tratamento de reclamações em matéria contabilística, de controlos contabilísticos internos e de auditoria, bem como de queixas apresentadas por trabalhadores relativamente a práticas contabilísticas ou de auditoria.

Para a prossecução das funções assinaladas, a Comissão de Auditoria pode contratar serviços de consultores independentes e realizar as diligências necessárias juntos dos serviços e das sociedades do Grupo EDP.

Os membros da Comissão de Auditoria são qualificáveis como administradores independentes de acordo com os critérios definidos no artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2003, de 2 de Dezembro. Acresce que, uma vez que a constituição

desta comissão ocorreu em momento anterior à publicação do aludido regulamento da CMVM, a definição de independência dos membros da Comissão de Auditoria teve logo em consideração determinados critérios, tais como a inexistência de qualquer relação laboral ou vínculo contratual com a EDP e respectivas participadas, nem com accionistas com participação igual ou superior a 2% ou entidades em relação de domínio ou de grupo com esses accionistas.

A constituição da Comissão de Auditoria constituiu uma experiência pioneira em matéria de governo empresarial em Portugal, como forma de contribuir para um reforço dos mecanismos internos de controlo através da actuação de membros do órgão de administração que dispõem de efectivas competências de vigilância.

No primeiro semestre de 2004 a Comissão de Auditoria realizou 19 reuniões.

Comissão de Controlo e Procedimentos de Divulgação de Informação (CDI)

A CDI tem a seu cargo três **funções** primordiais:

- Identificar e analisar os factos informativos que devam ser periodicamente tornados públicos pela empresa;
- Participar na revisão da informação prestada periodicamente pela EDP, no âmbito da preparação dos relatórios e outros comunicados ao mercado; e
- Avaliar trimestralmente os mecanismos de controlo e divulgação da informação da EDP.

Assim, esta comissão constitui-se como uma estrutura organizativa responsável pelo acompanhamento e avaliação dos mecanismos de controlo e procedimentos de informação, compreendendo-se no Projecto de Certificação da Informação do Grupo EDP de que fazem igualmente parte um Grupo de Trabalho do Projecto, liderado pelo Gabinete de Auditoria Interna em ligação estreita com a Comissão Executiva, e equipas das áreas de negócio responsáveis pelos procedimentos de controlo de cada sector de actividade.

A composição da CDI integra os responsáveis pelos Gabinetes de Relações com Investidores, Auditoria Interna, Jurídico, Consolidação, Controlo e Gestão Orçamental, Gestão Financeira, Regulação e Tarifas, Recursos Humanos, Ambiente e Assessores do Conselho de Administração com intervenção na preparação de informação, bem como os responsáveis pelas principais áreas de negócio da empresa.

Conselho de Ambiente

O Conselho de Ambiente é um dos mais antigos órgãos funcionais da EDP que goza de previsão estatutária expressa desde 1991.

Encontram-se cometidas ao Conselho de Ambiente determinadas **competências consultivas** junto do Conselho de Administração em matéria ambiental, incluindo a formulação de pareceres e recomendações sobre o impacto ambiental de projectos a promover pelo Grupo EDP.

O Conselho de Ambiente é composto por **cinco personalidades** de reconhecida competência na área da defesa do ambiente, eleitas pela Assembleia Geral, a saber: Eduardo Oliveira Fernandes (Coordenador), Carlos Alberto Pimenta, Gonçalo Ribeiro Teles, Maria Teresa Andresen e Álvaro José Patrício Costa.

1.4 Cumprimento do *Sarbanes-Oxley Act*

A lei *Sarbanes-Oxley*, publicada em Julho de 2002, obriga todas as empresas registadas na *Securities and Exchange Commission* (SEC) à certificação do respectivo relatório anual quanto à totalidade e exactidão da informação nele contida, bem como a divulgar publicamente o resultado da avaliação do controlo interno da informação financeira divulgada para o mercado.

Ciente dos benefícios que a adopção dos princípios e das práticas preconizadas na lei *Sarbanes-Oxley* teriam na transparência das relações da empresa com o mercado, a EDP lançou um projecto com o objectivo de, em tempo oportuno, criar as condições que lhe permitam cumprir cabalmente os requisitos daquela.

Assim, numa primeira fase, o projecto centrou-se no estabelecimento e implementação de procedimentos e controlos de divulgação da informação consistentes com o disposto na secção 302 da referida lei e orientados fundamentalmente para os produtos de reporte obrigatório para o mercado americano.

Actualmente o **projecto tem duas frentes de trabalho:**

- Aperfeiçoamento e agilização dos procedimentos e controlos de divulgação de informação ao mercado estabelecidos na primeira fase e extensão da sua aplicação aos principais produtos de divulgação de informação para o mercado português; e
- Levantamento, documentação, avaliação e correcção de lacunas e fragilidades identificadas no controlo interno dos fluxos de informação relativa a acontecimentos e transacções com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da EDP.

A conclusão destes trabalhos, prevista para finais de 2004, habilitará a EDP a:

- Monitorar mais eficazmente o funcionamento do controlo interno da informação financeira e, conseqüentemente, actuar mais rapidamente no sentido de corrigir lacunas ou fragilidades daquele, potencialmente comprometedoras da qualidade da informação disponibilizada interna e externamente;
- Fundamentar mais objectivamente a avaliação do controlo interno da informação financeira a que nos termos da lei *Sarbanes-Oxley* está obrigada a partir do exercício de 2005.

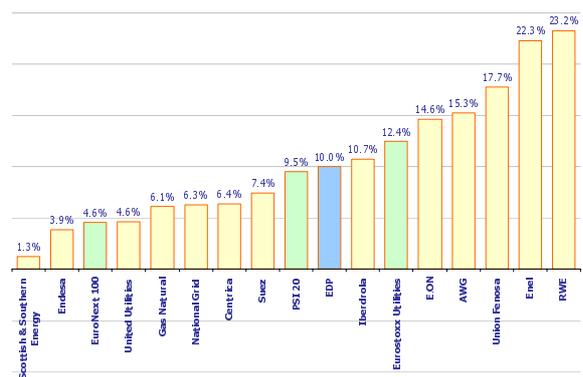
1.5 EDP no Mercado de Capitais

As acções representativas do capital da EDP encontram-se admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa e na New York Stock Exchange, sob a forma de American Depositary Shares (“ADS”), desde 16 de Junho 1997. Adicionalmente, as acções EDP constituem o activo subjacente a contratos de futuros transaccionados na praça de Lisboa.

A EDP está entre as empresas portuguesas com maior peso relativo no índice da Euronext Lisboa, PSI 20, na ordem dos 16%, e é uma das sete empresas portuguesas com representatividade no índice Euronext 100, na ordem dos 0,5%. A acção EDP constitui também, uma referência em vários índices europeus tais como o Dow Jones Eurostoxx Utilities, calculados com base na performance bolsista das principais e mais representativas empresas europeias do sector de Utilities.

No período compreendido entre 31 Dezembro de 2003 e 30 de Junho de 2004, as acções EDP valorizaram-se 10,0%, tendo passado dos 2,09 euros para os 2,30 euros, o que corresponde a um aumento 21 cêntimos por acção. Esta valorização bolsista demonstra que as acções EDP apresentaram uma performance superior em 0,5 pontos percentuais à do índice PSI20 e em 5,5 pontos percentuais à do índice EuroNext100. Apesar de uma performance inferior em 2,4 pontos percentuais em relação ao índice Dow Jones Europe Stoxx Utilities, as acções da EDP apresentaram a sétima melhor performance entre 14 das principais congêneres europeias.

Evolução comparativa da cotação das acções da EDP no 1S2004



A acção EDP é actualmente um dos títulos com maior liquidez do mercado nacional. Durante o primeiro semestre de 2004, foram transaccionadas no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa cerca de 1.205 milhões de acções EDP, o que corresponde a uma média diária de 9 milhões de acções e a cerca de 57% do total de acções EDP admitidas à negociação neste mercado. Em termos de volume de negócios, as acções EDP representaram o equivalente a 17% (2 733 milhões) do volume global de acções transaccionado no mercado regulamentado lisboeta (16 014 milhões).

Factores que influenciaram a evolução da cotação das acções EDP

O primeiro semestre de 2004 foi caracterizado por uma performance positiva dos principais índices bolsistas, com base em alguns sinais de recuperação económica e melhoria da performance financeira das empresas, evidentes no primeiro trimestre de 2004. Ainda assim, incertezas quanto à sustentabilidade do crescimento económico, à evolução das taxas de juro e ao aumento acentuado dos preços do petróleo a partir de Maio, contribuíram para um abrandamento nítido do aumento das cotações que marcou os primeiros meses de 2004.



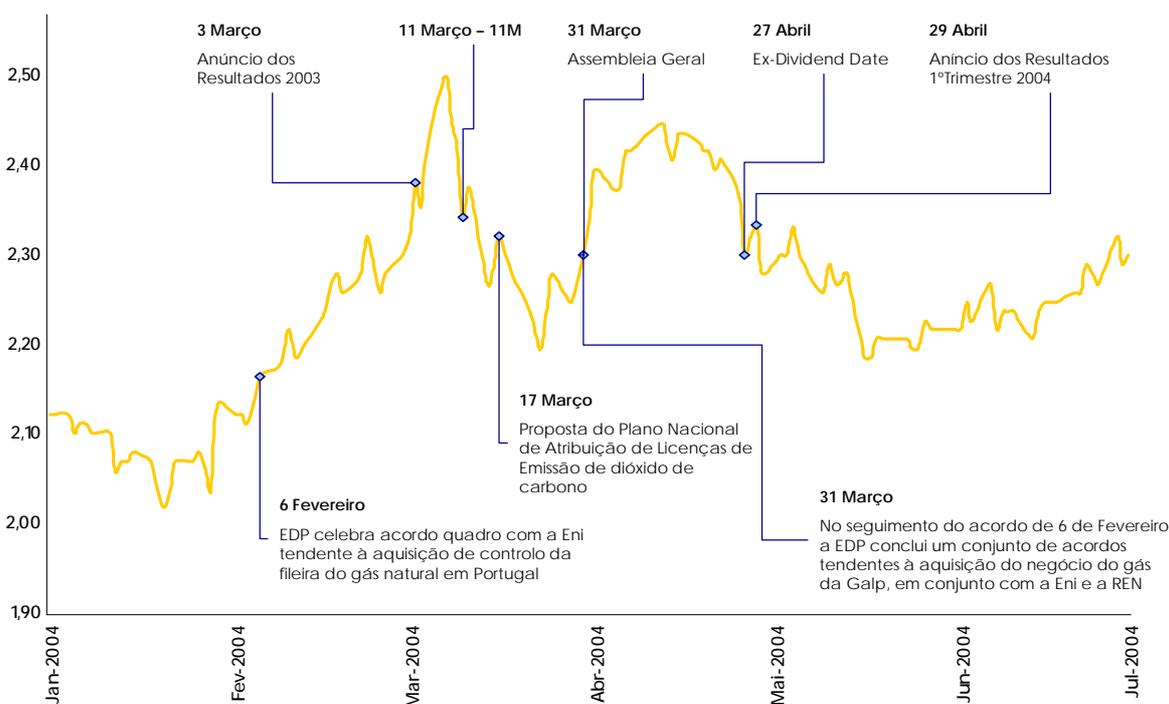
O comportamento da acção EDP durante o primeiro semestre de 2004 foi influenciado, por um lado, pela performance positiva dos mercados mundiais e, por outro, por um conjunto de factores favoráveis ligados à actividade corrente do Grupo EDP, que em conjunto

influenciaram favoravelmente a evolução da cotação do título.

No que respeita aos factores endógenos, a acção EDP incorporou durante o princípio de 2004 os objectivos estratégicos delineados pela Comissão Executiva, para o triénio 2004-2006, apresentados em Dezembro de 2003 em Londres aos analistas financeiros e investidores institucionais. A definição destes objectivos contribuiu positivamente para a melhoria dos preços alvo para a acção EDP, recomendados pelos analistas financeiros durante a primeira metade do ano.

Em Fevereiro, é de salientar o acordo de princípios celebrado com a Eni, S.p.A., no contexto da reestruturação do sector energético português, no qual se estabeleceram as bases de entendimento quanto à junção das fileiras do gás e da electricidade.

Na sequência deste acordo, em Março, a EDP concluiu um conjunto de acordos tendentes à aquisição do negócio do gás da Galp Energia SGPS, S.A., juntamente com a Eni e a REN. Estes acordos descrevem os mecanismos de troca da participação financeira da EDP na Galp Energia, por um controlo estratégico no negócio do gás natural. A conclusão desta transacção e a realização das operações previstas nos aludidos acordos, as quais estão ainda dependentes da aprovação pelas autoridades de concorrência competentes, deverá criar condições que permitam à EDP tornar-se uma empresa de referência no sector de electricidade e gás da Península Ibérica.



Indicadores – Mercado de Capitais

	1S2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997
Acções da EDP na Euronext Lisboa (euros)								
Cotação de início	2.09	1.58	2.43	3.52	3.50	3.79	3.49	3.49
Cotação de fecho	2.30	2.09	1.59	2.44	3.52	3.47	3.75	3.48
Cotação máxima	2.52	2.14	2.50	3.64	4.22	4.36	4.99	4.04
Cotação mínima	2.06	1.38	1.47	2.29	3.10	2.82	3.40	2.64
ADSs da EDP na NYSE (dólares norte americanos)								
Cotação de início	26.59	16.79	22.19	33.50	34.75	45.50	38.38	25.84
Cotação de fecho	28.16	26.37	16.80	21.80	33.88	34.88	44.56	38.75
Cotação máxima	31.15	26.50	22.19	34.31	39.50	50.04	54.50	39.63
Cotação mínima	25.75	15.10	14.56	20.90	25.81	29.00	38.38	25.84
Varição da cotação e de índices de referência								
Acções EDP	10.0%	31.4%	(34.8%)	(30.7%)	1.6%	(7.6%)	7.9%	12.5%
ADSs EDP	6.8%	57.0%	(22.9%)	(35.6%)	(2.9%)	(21.7%)	15.0%	12.3%
PSI20	9.5%	15.8%	(25.6%)	(24.7%)	(13.0%)	8.7%	24.9%	19.5%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	12.4%	10.4%	(27.1%)	(10.5%)	6.9%	(5.0%)	32.4%	18.7%
Euronext 100	4.6%	12.7%	(32.5%)	(19.7%)	-	-	-	-
Rendibilidade total do Accionista								
Varição anual da cotação	0.21	0.50	-0.85	-1.08	0.05	-0.28	0.27	-0.02
Dividendo Bruto por Acção distribuído no período	0.090	0.090	0.113	0.140	0.140	0.140	0.130	-
Rendibilidade total do Accionista	14.4%	37.1%	-30.2%	-26.7%	5.6%	-3.8%	11.6%	-0.4%
Valor de Mercado da EDP								
Capitalização bolsista no final do período (M. euros)	6,900.0	6,270.0	4,770.0	7,320.0	10,560.0	10,398.0	11,250.0	10,431.0
Valores por acção								
Resultado Líquido	0.092	0.127	0.112	0.150	0.183	0.171	0.174	0.155
Dividendo relativo ao resultado do ano	-	0.090	0.090	0.113	0.140	0.140	0.140	0.130
Valor contabilístico	1.788	1.766	1.831	2.032	2.068	2.020	2.042	2.059
Liquidez das acções da EDP nos mercados								
Volume na Euronext Lisboa (M. euros)	2,732.6	2,800.2	2,489.5	3,475.5	4,535.4	3,450.1	4,364.0	2,226.2
Volume médio diário (M. euros)	21.5	11.0	10.1	14.1	18.4	13.9	17.6	16.4
Volume na NYSE (M. dólares)	35.7	40.8	43.1	33.2	73.2	55.4	179.4	301.5

Estrutura Accionista da EDP, S.A.

Participações Qualificadas

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 7º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM (com a redacção dada pelo Regulamento n.º 24/2000 e pelo Regulamento n.º 13/2002) presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas no capital social da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. à data de 30 de Junho de 2004:

Estrutura Accionista da EDP, S.A.

Accionista	Nº. Acções	% Capital	% Voto
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO	568.853.506	18,96%	19,12%
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A.	214.220.570	7,14%	7,20%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	145.236.121	4,84%	4,88%
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	151.635.713	5,05%	5,00%
IBERDROLA	150.000.000	5,00%	5,00%
BRISA - Participações S.G.P.S.	60.002.297	2,00%	2,02%
EDP (Acções próprias)	24.348.668	0,81%	-
Restantes Accionistas	1.685.703.125	56,20%	56,65%
Total	3.000.000.000	100,00%	

Nota: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 12º do Contrato de Sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Imputação de direitos de voto, nos termos do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Participações informadas pelos accionistas

Accionistas	Nº Acções	% Capital	% Voto
Caixa Geral de Depósitos	145.236.121	4,84%	4,88%
Através da Fidelidade-Mundial	1.272.482	0,04%	0,04%
Através da CAIXA BI	600.000	0,02%	0,02%
Sub-Total	147.108.603	4,90%	4,94%
BRISA Participações, S.G.P.S.	60.002.297	2,00%	2,01%
Membros do Conselho de Administração da BRISA Participações, S.G.P.S.	8.085	0,00%	0,00%
Sub-Total	60.010.382	2,00%	2,01%
Banco Comercial Português	151.635.713	5,05%	5,00%
Órgãos de Adm. e Fiscalização do BCP	36.448	0,00%	-
Sociedades do Grupo Seguros e Pensões (contas próprias)	9.279.020	0,31%	-
Órgãos de Adm. e Fiscalização Sociedades do Grupo Seguros e Pensões	12.385	0,00%	-
Fundação Banco Comercial Português	350.000	0,01%	-
Sub-Total	161.313.566	5,38%	5,00%

Nota: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 12º do Contrato de Sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Política de Distribuição de Dividendos

Desde o início da admissão à cotação das acções EDP na Bolsa de Valores de Lisboa (actual Euronext Lisboa), a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos, segundo regras de prudência e de criação de valor para os seus accionistas. Em consonância com essas regras, os valores dos dividendos distribuídos pela EDP, desde 1997, são os seguintes:

Dividendos

Exercício	Data de aprovação	Data de pagamento	Dividendo bruto	Dividendo líquido	
				Residentes	Não resid.
1997 (1)	17-04-98	18-05-98	0,648	0,534	0,534
1998 (1)	11-05-99	28-05-99	0,698	0,620	0,620
1999 (1)	12-05-00	31-05-00	0,698	0,611	0,611
2000 (2)	10-05-01	31-05-01	0,140	0,119	0,119
2001	10-05-02	06-06-02	0,113	0,099	0,093
2002	22-05-03	18-06-03	0,090	0,079	0,074
2003	31-03-04	30-04-04	0,090	0,083	0,079

(1) Valores convertidos de escudos para euros, aproximados à terceira casa decimal. O valor bruto por acção, referenciado na moeda em circulação à data do pagamento do dividendo, foi de 129\$87 em 1997, e 140\$00 em 1998 e 1999.

(2) Após *stock split* em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do *stock split*.

Em relação ao exercício de 2003, o Conselho de Administração da EDP submeteu à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 31 de Março de 2004, uma proposta de aplicação do resultado líquido de 381,1 milhões de euros, dos quais 270,0 milhões de euros se destinavam a distribuição aos accionistas sob a forma de dividendos. A proposta foi aprovada com 99,98% dos votos emitidos naquela Assembleia Geral, tendo sido colocado a pagamento, em 30 de Abril de 2004, um dividendo bruto de 0,09 euros por cada acção.

Os estatutos da sociedade, em conformidade com as disposições legais vigentes, prevêem que os resultados do exercício sejam aplicados, nomeadamente, para:

- Cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- Constituição ou eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas determinadas por lei;
- Constituição ou reforço de outras reservas constituídas por deliberação tomada na Assembleia Geral;
- Distribuição de dividendos a accionistas; e
- Atribuição de gratificação aos administradores e colaboradores, segundo critérios definidos pela Assembleia Geral.

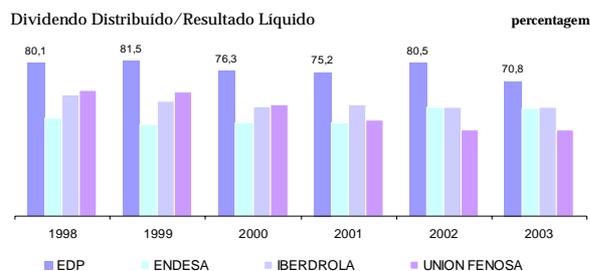
De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, consideram-se resultados distribuíveis sob a forma de dividendos aqueles que resultam após a dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e a dotação de 5% para reforço da reserva legal, até perfazer a quinta parte do capital social e consideradas todas as outras limitações legais e estatutárias aplicáveis.

Dividend Payout e Dividend Yield

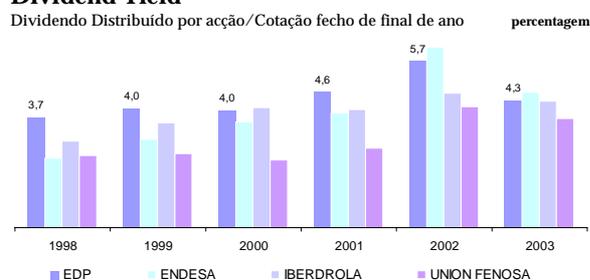
A EDP tem seguido uma política sustentada de distribuição de dividendos que procura conciliar, por um lado, a estrita observância pelas disposições legais e estatutárias relevantes, e, por outro lado, a partilha com todos os seus accionistas de uma parcela relevante do valor criado pelo Grupo em harmonia

com as condições concretas da empresa e do mercado. A prossecução desta política visa permitir a obtenção pelos accionistas de um adequado retorno sobre o seu investimento, sem comprometer a conservação de valor da empresa, conforme fica evidenciado pela comparação com a distribuição de dividendos realizada pelas suas congéneres ibéricas:

Dividend Payout



Dividend Yield



1.6 Planos de Atribuição de Acções ou Opções

Enquadramento

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral da EDP realizada no dia 11 de Maio de 1999, o Grupo EDP implementou dois Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções da EDP, um direccionado a administradores executivos da EDP e outro direccionado aos quadros directivos da empresa e administradores das empresas participadas do Grupo.

No âmbito dos referidos planos, podem ser atribuídas aos órgãos de administração e quadros do Grupo, opções de compra de acções da EDP, a título não oneroso, como forma de reconhecimento do seu desempenho passado ou como estímulo para a sua contribuição futura quanto ao cumprimento dos objectivos do Grupo.

Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da EDP para Administradores Executivos da EDP.

Este plano tem por objecto a atribuição a Administradores Executivos da EDP de opções de compra de acções representativas do capital social da EDP, durante um período de cinco anos, não podendo o número de opções a atribuir, exceder, no seu total e

para o período previsto, as 2 450 000 ¹ opções. A elaboração e administração deste plano constituem uma responsabilidade da Comissão de Vencimentos que, em qualquer momento, poderá proceder à alteração, suspensão ou cessação do mesmo.

Até ao final do primeiro semestre de 2004, o número total de opções atribuídas no âmbito deste plano ascendia a 1 330 000, atribuindo cada opção o direito a adquirir uma acção. Desde a entrada em vigor deste plano, foram canceladas 296 492 opções em virtude do termo dos mandatos dos respectivos beneficiários, não tendo sido exercidas, até ao final de 2003, quaisquer opções. A quantidade de acções necessárias para satisfazer o eventual exercício da totalidade das opções atribuídas até ao final de 2003 é de 1 033 508 e a quantidade de acções necessárias para satisfazer o eventual exercício de opções exercitáveis em 2003 é de 136 525 acções no início do ano e de 561 192 acções no final do período. Na prática, face à cotação actual do título EDP e ao preço de exercício das opções de compra exercitáveis durante o ano de 2003, verifica-se que as opções estão “fora do dinheiro” (*out-of-the-money*), pelo que é de presumir que só venham a ser exercidas quando a cotação seja superior ao preço de exercício, de acordo com a informação constante da seguinte tabela:

Data de atribuição	Nº de Benef.	Nº de opções	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções canceladas
29-Dez-99	5	350 000	3,43	29-Dez-01	29-Dez-04	213 475
31-Dez-01	7	490 000	2,95	31-Dez-03	31-Dez-06	65 333
31-Dez-02	9	490 000	2,00	31-Dez-04	31-Dez-07	17 684

Plano de Opção de Compra de Acções da EDP para Quadros Directivos do Grupo EDP

Este plano tem por objecto a atribuição, ao longo de um período de cinco anos, de opções de compra de acções representativas do capital social da EDP a quadros directivos do Grupo, não podendo o número de opções a atribuir, exceder, no seu total e para o período previsto, as 16 250 000 ² opções. A elaboração e gestão deste plano é da responsabilidade do Conselho de Administração, competindo-lhe decidir sobre os critérios de atribuição de opções e a definição do universo de beneficiários. O Conselho de

¹ Após *stock split*, em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do *stock split* e a deliberação da Assembleia Geral de 10 de Maio de 2000 que aprovou um aumento do número de opções disponíveis para Administradores da Holding por forma a ajustar o plano ao aumento verificado do número de Administradores Executivos da EDP, S.A. de cinco para sete.

² Após *stock split*, em que cada acção foi substituída por cinco acções com o valor nominal igual a um quinto do seu valor antes do *stock split*.

Administração pode, em qualquer momento, proceder à alteração, suspensão ou cessação do respectivo plano.

No final do primeiro semestre de 2004, o número total de opções atribuídas no âmbito deste plano ascendia a 1 936 250 atribuindo cada opção o direito a adquirir uma acção. Desde a entrada em vigor deste plano, foram canceladas 57 500 opções em virtude do termo dos mandatos dos respectivos beneficiários, não tendo sido exercidas, até ao final de 2003, quaisquer opções. A quantidade de acções necessárias para satisfazer o eventual exercício da totalidade das opções atribuídas até ao final de 2003 é de 1 878 750. Na prática, face à cotação actual do título EDP e ao preço de exercício das opções de compra exercitáveis durante o ano de 2003, verifica-se que as opções estão “fora do dinheiro” (*out-of-the-money*), pelo que é de presumir que só venham a ser exercidas quando a cotação seja superior ao preço de exercício, de acordo com a informação constante da seguinte tabela:

Data de atribuição	Nº de Benef.	Nº de opções	Preço de exercício	Data início exercício	Data de caducidade	Nº opções canceladas
29-Dez-99	142	1 936 250	3,43	29-Dez-01	29-Dez-04	57 500

Características gerais dos Planos de Atribuição de Opções para Aquisição de Acções da EDP

Durante o período de vigência dos planos e em caso de alteração do capital social da EDP, poderão ser ajustados os limites máximos de atribuição de opções previstos, bem como o número de opções já concedidas, de modo a que a dimensão dos planos e/ou a posição dos beneficiários das opções concedidas se mantenham, em termos substanciais, idênticas à dimensão e/ou posição que existiam antes da ocorrência desse facto.

O período de vigência ou maturidade do plano corresponde a cinco anos após a data de atribuição das opções. As opções de compra de acções da EDP apenas podem ser exercidas durante um período de três anos, computado a partir do termo de um período de dois anos sobre a data da respectiva atribuição, de forma total ou parcial por parte da população abrangida pelo plano, não estando previstos quaisquer incentivos especiais para o exercício das opções.

O preço de exercício das opções atribuídas em cada ano é o que corresponde à média das cotações de fecho diárias das acções da EDP durante o período anual anterior à data definida para atribuição das opções ponderada pelo volume diário de acções transaccionadas na Euronext Lisboa durante o mesmo período. O preço de exercício é fixado pelo Conselho de Administração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao valor nominal das acções da EDP.

Acresce que o preço de exercício poderá ser corrigido nas situações de: (a) alteração do capital social; (b) distribuição de dividendos e outras reservas aos accionistas que tenham um efeito significativo no

preço das acções da EDP; e (c) ocorrência de outros factos de natureza semelhante que, no livre julgamento do Conselho de Administração da EDP, justifiquem a introdução de correcções a esse preço.

1.7 Negócios entre a sociedade e os Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, titulares de Participações Qualificadas e Sociedades em relação de domínio ou de grupo

A EDP observa estritamente as regras legais em matéria de negócios entre os administradores e a sociedade ou sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com esta.

No primeiro semestre não se concretizaram quaisquer negócios entre os Administradores e a sociedade ou participadas.

Quanto aos contratos de prestação de serviços, compras ou financiamento com accionistas qualificados, o Conselho de Administração determinou que para todas as transacções de valor igual ou superior a um milhão de euros para serviços e fornecimentos e a dez milhões de euros para operações e responsabilidades financeiras, são sempre submetidas à aprovação ou homologação da Comissão Executiva, prestando-se informação à Comissão de Auditoria.

1.8 Estruturas de Apoio aos Investidores

Política de Comunicação da EDP

A EDP, em linha com as boas práticas do governo das sociedades cotadas no que respeita ao direito de acesso dos accionistas à informação sobre a actividade do Grupo, tem a constante preocupação de assegurar que a política de comunicação da empresa e a disseminação de toda a informação de carácter relevante seja efectuada de forma não discriminatória para os diferentes intervenientes no mercado financeiro e que o conteúdo dessa informação seja claro e objectivo.

A política de comunicação da EDP pauta-se pela adopção das recomendações propostas pela CMVM e das melhores práticas de governo societário do mercado nesta matéria, como forma de assegurar a transparência da gestão e a credibilidade da informação veiculada pela EDP e com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, parceiros estratégicos, trabalhadores, clientes, credores e público em geral.

Gabinete de Relações com Investidores da EDP

O Gabinete de Relações com Investidores da EDP, instituído em 1997, na sequência da primeira fase do processo de reprivatização da sociedade, desempenha um papel de relevo para a prossecução desse objectivo, permitindo manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o

vasto universo de accionistas, analistas financeiros e potenciais investidores da EDP, bem como com as bolsas de valores dos mercados onde as acções EDP se encontram admitida à negociação e respectivas entidades reguladoras e de supervisão (a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a *Securities and Exchange Commission*).

A função primordial do Gabinete de Relações com Investidores consiste em actuar como interlocutor entre a Comissão Executiva do Conselho de Administração da EDP e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP, quer no que se refere à divulgação de factos relevantes e outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas. Para o desempenho das suas funções, este gabinete mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações de informação que lhe são dirigidas por estas entidades.

O Gabinete de Relações com Investidores da EDP é coordenado pelo Dr. Pedro Pires João, sendo o representante para as relações com o mercado o Dr. Rui Horta e Costa, membro executivo do Conselho de Administração da empresa. Este Gabinete encontra-se localizado na sede social da EDP na:

Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4º Piso
1250-162 Lisboa
Telefone: +351 21 001 2834
Fax + 351 21 001 2899
Email: ir@edp.pt

Utilização das Novas Tecnologias de Informação para Divulgação de Informação Societária

Para além da existência do Gabinete de Relações com Investidores, e em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a EDP disponibiliza, através da sua página institucional na internet (www.edp.pt), toda a informação de carácter legal ou respeitante ao Governo da Sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outro interessados.

A informação disponibilizada por este meio inclui os relatórios de prestação de contas, os comunicados de factos relevantes, os regulamentos internos e o contrato de sociedade, a estrutura accionista do Grupo, a documentação preparatória de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção EDP, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo. O site da EDP na internet possibilita ainda a todos os interessados

consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

A EDP tem incrementado o recurso ao suporte informático em todos os processos de divulgação de informação, muito para além da sua página institucional na internet. Com efeito, há uma prática consistente de investimento nas tecnologias de informação que visa facilitar quer o acesso, quer a troca de informação entre as empresas do Grupo EDP e os diferentes *stakeholders*, em especial accionistas, analistas financeiros e profissionais da comunicação social.

Neste sentido, a EDP tem promovido e incentivado a utilização do correio electrónico para a recepção e prestação de informação nas relações com a entidade de supervisão e o mercado, bem como de metodologias de teleconferência e videoconferência na interacção com agentes e investidores institucionais.

1.9 Comissão de Vencimentos

As remunerações dos administradores e dos demais membros dos órgãos sociais são fixadas pela Comissão de Vencimentos, composta por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com o Contrato de Sociedade.

Os actuais membros da Comissão de Vencimentos são:

- Brisa, representada por Vasco Maria Guimarães José de Mello;
- Parpública, representada por João Plácido Pires; e
- Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque.

Nenhum dos membros deste órgão exerce funções no Conselho de Administração da EDP, nem é cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao 3.º grau de qualquer administrador da EDP.

A composição da Comissão de Vencimentos respeita os critérios de independência definidos pela CMVM.

Nos termos do contrato de sociedade da EDP, compete à Comissão de Vencimentos fixar as remunerações dos administradores, bem como os eventuais complementos, designadamente os complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, assim como as remunerações dos demais órgãos sociais.

1.10 Auditores

A Comissão de Auditoria reviu o processo de reporte de informação financeira do Grupo em nome do Conselho de Administração. Os órgãos de gestão são responsáveis pela produção e *reporting* das

demonstrações financeiras, assim como pelos sistemas de controlo interno que servem de base à criação das mesmas.

O Gabinete de Auditoria Interna, que reporta ao Presidente da Comissão Executiva é responsável pela verificação da consistência dos sistemas de controlo interno, nomeadamente no que diz respeito à protecção dos activos, à abrangência e rigor da informação operacional e financeira e ao respeito pelas linhas de orientação do Grupo EDP.

Os auditores independentes – PricewaterhouseCoopers – são responsáveis por expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. A Comissão de Auditoria é responsável por acompanhar a realização destas actividades e elaborar recomendações no âmbito do processo de preparação da informação financeira.

Relativamente ao primeiro semestre de 2004 e após a realização dos trabalhos necessários, a PricewaterhouseCoopers emitiu o relatório de Revisão Limitada nos termos previstos na regulamentação da CMVM e de acordo com as práticas internacionais de Auditoria, a respeito das contas individuais e consolidadas.

2 EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

2.1 Regras Estatutárias

De acordo com o contrato de sociedade da EDP, a assistência e participação nas reuniões da Assembleia Geral de Accionistas e a atribuição do direito de voto dependem da titularidade de um mínimo de 100 acções, correspondendo 1 voto a cada 100 acções, sem prejuízo dos direitos de agrupamento e representação, nos seguintes termos:

- Os accionistas possuidores de um número de acções inferior a 100 poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto;
- Como instrumento de representação é suficiente uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

2.2 Legitimação para o Exercício do Direito de Voto

Os accionistas apenas podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior à data da realização da Assembleia e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções é realizada mediante o envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da realização da Assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem esteja cometido o serviço de registo em conta das acções, da qual deverá constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior ao da data da realização da referida assembleia, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a mesma Assembleia Geral terá lugar.

Modos de exercício do direito de voto

Titulares de acções EDP

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção, para a sede social, com, pelo menos, oito dias de antecedência em relação à data da assembleia.

A EDP tem procurado incentivar a participação dos seus accionistas na vida da empresa, nomeadamente através do exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, pelo que consagrou o exercício do voto por correspondência nos respectivos estatutos,

imediatamente após a entrada em vigor do Código dos Valores Mobiliários.

Para permitir este modo de exercício do direito de voto, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória, são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da EDP, com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral. A EDP procede também ao envio por correio, fax ou correio electrónico daquela informação, mediante solicitação dos accionistas.

Titulares de *American Depositary Shares* (ADS's)

Os titulares de direitos representativos de acções ao abrigo de programas de ADS's que se encontram admitidos à cotação na Bolsa de Nova Iorque poderão dar instruções ao respectivo banco depositário para o exercício do direito de voto ou conferir procuração a representante designado pela EDP para o efeito, com respeito pelas disposições legais e estatutárias aplicáveis; o contrato de depósito deverá regular os prazos e modos de exercício das instruções de voto, bem como os casos de ausência de instruções.

Aos detentores de ADS's são conferidos direitos idênticos aos dos titulares de acções ordinárias. Os direitos de voto dos detentores de ADS's são determinados tendo em consideração que um ADS é representativo de dez acções ordinárias da EDP.

Limitação ao Exercício do Direito de Voto

Com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, nenhum accionista pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação.

2.3 Modelo para o Exercício do Direito de Voto por Correspondência

De forma a alargar a utilização e facilitar o exercício de voto por correspondência aos accionistas que pretendam usufruir desta prerrogativa, a EDP disponibiliza na página da internet www.edp.pt ou a quem o requeira pessoalmente, por escrito ou por telefone, minutas-tipo de carta de representação e de boletim de voto para o exercício de voto por correspondência, em conformidade com as regras legais e estatutárias aplicáveis.

2.4 Possibilidade de Exercício do Direito de Voto por Meios Electrónicos

O contrato de sociedade da EDP não exclui a possibilidade de exercício do direito de voto por correspondência mediante mensagem electrónica, desde que se cumpram rigorosamente os formalismos legais e estatutários para participação na Assembleia Geral e desde que seja assegurada a identificação do accionista mediante adequados métodos de certificação.

3 REGRAS SOCIETÁRIAS

Regulamentos Internos

O contrato de sociedade da EDP, que define as principais regras de funcionamento e organização da estrutura orgânica e administrativa da sociedade, constitui um documento para consulta pública, podendo ser disponibilizado a todos aqueles que assim o requeiram ao Gabinete de Relações com Investidores da EDP ou que acedam à página da EDP na internet em www.edp.pt.

Para além do contrato de sociedade da EDP, o Conselho de Administração aprovou determinados regulamentos internos respeitantes ao seu funcionamento e ao funcionamento de comissões deste órgão. Assim, o Regulamento do Conselho de Administração estabelece um conjunto de regras de competência e procedimentais relativas ao funcionamento deste. Por outro lado, as principais regras de funcionamento da Comissão Executiva, constituída por delegação de poderes deliberada em 22 de Maio de 2003, encontram-se estabelecidas no Regulamento da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração da EDP criou ainda uma comissão especializada constituída por três administradores independentes denominada Comissão de Auditoria, tendo em vista implementar as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas e cumprir as normas aplicáveis às sociedades cotadas na *New York Stock Exchange*, decorrentes do *Sarbanes-Oxley Act*, aprovado pelo Senado dos Estados Unidos da América, em Julho de 2002.

Os regulamentos internos do Conselho de Administração e das aludidas comissões encontram-se à disposição dos accionistas para consulta na sede da sociedade ou na página da EDP na internet em www.edp.pt, bem assim como na intranet do Grupo.

Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Embora não existam limitações à transmissibilidade das acções EDP, dado que, nos termos do Código dos Valores Mobiliários, as acções transaccionadas em mercado devem ser livremente transmissíveis, o contrato de sociedade da EDP contém regras relativas à limitação do exercício de direito de voto e o diploma legal que definiu as condições para a 4.ª fase de reprivatização da EDP, realizada em Outubro de 2000, estabelece determinados direitos especiais atribuídos ao Estado Português enquanto accionista da EDP, que são susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição de acções EDP.

Segundo os estatutos da EDP, nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam

5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Acresce que os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação. Para este efeito, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto que, nos termos do Código de Valores Mobiliários, são considerados como integrantes de uma participação qualificada; neste caso, os accionistas têm o dever de prestar ao Conselho de Administração, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito e que estejam relacionados com aquela participação qualificada.

Por outro lado, nos termos do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 141/2000, de 15 de Julho, respeitante à 4ª fase do processo de reprivatização da EDP, enquanto o Estado Português for accionista da EDP, independentemente do número de acções de que seja titular, quer directa, quer indirectamente através de entes públicos, a aprovação das seguintes deliberações depende do respectivo voto favorável:

- Alteração do contrato de sociedade, incluindo aumento do capital social, fusão, cisão e dissolução;
- Celebração de contratos de grupo paritário e de subordinação; e
- Supressão ou limitação do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital.

De igual modo, enquanto o Estado conservar a qualidade de accionista da EDP, dispõe do direito de designar um administrador no caso de votar contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores da EDP. Este direito conferido ao Estado Português prevalece sobre os direitos conferidos aos accionistas minoritários, nos termos do artigo 390º do Código das Sociedades Comerciais.

4 SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DE RISCOS

Criação do Gabinete de Gestão de Risco

No segundo semestre de 2003, a EDP constituiu o Gabinete de Gestão de Risco, cuja missão consiste na definição, implementação e manutenção de um Sistema de Gestão Integrada de Risco (SGIR) para o Grupo EDP.

A utilização do SGIR representa uma fonte de vantagens comparativas para a EDP ao possibilitar a inclusão da dimensão risco nas decisões estratégicas e operacionais do Grupo. Com efeito, às oportunidades que permanentemente se apresentam a um Grupo com a dimensão da EDP, estão associadas incertezas cuja quantificação, através da determinação do risco que lhes corresponde, constitui um contributo decisivo para a correcta tomada de decisões.

A implementação do SGIR será faseada. Durante o ano de 2003 procedeu-se à identificação dos grupos de risco mais significativos a que a EDP está sujeita, tendo-se igualmente dotado o Gabinete de Risco da estrutura e dos recursos humanos iniciais.

Durante o ano de 2004 estabelecer-se-ão as políticas e desenvolver-se-ão as metodologias que vão materializar a função de Risco no interior da EDP. Procurar-se-á adoptar, nestas duas áreas, as melhores práticas existentes e criar uma infra-estrutura que corresponda ao *state-of-the-art* nesta matéria.

Numa primeira fase, implementar-se-ão os sistemas que permitam a Gestão de Limites e Análise de Risco, de forma a caminhar progressivamente para a Alocação de Capital Económico (RAROC) e para a Gestão Activa do *portfolio* da sociedade.

O SGIR exigirá o recurso a metodologias de modelação e agregação de Risco, estando-se, neste momento, a criar as valências necessárias que permitam, nomeadamente, a execução de análises quantitativas, utilizando simulações de Monte Carlo ligadas a análises de Var.

No desempenho das funções, o Gabinete de Gestão de Risco mantém uma relação funcional com as diferentes áreas de negócio da empresa, nas quais os riscos se originam ou se repercutem, de forma a alcançar uma visão agregada do risco no seio do Grupo EDP, tendo em conta as correlações entre as diversas variáveis explicativas do risco.

Controlo de Riscos das Unidades de Negócio

Para além do controlo e gestão consolidada dos riscos de negócio do Grupo, o tratamento e controlo dos riscos de negócio ao nível das diversas unidades de negócio apresenta igualmente uma importância estrutural para a EDP. A este nível, cumpre realçar os seguintes aspectos do controlo de riscos que tem sido mantido pelo Grupo:

- O Gabinete de Auditoria Interna monitoriza o cumprimento dos procedimentos operacionais internos, de acordo com as normas da sociedade;
- O Gabinete de Gestão Financeira gere o risco associado ao mercado financeiro, tendo contratado um conjunto de instrumentos financeiros com o fim de diminuir a exposição ao risco de taxa de juro e de taxa de câmbio. Esta contratação tem sido feita de forma prudente, sendo feita uma avaliação periódica do seu *fair value*;
- A EDP Valor tem vindo a acompanhar a contratação de seguros ao nível do Grupo EDP, por forma a conseguir as soluções mais adequadas para a cobertura dos riscos seguráveis;
- A EDP Produção tem em funcionamento um Conselho de Risco que tem vindo a seguir todos os riscos associados à produção de energia eléctrica, desde a operação e manutenção até às parcerias e ao *outsourcing*, sendo de salientar o conjunto de auditorias realizadas no decorrer de 2003 ao parque de produção de energia eléctrica; e
- A EDP Distribuição, a EDP Energia e a Unidade de *Trading*, em estreita ligação com os gabinetes da EDP, têm vindo a caracterizar os riscos e oportunidades que decorrerão da progressiva liberalização do sector energético.

5 ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

5.1 Caracterização do Órgão de Administração

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes, é actualmente composto por treze administradores, eleitos por maioria dos votos emitidos em Assembleia Geral de Accionistas. O mandato dos Administradores é de três anos, não existindo qualquer restrição quanto à sua reeleição.

Francisco de la Fuente Sánchez *Presidente do Conselho de Administração*

Em 1965 concluiu no Instituto Superior Técnico o Curso de Engenharia Electrotécnica. Em 1969 foi admitido nas Companhias Reunidas Gás e Electricidade e em 1975 foi nomeado para a Comissão Administrativa. A partir de 1977 chefiou o Serviço de Concessões da Zona de Lisboa da EDP e a partir de 1981 chefiou o Órgão de Apoio de Organização da Direcção Operacional da Distribuição Tejo. Em 1985 foi nomeado Director do Centro de Distribuição de Lisboa. Em 1987 exerceu funções de Adjunto do Conselho de Gerência da EDP e em 1988 foi nomeado Director Central Comercial. Foi Director-Geral da Direcção Operacional de Distribuição Tejo até 1994, data em que foi nomeado Administrador da LTE. Em 1997 foi eleito Administrador da EDP, tendo em 2000 sido designado Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Na área internacional, e a partir de 1997, foi Administrador Não Executivo da CERJ, Vice-Presidente Não Executivo da Bandeirante e mais tarde Presidente Não Executivo da CERJ. É Administrador da HidroCantábrico desde 2002. Fora do sector eléctrico foi Administrador Não Executivo da Galp Energia e da BVL. É actualmente Presidente Não Executivo da ONI, Membro do Conselho Superior do BCP, Administrador Não Executivo da Fundação Portugal-África, membro do Conselho Geral da AIP, membro do Conselho Consultivo da APDC, Director da PROFORUM e do Fórum para a Competitividade. É presentemente o representante de Portugal na EURÉLECTRIC. Foi nomeado Personalidade do Ano 2002 pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira.

João Ramalho Talone *Presidente da Comissão Executiva*

Em 1974 concluiu no Instituto Superior Técnico o Curso de Engenharia Civil. Simultaneamente fez o Curso Superior de Management do Instituto Nacional de Investigação Industrial. Em 1984, fez o MBA – Master of Business Administration na Universidade Nova de Lisboa (Wharton School of Pennsylvania), com média final de 18 valores. Em 2002 frequentou o Advanced Management Program da Harvard Business School. Professor Auxiliar convidado da Universidade Nova de Lisboa (1988-1989), área de Negócio Internacional. Foi Presidente do Conselho de Administração de todo o Grupo Segurador do BCP e membro executivo do C.A. do BCP de 1993 a 2002. Em 1994 foi eleito membro do Supervisory Board da Eureko. Foi membro da “Associação de Genève” e

passou a membro do Board desta Associação Seguradora Internacional a partir de 2000. Em 1 de Setembro de 1999 foi nomeado CEO da Eureko, baseado em Paris. Em Agosto de 2002 por deliberação do Conselho de Ministros, foi nomeado Encarregado de Missão junto do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Sr. Ministro da Economia para a extinção da IPE. Em Janeiro de 2003 por deliberação do Conselho de Ministros foi-lhe cometida a tarefa de repensar a estratégia empresarial do sector Energético Nacional. Em Abril 2003 foi eleito Vice-Presidente do Conselho de Administração da Lusotur.

Arnaldo Navarro Machado *Membro da Comissão Executiva*

Tem o Curso de Engenharia Naval pela Universidade de Stracholyde, Glasgow. Foi Presidente da Comissão Executiva da Sociedade Central de Cervejas, da Internal (1992-1998), da CPPE (1994-1997) e da MRH (1997-1998). Foi Vogal dos Conselhos de Administração da HLC, da CERJ (1996-1998), da Investco (1998) e da OPTEP (1997-1998), bem como da Turbogás (1995-1998) e da EDP (1991-1992). Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da EDP de 1992 a 1998. No seu currículo surgem ainda experiências como Vogal do Conselho de Gerência da Sociedade Central de Cervejas (1988-1991), Presidente do Conselho de Administração da Sociedade da Água de Luso (Janeiro de 1990) e Vogal do Conselho de Administração da Setenave (1984-1988).

Jorge de Oliveira Godinho *Membro da Comissão Executiva*

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, realizou o MBA pela Universidade Nova de Lisboa. Foi, até 2003, Presidente da Comissão Executiva da EDINFOR e do Conselho de Administração da ACE. Desempenhou funções governativas nos X e XI Governos Constitucionais como Secretário de Estado das Pescas (1985-1990). Como Presidente do Conselho de Administração da Portucel e Portucel Industrial, entre 1990 e 1998, conduziu a reestruturação da empresa e iniciou a sua privatização. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração da Docapesca, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa e Membro da Administração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Junta Nacional da Investigação Científica e Tecnológica, Fórum para a Competitividade, Efacec e do Fundo para a Internacionalização da Economia Portuguesa. Em representação da EDP foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Optimus (1998-2000) e Administrador da OPTEP. Lecionou no IST como Assistente e Regente. Entre 1978 e 1982 foi Dirigente Sindical da EDP e Membro da Comissão Inter Sindical da EDP.

José Morais Cabral *Vogal, Não Executivo*

Licenciou-se em Economia pelo ISCEF. Exerce actualmente o cargo de Administrador nas empresas Soponata, Soimper, Efacec Capital e José de Mello Participações II. É gerente da José de Mello Serviços. Iniciou a carreira, em 1968, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, como Técnico Auxiliar na

área de Planeamento Regional. Em 1970, ingressa na Metal Portuguesa com o cargo de Controller e Director Financeiro, em 1980 torna-se Administrador para a área financeira. Assume o cargo de Administrador e Presidente da Air Atlantis em 1989. Administrador do IPE e da Celbi entre 1992-1994 e 1993-1995, respectivamente. É nomeado, em 1994, Assessor do Conselho de Administração do Banco de Fomento e Presidente do Fórum do Mar em 1995. No final de 1995 assume a função de Administrador Cooptado da Lisnave, exercendo o cargo de Presidente da Comissão Executiva, de 1997 a 1999.

José Neves Adelino *Presidente da Comissão de Auditoria*
Em 1976 licenciou-se em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa. Doctor in Business Administration pela Kent State University EUA (1981). Professor Agregado na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa desde 1995. É actualmente professor catedrático de Finanças da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Exerceu a função de Vogal do Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de 1982 a 1986 e desde 1990. Foi Director da Área de Gestão do MBA e da Formação de Executivos de 1990 a 1996, assim como Director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa de 1999 a 2002. É membro do Conselho de Estratégia da Portugal Telecom, do Conselho de Estratégia dos CTT e do Conselho Nacional de Educação. Desempenhou funções não executivas nos Conselhos de Administração do BPA e em empresas do Grupo BPI e tem desenvolvido vasta actividade de consultoria.

Luís Azevedo Coutinho *Membro da Comissão de Auditoria*
Licenciou-se em 1984 em Gestão e Administração de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa. Concluiu o MBA pela Universidade Nova de Lisboa em 1987. Actualmente é Consultor de empresas e Docente Universitário na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, desde 1985. Iniciou a sua carreira em 1984, na José Bento Pedroso & Filhos, onde desempenhou diversas funções na área financeira. Desempenhou funções de Consultor, primeiro no IPE, e depois no Grupo V.I./B.T.A, no Grupo Abrantina, na Secretaria de Estado das Finanças, no Banco de Portugal, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Câmara Municipal de Lisboa. De 1999 a 2002, assumiu o cargo de Administrador com o pelouro financeiro da Valora-Serviços de Apoio à Emissão Monetária. Desde Novembro de 2003 exerce funções na Direcção da Associação de Música, Educação e Cultura.

Paulo Azevedo Silva *Vogal, Não Executivo*
Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Frequentou o Training Course ministrado pelo Instituto Euromoney de *Mergers and Acquisitions*, em Cranfield, e o Executive Education Programme do INSEAD. É Director Geral do Banco Comercial Português desde 1998, Administrador da LeaseFactor

e do CrédiBanco, Presidente do Conselho de Administração da Luso-Atlântica e Administrador Não Executivo da ONI. Foi ainda Presidente dos Conselhos de Administração da BCP Leasing e BCP Factoring (2000-2003), Administrador do CISF (1998), da Sociedade Portuguesa de Risco (1995), da Comercial Dealer (1994), da Sociedade de Capital de Risco do CISF (1994) e da Interfinança (1990) e Director do CISF (1990).

Pedro Bastos Rezende *Membro da Comissão Executiva*
Licenciou-se, em 1985, em Engenharia Industrial e Mecânica pelo ICAI, Madrid. Realizou o MBA no INSEAD, em Fontainebleau, em 1990. Iniciou a sua carreira profissional em 1985, na multinacional VALEO em Madrid, como Engenheiro de Desenvolvimento. Saiu desta empresa em 1989, quando era Responsável pelo Desenvolvimento e após uma passagem por Detroit, Michigan como Engenheiro Técnico Comercial. Em 1990, entra para o The Boston Consulting Group, como Consultor em Madrid. Em 1995 participa na abertura do escritório de Lisboa onde em 1997 foi eleito Partner e Vice-Presidente, tendo sido co-responsável pelo desenvolvimento do negócio em Portugal e acumulando funções de gestão interna, na Ibéria e na Europa. Nesta sua etapa de Consultor teve oportunidade de conhecer e trabalhar não só com a EDP e outras grandes empresas portuguesas e espanholas, como também com algumas das multinacionais de maior dimensão e prestígio em diversos sectores.

Rui Horta e Costa *Membro da Comissão Executiva*
Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e possui o MBA da Universidade de Minnesota. Foi Director Executivo da UBS Warburg em Londres, de 1995 a 2000, Administrador do Grupo Jorge de Mello (1990-1995), Vice-Presidente Residente do Citibank Portugal (1989-1990) e Director e Adjunto da Administração do Banco Finantia (1987-1989). Iniciou a sua carreira profissional como Assistente do Programa de MBA da Universidade de Minnesota (1986), tendo em seguida ingressado nos quadros da MDM-Sociedade de Investimentos (1986-1987).

Vítor Costa Martins *Vogal, Não Executivo*
Licenciado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1970). É actualmente consultor Sênior do Citigroup (desde 1997). Integra o Conselho de Orientação Estratégica da Associação “Notre Europe” de Jacques Delors. É membro do Conselho Directivo do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, do Conselho Geral do Fórum de Administradores de Empresas e do Conselho de Disciplina Profissional da Ordem dos Economistas. Foi Técnico Superior e Assessor Principal do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Indústria (1971-1979), Director do Gabinete de Integração Europeia (1979-1985) e Director do GEP (1982-1985). Integrou a Comissão de Integração Europeia (1979-1985), sendo responsável pelos dossiers industrial e energético nas negociações de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Presidiu à

Comissão de Fiscalização da EDP (1982-1985) e foi Presidente do Conselho de Administração da Jazztel Portugal (1999-2001). Foi Secretário de Estado para os Assuntos Europeus nos X, XI e XII Governos Constitucionais (1985-1995). De 1996 a 2002 foi membro do Conselho Consultivo dos Mercados Públicos da Comissão Europeia.

António Galvão Lucas, *Membro da Comissão de Auditoria*

Licenciado em Engenharia Química e Industrial pelo Instituto Superior Técnico.

Presidente do Conselho de Administração da EPM, SGPS, S.A. e das subsidiárias Fábrica de Cerâmica de Valadares, S.A., Valadares España, S.A., e CCS – Serviços de Gestão, Lda.; Presidente da APICER – Associação Portuguesa de Cerâmica; Membro dos Conselhos Superiores/Consultivos da AEP – Associação Empresarial de Portugal, da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação; do Fórum para a Competitividade e da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Anteriormente desempenhou funções de Direcção e Administração no Grupo CUF em Portugal e no Brasil; e no Grupo SAPEC em Portugal, Espanha e Bélgica. Foi Director da CIP –Confederação Industrial Portuguesa.

Luís Mira Amaral, *Vogal, Não Executivo*

Licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (1969) e Mestrado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa (1982).

Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S. A..

Membro do Competitiveness Advisory Board da EU (1997/1998); Ministro da Indústria e Energia (1987/1995); Ministro do trabalho e Segurança Social (1985/1987); Membro não executivo do Conselho de Administração da Cimpor e BPI; Presidente da Comissão Executiva do banco de Fomento de Angola.

5.2 Comissão Executiva

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de Maio de 2003, de harmonia com o previsto nos estatutos, a gestão corrente da EDP encontra-se delegada numa Comissão Executiva, composta por cinco Administradores.

Em regra, a Comissão Executiva reúne semanalmente com a participação de todos os seus membros. O modo de funcionamento da Comissão Executiva encontra-se estabelecido no respectivo regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual também designou o Presidente da Comissão Executiva e fixou as regras de informação e de acompanhamento das suas actividades pelo Conselho.

Em todas as reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva apresenta os desenvolvimentos da agenda estratégica do Grupo e as decisões mais relevantes que tomou, bem como as actas das reuniões da Comissão Executiva.

Para assegurar o completo conhecimento de todas as matérias tratadas pela Comissão Executiva, está estabelecido que a prestação de informações a algum dos membros do Conselho de Administração é dada a conhecer a todos os membros do Conselho de Administração.

As atribuições da Comissão Executiva foram fixadas pelo Conselho de Administração na deliberação de delegação de poderes de gestão corrente da sociedade, consistindo essencialmente no:

- Desenho e proposta da estratégia e política do Grupo;
- Condução corrente dos negócios da EDP e das empresas do Grupo;
- Coordenação da actividade das empresas participadas maioritariamente;
- Gestão das participações sociais na titularidade da EDP; e
- Cooperação com o Conselho para a definição das políticas do Grupo.

No entanto, a delegação de competências na Comissão Executiva não inclui:

- A cooptação de administradores;
- O pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- A aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral;
- A aprovação das contas semestrais e trimestrais a publicar nos termos legais;

- A aprovação dos planos e orçamentos anuais e plurianuais e o acompanhamento periódico da sua execução;
- A mudança de sede da EDP, nos termos previstos no contrato de sociedade;
- Os projectos de fusão, cisão, transformação e alienação de empresas do Grupo EDP; e
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela empresa.

A Comissão Executiva deverá ainda dar conhecimento ao Conselho de Administração das deliberações de especial importância que tenha tomado e, quando se justifique, submeter à apreciação do Conselho de Administração as deliberações que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

Não obstante esta delegação de poderes, os membros do Conselho de Administração que não integrem a Comissão Executiva são, nos termos da lei aplicável, responsáveis pela vigilância da actuação da Comissão Executiva e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões desta, quando, tendo conhecimento de tais actos ou omissões ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

No primeiro semestre de 2004, a Comissão Executiva realizou 22 reuniões ordinárias e 8 extraordinárias.

5.3 Descrição do modo de funcionamento do Órgão de Administração

O Conselho de Administração da EDP é responsável pela administração e gestão da actividade da sociedade, competindo-lhe, nomeadamente, de acordo com o contrato de sociedade:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da EDP e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;

- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e do contrato de sociedade;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da EDP e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o secretário da sociedade e respectivo suplente; e
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Ao **Presidente do Conselho de Administração** encontram-se atribuídas **competências próprias**, cabendo-lhe:

- Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;
- Coordenar a actividade do Conselho de Administração, bem como a convocar e a presidir às respectivas reuniões;
- Exercer voto de qualidade; e
- Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, em regra, reúne mensalmente com a participação de todos os Administradores, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros. Não é permitida a representação de mais de um Administrador em cada reunião. Todos os Administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração é disciplinado por um regulamento interno.

No primeiro semestre de 2004, o Conselho de Administração realizou 5 reuniões ordinárias e 5 extraordinárias, uma das quais em São Paulo, no Brasil.

5.4 Remuneração dos Órgãos Sociais

Política de compensação dos membros do órgão de administração

No actual mandato, a Comissão de Vencimentos definiu um conjunto de pressupostos destinados a premiar o desempenho e a incentivar a consistência de gestão a médio e longo prazo, em sintonia com as recomendações da CMVM e com as melhores práticas internacionais de alinhamento de interesses dos gestores com os interesses da sociedade.

Para o efeito, foi fixado um tecto de compensação variável, para cada tipo de funções, que poderá ser atingido em função de critérios de desempenho qualitativos e quantitativos, segundo objectivos predefinidos:

- Curto prazo – Bónus monetário, atendendo a objectivos de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), rentabilidade do capital investido (ROIC), excedentes brutos de exploração (EBITDA) e variação da situação líquida;
- Médio prazo – Acções por desempenho, atendendo a objectivos de rentabilidade total dos accionistas, considerando o conjunto das empresas congéneres e evolução do PSI-20; e
- Longo prazo – Plano de opções de acções, atendendo a objectivos de rentabilidade dos capitais próprios (ROE), rentabilidade do capital investido (ROIC), excedentes brutos de exploração (EBITDA) e variação da situação líquida.

5.5 Acções da EDP detidas por titulares de Órgãos Sociais

De acordo com o n.º 5 do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, no primeiro semestre de 2004, com as acções pertencentes aos membros dos Órgãos Sociais.

Acções da EDP detidas por membros de órgãos sociais

	Movimentos em 2004	Nº Acções 30-06-2004
Mesa da Assembleia Geral		
José Manuel Archer Galvão Teles	-	3 506
António Campos Pires caiaado	-	5 782
Conselho de Administração		
Francisco de la Fuente Sánchez	-	10 373
João Luís Ramalho de Carvalho Talone	-	1 905
Arnaldo Pedro Figueiróa Navarro Machado	-	9 680
Jorge Manuel de Oliveira Godinho	-	30 393
José Manuel Gonçalves de Morais Cabral	-	715
José Manuel Trindade Neves Adelino	-	895
Paulo Azevedo Pereira da Silva	-	5 986
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa	-	3 762
Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins	-	767
Luís Fernando de Mira Amaral	-	3 636
Secretário da Sociedade		
António José Marrachinho Soares (Suplente)	-	6 574
Comissão de Vencimentos		
BRISA	-	60 002 297
PARPÚBLICA	-	214 220 570
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque	-	4 561

5.6 Cargos Sociais Desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da EDP, S.A

Cargos desempenhados pelos Administradores não Executivos

José Manuel Trindade Neves Adelino

Membro do Conselho de Estratégia da Portugal Telecom; Membro do Conselho de Estratégia dos CTT; Membro do Conselho Nacional de Educação.

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral

Administrador da Soponata; Administrador da Efacec Capital, SGPS; Administrador da Soimper; Administrador da José de Mello Participações II, SGPS; Gerente da José de Mello Serviços, Lda..

Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho

Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Direcção da Associação de Música, Educação e Cultura; Consultor de Empresas.

Paulo Azevedo Pereira da Silva

Presidente do Conselho de Administração do BCP Leasing; Administrador da Leasefactor, SGPS; Administrador do Crédibanco – Banco de Crédito Pessoal; Administrador da ONI, SGPS; Presidente do Conselho de Administração da Tecnilease - Comércio e Aluguer de Equipamentos; Presidente do Conselho de Administração da Luso-Atlântica - Aluguer de Viaturas; Presidente do Conselho de Administração da Unilong - Aluguer de Longa Duração; Gerente da Cisf Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.; Administrador do BIM-Leasing, SARL (Moçambique).

Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins

Consultor Sénior do Citigroup; Membro do Conselho Directivo do IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais; Membro do Conselho Estratégico da “Notre Europe” Jacques Delors Association; Membro

do Conselho Consultivo do Fórum de Administradores de Empresas.

António Afonso de Pinto Galvão Lucas

Presidente do Conselho de Administração da EPM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. Presidente do Conselho de Administração da Fábrica Cerâmica de Valadares, S.A. Presidente do Conselho de Administração da Valadares España, S. A. Gerente da CCS Serviços de Gestão Lda. Presidente do Conselho de Administração da Secla - Soc. de Exportação e Cerâmica, S. A.

Luís Fernando de Mira Amaral

Presidente Executivo da CGD - Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração nos órgãos sociais das empresas do Grupo EDP

	Eng. Francisco Sánchez	Eng. João Talone	Eng. Navarro Machado	Eng. Jorge Godinho	Eng. Pedro Rezende	Dr. Rui Horta e Costa
Central-e-Informação e Comércio Electrónico, S.A.						PCA
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.					PCA	
Edalpro Imobiliária, Lda.						G
Edipombal Imobiliária, S.A.						PCA
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	PCA	PCE	A	A	A	A
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.		PCA	A	A	PCE	A
EDP - Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.						A
EDP Brasil, S.A.				PCA		A
EDP Cogeração - Produção de Electricidade e Calor					PCA	
EDP Distribuição - Energia, S.A.		PCA	PCE	A	A	A
EDP Energia, S.A.				PCA	A	
EDP Estudos e Consultoria, S.A.		PCA	A	A	A	A
EDP Imobiliária, S.A.					A	
EDP Participações - S.G.P.S., S.A.		PCA				A
EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A.					PCA	
EDP Serviner - Serviços de Energia, S.A.				PCA	A	
Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S., S.A.			PCA			A
Energia RE						A
HDN - Energia do Norte, S.A.					PCA	
Hidrocenel - Energia do Centro, S.A.					PCA	
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	A	A		A	A	A
HidroOeM - Gestão, Operação e Manutenção de Centrais Eléctricas, S.A.					PCA	
Iberenergia, S.A.						A
Internel - Serviços de Consultoria Internacional, S.A.			PCA			A
Labelec - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.			PCA			
ONI S.G.P.S., S.A.	PCA	A				A
TER - Termoelectrica do Ribatejo, S.A.					PCA	
Tergen - Operação e Manutenção de Centrais Termoelectricas, S.A.					PCA	

PCA: Presidente do Conselho de Administração

PCE: Presidente da Comissão Executiva

A: Administrador

G: Gerente

VII – RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos primeiros seis meses de 2004, os **resultados operacionais consolidados** do Grupo EDP ascenderam a 551,6 milhões de euros, um crescimento de 35,6% face aos 406,8 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2003. Não obstante o impacto positivo de uma alteração no critério de registo contabilístico de um proveito operacional de carácter recorrente associado à compensação de amortizações de imobilizado participado no montante de 34,9 milhões de euros (em anos anteriores registadas como um proveito extraordinário), esta evolução reflecte essencialmente uma melhoria operacional nas áreas de negocio do Grupo resultantes de:

- Um crescimento saudável do consumo de electricidade nos mercados de actuação da EDP nomeadamente, a evolução favorável de 5,2% do consumo em Portugal, 4,1% em Espanha e 4,2% nas áreas de concessão do Grupo no Brasil;
- Um enfoque na forte contenção de custos e no aumento da eficiência operacional do negócio eléctrico na Península Ibérica;
- A entrada em operação da nova Central de Ciclo Combinado do Ribatejo com cerca de 400 MW de capacidade instalada que no primeiro semestre do ano emitiu cerca de 1.155 GWh;
- Um crescimento das actividades de produção assentes em energias renováveis, principalmente energia eólica, resultante de um acréscimo de 56MW de capacidade instalada em Portugal e 60MW em Espanha face ao mesmo período em 2003;
- A contribuição, para o resultado operacional deste semestre, da actividade de gás em Espanha na sequência da conclusão do processo de compra de 56,8% da Naturcorp pela HydroCantábrico no final de Julho de 2003; e
- O forte crescimento do contributo das operações da EDP no Brasil apoiado no processo de revisão tarifária da Bandeirante e da Enersul levado a cabo pela entidade reguladora do sector eléctrico Brasileiro em 2003 e no “programa eficiência”.

Actividade de energia do Grupo EDP em Portugal

Produção de Energia Eléctrica

O Grupo EDP, no âmbito da sua actividade de produção de energia eléctrica em Portugal, deu continuidade ao programa de investimento racional na modernização e expansão do seu parque electroprodutor, com particular ênfase nas tecnologias de ciclo combinado a gás natural, bem como na melhoria contínua dos níveis de eficiência operacional

do *portfolio* de activos afectos à actividade de geração como factor de sustentabilidade da sua posição competitiva no mercado Ibérico.

Em 15 de Março de 2004 entrou em serviço industrial o Grupo I da **Central de Ciclo Combinado do Ribatejo**, a operar no Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), inaugurada oficialmente pelo Senhor Primeiro-ministro em 20 de Abril. Em 7 de Maio, no Grupo II, verificou-se a primeira sincronização do gerador com a rede, prevenindo-se a entrada em serviço industrial para Outubro de 2004. Para o Grupo III, foi emitida em 15 de Janeiro, para o Consórcio Siemens – Koch, a respectiva “Notice to Proceed” para a construção e fornecimento, igualmente para uma potência de 392 MW, que entrará em serviço em Março de 2006.

No que diz respeito ao Empreendimento Hidroeléctrico do **Baixo Sabor** foi emitida, em 15 de Junho, pelo Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, a Declaração de Impacto Ambiental, com decisão condicionalmente favorável. A capacidade instalada prevista para este centro electroprodutor é de aproximadamente 170 MW.

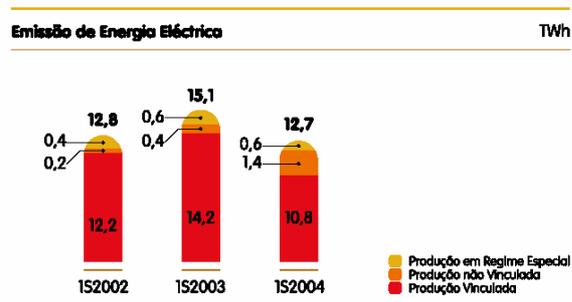
A **Central Hidroeléctrica de Alqueva**, cujos Grupo II com 120 MW e Grupo I com 120MW entraram em serviço industrial, respectivamente, em 13 de Fevereiro e 18 de Junho, já é telecomandada a partir do Centro de Telecomando da Régua. Espera-se que a breve prazo seja concretizada a empresa mista prevista no “Memorando de Entendimento” assinado em Fevereiro entre a EDIA e a EDP.

No âmbito das medidas a implementar para cumprimento das novas **exigências ambientais na Central de Sines**, arrancaram em Maio, no Grupo IV, os trabalhos de implementação de medidas adicionais de redução de emissões de NO_x, a concluir no próximo mês de Outubro, e a que se seguirão os restantes 3 grupos, um por ano até 2007.

No domínio da Qualidade, foi obtida em Fevereiro a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da EDP Produção EM, segundo a norma NP EN ISO 9001:2000. Esta empresa foi entretanto solicitada a prestar serviços de “Owner’s Engineer” na expansão da capacidade de produção, em centrais de ciclo combinado da HydroCantábrico.

No primeiro semestre de 2004, o consumo referido à emissão do sistema eléctrico nacional ascendeu a 22.567 GWh, um aumento de 6,6% face ao período homólogo do ano anterior. A quantidade de energia emitida para a rede de transmissão pela EDP Produção situou-se, neste período, nos 12.721 GWh, uma redução de 16,0% face ao ano anterior. Esta evolução, que no contexto de uma baixa afluência hidrológica registada neste semestre foi mitigada pelo efeito da entrada em funcionamento da nova central de ciclo combinado do Ribatejo com uma emissão de 1.155 GWh, encontra-se associada às características do

parque electroprodutor da EDP Produção, detentora da quase totalidade das centrais hídricas instaladas em território nacional e onde o peso das centrais hidroeléctricas representa 53% do total da sua capacidade instalada.



Os resultados operacionais da EDP Produção cifraram-se em 329,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, um aumento de 15,8% face ao período homólogo de 2003. Para o aumento verificado, contribuiu essencialmente a entrada em operação da Central de Ciclo Combinado do Ribatejo. Destaque também para os maiores ganhos na parcela fixa dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE), associados ao aumento dos índices de disponibilidade das centrais vinculadas ao Sistema Eléctrico Público, bem como para o aumento da eficiência na actividade de aquisição de combustíveis para estas centrais.

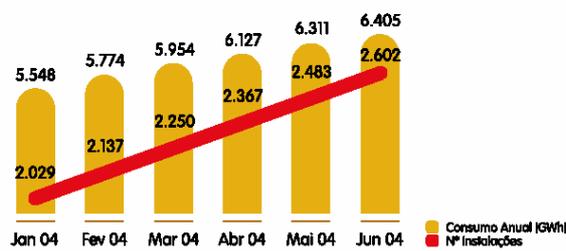
Comercialização

A 26 de Fevereiro, a publicação do Decreto-Lei nº 36/2004 estendeu o direito de elegibilidade a todos os clientes de Baixa Tensão Especial (BTE) do Continente. Em 25 de Junho foram publicados os despachos da ERSE nº 12524-B/2004 e 12524-C/2004, último conjunto de documentos que permitiu a efectiva abertura do Sistema Eléctrico Não Vinculado a todos os clientes BTE do Continente. Na sequência da abertura do mercado à Baixa Tensão Especial, foi entretanto aprovado, em sede de Conselho de Ministros, o diploma que prevê a abertura de todo o mercado abastecido em baixa tensão, encerrando-se assim um ciclo que tinha em vista a liberalização completa do mercado, condição essencial ao objectivo delineado de arranque do Mercado Ibérico de Electricidade.

Em relação aos clientes em média tensão (MT), alta tensão (AT) e muito alta tensão (MAT), o ritmo de adesão ao sistema de mercado tem-se mantido relativamente elevado. Em Junho, o número de instalações em actividade no sistema de mercado atingiu as 2.602, o que representa um crescimento de 109% face a Junho de 2003. De referir que, praticamente a totalidade destas instalações se encontra ligada em média tensão. Em 30 de Junho, a EDP Energia detinha contratos com 73% daquelas instalações, estimando-se que elas representassem cerca de 65% do consumo anual equivalente no sistema de mercado, o qual se admite ser de cerca de

6.400 GWh. No final do semestre, 3.471 instalações tinham o estatuto de Cliente Não Vinculado.

Instalações e Consumo Anual no SENV



No primeiro semestre de 2004, as vendas da EDP Energia ascenderam a 2.177 GWh, registando um aumento de 112% face ao período homólogo de 2003. Os resultados operacionais desta empresa, responsável pela actividade de comercialização de energia eléctrica em Portugal, fixaram-se em -3,1 milhões de euros, reflectindo a intensificação do ambiente competitivo neste mercado e a prática de margens de comercialização reduzidas.

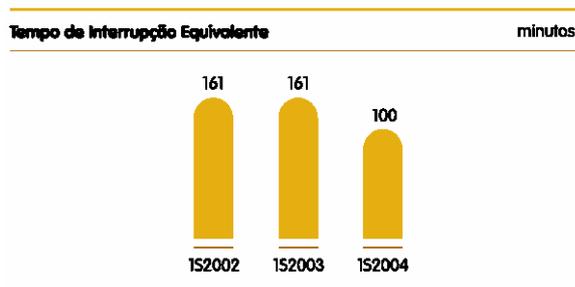
Distribuição

O Grupo EDP, em consonância com as orientações estratégicas de aumento de eficiência operacional das suas actividades, deu continuidade ao Programa de Racionalização de Recursos Humanos iniciado no final de 2003. Em particular, no que se refere à actividade regulada de distribuição de energia eléctrica, concretizaram-se durante os primeiros seis meses de 2004, cerca de 216 acordos de rescisão, reformas antecipadas ou pré-reformas, num ambiente de paz social e salvaguarda mútua dos interesses da empresa e dos seus colaboradores.

Em linha com o compromisso assumido pelo Grupo na constante melhoria dos níveis do serviço prestado aos seus clientes, a EDP Distribuição investiu, no primeiro semestre de 2004, cerca de 184 milhões de euros que na sua maioria estão associados ao melhoramento ou expansão da rede de distribuição de electricidade. Este esforço tem reflexo na melhoria substancial da Qualidade de Serviço Técnica, traduzida numa redução do Tempo de Interrupção Equivalente de 161 minutos na primeira metade de 2003 para 100 minutos no mesmo período em 2004. A melhoria da Qualidade de Serviço Comercial traduziu-se na melhoria dos indicadores previstos no Regulamento da Qualidade de Serviço.

No âmbito do enquadramento regulamentar das actividades desenvolvidas pela EDP Distribuição, a Entidade Reguladora do Sector Energético colocou à discussão uma alteração ao Regulamento Tarifário, propondo a duração de um ano para o próximo período de regulação com início em 2005 tendo em vista a incerteza que ainda existe no sector eléctrico relativamente à liberalização e início do Mercado Ibérico da Energia Eléctrica. De referir que o primeiro

e segundo períodos regulatórios, com início em 1999 e 2002, foram estabelecidos para períodos de três anos.

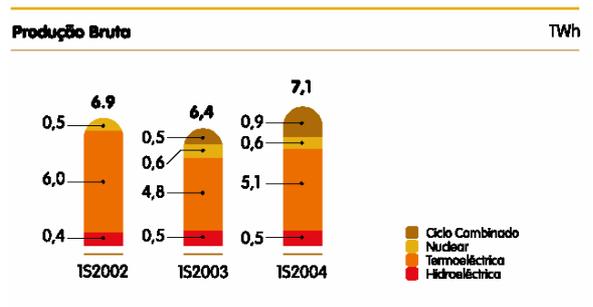


A procura de electricidade em Portugal atingiu, nos primeiros seis meses de 2004, 20.385 GWh, um crescimento anual de 5,2% relativamente ao primeiro semestre de 2003, fundamentalmente associado a um aumento do consumo industrial em alta tensão e do consumo residencial e comercial em baixa tensão. Neste período, a energia entregue pela rede eléctrica a clientes do Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) representou cerca de 15% do total da procura de energia no território nacional.

Os Resultados Operacionais da EDP Distribuição totalizaram 101,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2004 reflectindo uma evolução da margem dos proveitos regulados das actividades da EDP Distribuição em linha com o aumento consumo de 5,2%. Releva-se ainda a descida dos Custos com Pessoal em 14,8 milhões de euros, resultado da implementação do programa de racionalização de recursos humanos, compensada parcialmente pelo efeito inverso de aumento, em cerca de 10,0 milhões de euros, dos Fornecimentos e Serviços Externos, nomeadamente como consequência de um agravamento dos custos de manutenção da rede de distribuição no cumprimento do objectivo da EDP de melhoria dos índices de qualidade de serviço ao consumidor. Neste período, a EDP Distribuição registou ainda uma redução significativa de provisões de cobrança duvidosa, face aos valores anormalmente elevados de 2003.

Actividade de energia do Grupo EDP em Espanha

A **produção** em regime ordinário das centrais da HidroCantábrico situou-se em 7.068 GWh no primeiro semestre de 2004, um incremento de 9,7% sobre o mesmo período do ano anterior, para o qual contribuiu o maior número de horas de funcionamento da central de ciclo combinado de Castejón que, com uma emissão de 905 GWh, aumentou a sua produção em 84% face ao ano anterior.



O primeiro semestre de 2004 constituiu também um período em que os esforços de gestão da HidroCantábrico se concentraram na reestruturação da actividade de produção de energias renováveis. Neste contexto procedeu-se à fusão numa só empresa, que assume a designação de Genesa e cujo capital passa a ser detido em 80% pela HidroCantábrico, das duas subsidiárias que desenvolviam esta actividade. Desta forma, e no seguimento da entrada em funcionamento do parque eólico de Acebos e da ampliação de Altos del Voltoya, a potência eólica dos parques em serviço nos quais participa a Genesa alcançou os 207 MW com uma potência atribuível à Genesa de 129 MW. Em Outubro de 2004 entrará em exploração o parque eólico de Albacete, que com os seus 124 MW permitirá à Genesa posicionar-se entre os principais agentes do negócio eólico em Espanha. Ainda no primeiro semestre, iniciou-se a construção do parque eólico de Las Lomillas com 49,5 MW de potência instalada cuja entrada em funcionamento se encontra prevista para o primeiro trimestre de 2005.

Também no âmbito da actividade de energias renováveis, prosseguiram as obras e iniciaram-se os primeiros testes da central de Sidergas (20,4 MW) que entrará em operação no final de Julho de 2004. A tecnologia desta central de produção de energia eléctrica assenta no aproveitamento dos gases residuais emitidos por uma instalação siderúrgica. Encontra-se também em fase final de construção a central de cogeração de Sevares com 5,5 MW de potência instalada.

Na **actividade de comercialização**, as vendas de electricidade no mercado liberalizado alcançaram os 2.220 GWh, cerca de 4% inferiores às verificadas no primeiro semestre de 2003. Verificou-se no entanto uma melhoria da margem comercial desta actividade que se encontra associada ao anormalmente baixo preço da electricidade no mercado grossista (pool) num período de baixa afluência hidrológica. O número de clientes liberalizados, que no final do primeiro semestre ascendia a 3.953, representa um incremento de 42% face ao ano anterior, enquanto que o número de consumidores "à tarifa" regulada, aumentou 1,9% face a 2003 para 565.561.

No negócio de venda de electricidade, a NaturCorp manteve a trajectória ascendente, vendendo mais 14% que no primeiro semestre do ano passado. No que diz respeito às vendas de gás, nos primeiros seis meses a NaturCorp vendeu 10.183 GWh, dos quais 51% no mercado liberalizado. A 30 de Junho, a NaturCorp

tinha 554.084 clientes, cifra que supera em 6% os clientes apurados no final do segundo semestre de 2003. O número de clientes do Grupo HidroCantábrico superava, a 30 de Junho de 2004, os 1.125.000 clientes.

No que se refere à **actividade de distribuição de electricidade** da HidroCantábrico, a quantidade de energia distribuída pela empresa ascendeu a 4.525 GWh, um acréscimo de 7,0% quando comparada com a primeira metade de 2003. Realçamos o facto de, nos primeiros seis meses de 2004, o Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada se ter situado nos 25 minutos, inferior aos 40 minutos verificados em 2003 e posicionando a zona de distribuição da HidroCantábrico como uma das mais eficientes em Espanha do ponto de vista da qualidade de serviço.

Na **distribuição de gás**, continua a verificar-se o ritmo normal dos trabalhos de expansão das diferentes redes de distribuição do Grupo no País Basco e nas Astúrias, destacando-se neste primeiro semestre os progressos na construção do gasoduto La Robla-Cistierna-Guardo, que será uma realidade em Novembro de 2004.

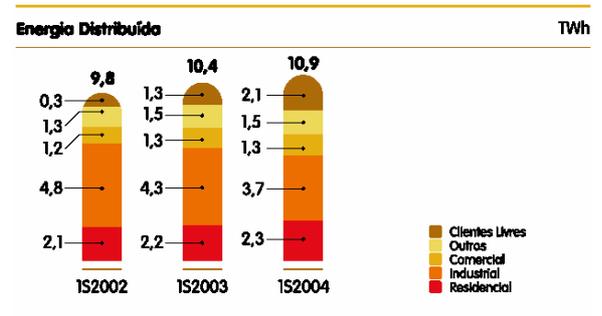
O **Resultado Operacional** da HidroCantábrico ascendeu a 109,1 milhões de euros, mais 30,6% que no primeiro semestre de 2003. Esta evolução deve-se principalmente ao efeito da consolidação da NaturCorp desde Agosto de 2003, ao acréscimo de 4% das receitas reguladas da actividade de distribuição de energia eléctrica e ao maior contributo da produção em regime especial para o resultado operacional do Grupo. O impacto, normalmente positivo, de um aumento de 10,2% da quantidade de energia vendida pela HidroCantábrico no mercado grossista de electricidade foi, este semestre, contrariado pelo decréscimo da margem da produção devido ao aumento do custo do carvão importado e aos baixos preços da pool espanhola.

Actividade do Grupo EDP no Brasil

Durante o primeiro semestre de 2004 foi dada continuidade aos procedimentos ligados à **reestruturação societária** da EDP Brasil, que tem como objectivo a transferência de todos os activos do Grupo para o seu controlo directo e a adopção de uma estrutura adequada para a gestão local de acordo com a estratégia definida centralmente. Este processo deverá culminar com a abertura do capital social da EDP Brasil e com a migração das posições minoritárias das distribuidoras para o nível da holding.

Nos primeiros seis meses de 2004, o total da energia distribuída pelas empresas do Grupo EDP no Brasil atingiu os 10.877 GWh, o que representou um aumento superior a 4,1% face ao ano anterior. Não obstante, verificou-se durante este período, a adesão de alguns clientes industriais ao mercado liberalizado o que acabou por resultar numa redução de cerca de 10% na quantidade de energia vendida a este

segmento de clientes. Esta redução foi, no entanto, compensada pelo aumento dos proveitos associados à Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição que aqueles clientes pagam às empresas distribuidoras pelo uso da sua infra-estrutura de rede.



No que diz respeito aos grandes projectos de investimento, a central hidroeléctrica de Peixe Angical, com uma capacidade futura instalada de 452 MW, encontra-se mais de 30% concluída, prevendo-se a sua entrada em funcionamento no primeiro semestre de 2006. O montante total de investimento estimado neste projecto ascende a 1,5 mil milhões de reais tendo sido já investido até à data cerca de 560 milhões de reais (158 milhões de euros) dos quais 313 milhões de reais (86 milhões de euros) no primeiro semestre deste ano. Paralelamente, continua a construção da fase II da Fafen Energia, um projecto de repotenciação de 54 MW para 133 MW, que deverá ser concluído no segundo semestre de 2004.

Os Resultados Operacionais da EDP Brasil registaram uma evolução positiva tendo ascendido a 333,9 milhões de reais (91,8 milhões de euros) nos primeiros seis meses de 2004 em comparação com 166,0 milhões de reais (47,4 milhões de euros) no período homólogo de 2003. Esta evolução reflecte, por um lado, a evolução favorável do consumo nas áreas servidas pela EDP Brasil e o resultado do processo de revisão tarifária levado a cabo pelo órgão regulador do sector eléctrico (Aneel) em 2003 - permitindo um mais adequado retorno sobre o capital investido das empresas de distribuição - e, por outro lado, uma forte aposta na melhoria da eficiência e na contenção dos custos operacionais, que aumentaram apenas 11,6% face ao período homólogo do ano anterior, no contexto de um ambiente económico caracterizado por uma elevada taxa de inflação.

Actividade de Telecomunicações

Constituída em 1999, a ONI é o maior operador alternativo no sector das telecomunicações fixas em Portugal, representando a associação da EDP, accionista maioritária, aos grupos BCP, BRISA e GALP. Actuando em todos os segmentos de mercado em Portugal, onde a OniTelecom possui cerca de 100 mil clientes, e no segmento empresarial em Espanha, no qual a Comunitel tem cerca de 80 mil clientes, o Grupo ONI atingiu EBITDA positivo em 2003 e superou os 300 milhões de euros de proveitos consolidados.

A ONI baseia-se numa estratégia de inovação e qualidade de serviço a preços competitivos, sendo líder dos novos operadores em Portugal, em particular no segmento empresarial, com uma quota de mercado que supera os 20%, e tendo vindo a conquistar uma posição de destaque em Espanha, onde apresenta uma quota de mercado de 5% no segmento-alvo das pequenas e médias empresas.

Suportada por uma das mais modernas e poderosas redes Ibéricas, com cerca de 150.000 km de fibra óptica que cobre todo o território nacional e as principais regiões de Espanha, a ONI iniciou recentemente o desenvolvimento da sua rede de banda larga, tendo já instalado equipamentos em 160 centrais dos operadores incumbentes, o que permite hoje ligar mais de 25.000 clientes em acesso directo total, servindo assim uma parte significativa do tecido económico e Ibérico.

No primeiro semestre de 2004, a ONI e a EDP concluíram, com sucesso, o piloto técnico de **Powerline** em duas áreas de Lisboa, com cerca de 300 utilizadores. Esta tecnologia está pronta para a construção de um piloto comercial. O Powerline, uma revolução tecnológica a nível mundial, significa utilização das linhas eléctricas para a transmissão de telecomunicações: transferência em banda larga de dados e voz através da rede eléctrica.

Em termos de Resultados Operacionais, a ONI registou um prejuízo de 20,8 milhões de euros, melhor que os 38,4 milhões de euros negativos contabilizados no primeiro semestre de 2003. Esta evolução resulta, principalmente, de dois factores. Por um lado, do crescimento da margem bruta em 5%, consubstanciada no crescimento dos serviços de voz, nomeadamente no acesso directo, e na diminuição dos custos de interligação. Do lado dos custos operacionais, realce para a redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em 15%, beneficiando do programa de redução de custos implementado, nomeadamente de custos de manutenção, publicidade e trabalhos especializados, e para a redução dos Custos com Pessoal em 11%, reflectindo a redução de 189 colaboradores entre o primeiro semestre de 2003 e 2004.

Actividade de Tecnologias de Informação

No que diz respeito à EDINFOR, tem decorrido o **processo de selecção de um parceiro tecnológico** a quem virá a ser alienada parte significativa do capital social da EDINFOR. A decisão de proceder à abertura do capital da EDINFOR insere-se na estratégia global de refocar a EDP no seu *core business*, reduzindo a sua exposição, quer financeira quer de gestão, a outras áreas de negócio. A importância instrumental que os sistemas de informação têm para o Grupo EDP, em particular no novo contexto de liberalização e de reestruturação do sector energético ibérico aconselha, todavia, que a EDP mantenha uma posição de referência no capital da EDINFOR e que, em paralelo com a transacção, defina com o futuro parceiro, as

condições dos contratos de outsourcing que passarão a reger a relação cliente/fornecedor entre a EDP e a EDINFOR por um período alargado de tempo.

Os resultados operacionais da EDINFOR situaram-se em 6,6 milhões de euros, abaixo dos 9,5 milhões de euros contabilizados nos primeiros seis meses de 2003. Esta evolução foi afectada pelo aumento das amortizações e provisões em 3 milhões de euros, decorrentes de grandes aquisições efectuadas no final de 2003. O EBITDA, por seu lado, subiu 2,2% no mesmo período, com a redução dos custos operacionais a mais do que compensar o menor volume de negócios, nomeadamente para fora do Grupo EDP no universo ACE. A evolução do volume de negócios está, no entanto, em linha com o verificado no mercado das Tecnologias de Informação no primeiro semestre de 2004.

Performance financeira do primeiro semestre de 2004

O apertado controlo sobre os custos operacionais, como importante objectivo de gestão, e a implementação no último trimestre de 2003 do “Programa de Apoio à Reestruturação de Recursos Humanos” que, desde o seu início, se traduziu numa redução de 853 colaboradores, permitiu que na primeira metade do ano os custos associados a fornecimentos e serviços externos decrescessem 2,6% e os custos com pessoal 5,9%. Estas medidas, associadas a um saudável crescimento de 5,6% das receitas operacionais, resultou numa melhoria substancial dos resultados consolidados do Grupo EDP. O EBITDA (resultado operacional antes de amortizações e provisões) aumentou 12,4% para 986,6 milhões de euros no final do período e o EBIT (resultado operacional) melhorou 35,6% para 551,6 milhões de euros.

Suportado pela melhoria dos resultados operacionais em praticamente todas as áreas de negócio e por uma forte disciplina financeira, que se traduziu na manutenção dos encargos financeiros em 181,5 milhões de euros, o resultado líquido consolidado da EDP no primeiro semestre de 2004 cifrou-se nos 274,9 milhões de euros, uma melhoria de 51,0% face ao resultado de 182,0 milhões de euros correspondente aos primeiros seis meses de 2003.

Apesar de nos últimos seis meses se terem realizado importantes investimentos que ascenderam a 447 milhões de euros e de se ter procedido ao pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2003 no valor de 268 milhões de euros, o balanço consolidado do Grupo EDP continua bastante saudável devendo-se esta ausência de pressão à forte capacidade de geração de cash-flow operacional do Grupo que neste semestre ascendeu a 852,0 milhões de euros. O total da dívida financeira líquida cifra-se em 7,256 milhões de euros, contra 7,205 milhões no final de 2003. O rácio do total da dívida sobre os capitais próprios mais interesses minoritários situa-se nos 1,33. O rácio

de cobertura do EBITDA, sobre juros líquidos, corresponde a uns confortáveis 6,5 vezes.

VIII – ANÁLISE FINANCEIRA

Balanço Consolidado

Activo (milhões)	1S2004	2003
Imobilizado corpóreo	11.706,1	11.651,6
Imobilizado incorpóreo	933,7	950,2
Diferenças de consolidação activas	873,8	899,5
Investimentos financeiros	1.701,2	1.582,8
Impostos diferidos activos	546,7	609,3
Clientes	110,5	85,8
Devedores e outros activos	467,1	350,1
Activos não correntes	16.339,1	16.129,3
Existências	144,0	159,2
Clientes	1.031,8	1.022,9
Devedores e outros activos	407,5	429,4
Acréscimos e diferimentos	664,1	622,4
Títulos negociáveis	89,1	144,0
Caixa e disponibilidades em bancos	114,4	143,5
Activos correntes	2.450,9	2.521,4
Total do Activo	18.790,0	18.650,7
Capitais Próprios		
Capital	3.000,0	3.000,0
Acções próprias	-55,6	-49,0
Resultados transitados e outras reservas	2.144,9	1.965,9
Resultado líquido consolidado	274,9	381,1
Capitais Próprios	5.364,2	5.298,0
Interesses minoritários	233,8	236,5
Conta de correcção de hidraulicidade	375,2	387,5
Passivo		
Empréstimos	5.810,9	5.913,6
Provisões para riscos e encargos	804,8	819,6
Impostos diferidos passivos	532,2	616,1
Credores e outros passivos	595,1	542,9
Passivos não correntes	7.743,0	7.892,2
Empréstimos	1.649,1	1.579,1
Credores e outros passivos	1.123,3	1.239,0
Acréscimos e diferimentos	2.301,4	2.018,4
Passivos correntes	5.073,8	4.836,5
Total do Passivo	13.425,8	13.352,7
Total do Capital Próprio e Passivo	18.790,0	18.650,7

Cash Flow

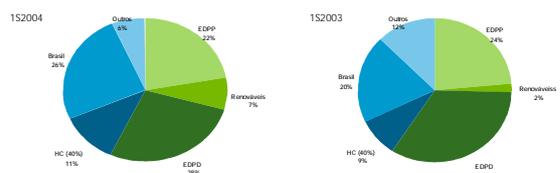
(milhões)	1S2004
Resultado líquido	274,9
Ajustamento tarifário	121,3
Amortizações	426,8
Compensação da amortização dos activos subsidiados	-40,0
Amortização do goodwill	46,8
Provisões liquidas	-6,0
Juros da conta de hidraulicidade	4,8
Outros Ajustamentos (MEP, Diferenças Cambiais e Outras)	-93,9
Juros financeiros líquidos e outros custos financeiros (ou proveitos)	146,7
Investimento em Fundo de maneo	-29,4
Investimento Operacional	-447,1
Cash Flow Operacional Líquido	404,9
Alienação de Imobilizados	10,6
Investimento financeiro	-9,4
Juros financeiros líquidos e outros custos financeiros (ou proveitos)	-146,7
Dividendos pagos e distribuição de resultados	-268,0
Outras variações de fundo de maneo não operacional	41,4
(Aumento)/Redução da Dívida Financeira	32,8

- O Core Business continua a ter o maior contributo, com a EDP Produção e a EDP Distribuição a aportarem 455,3 milhões para o Cash Flow do Grupo.

- O Cash Flow gerado ao nível do Core Business permitiu ao Grupo EDP o pagamento de um dividendo de 0,09 por acção durante o primeiro semestre de 2004. A dívida bruta consolidada foi reduzida em 32,8 milhões desde o final de 2003 para os 7.459,9 milhões.

Investimento Operacional

(milhões)	1S2004	1S2003
EDP Produção	99,9	79,3
Enernova & EDP Bioeléctrica	31,4	7,0
EDP Distribuição	157,4	141,2
(-) Subsídios em numerário	34,6	28,5
(=) Investimentos "cash" da EDPD	122,8	112,7
Hidrocantábrico (40%)	50,8	29,4
Brasil	114,0	66,8
Outros	28,2	41,9
Total	447,1	337,0



- O investimento operacional do Grupo EDP ascendeu a 447,1 milhões no primeiro semestre de 2004, o que representa um crescimento anual de 33%. Note-se que os valores aqui apresentados correspondem ao cash-out-flow do Grupo EDP, tendo em consideração o método de consolidação de cada uma das suas subsidiárias.

- O investimento operacional da EDPD aumentou 26% no período em análise, devido ao investimento realizado no segundo grupo de 400 MW da TER (80,6 milhões). O primeiro grupo da TER entrou em exploração a 14 de Fevereiro de 2004 e prevê-se a entrada em funcionamento do segundo grupo da TER em Outubro de 2004. A EDP irá construir um terceiro grupo de 400 MW na TER, investindo cerca de 197 milhões até 2006, quando este grupo deverá começar a operar. Prevê-se que a EDP comece a investir neste terceiro grupo no segundo semestre de 2004.

- No primeiro semestre de 2004, a Enernova investiu em 3 novos parques eólicos (Alto do Talefe, Fonte da Quelha e Padrela) com uma capacidade instalada total de 31,5 MW. A Enernova planeia investir cerca de 196,0 milhões em 262 MW de capacidade adicional até 2006. Os novos investimentos em parques eólicos têm uma TIR esperada de 12%.

- O investimento operacional na HidroCantábrico aumentou 72,8% devido ao investimento, de 65,6 milhões, efectuado no parque eólico de Albacete (124 MW) cuja entrada em funcionamento se prevê para o quarto trimestre de 2004. O investimento total da HidroCantábrico para este projecto está estimado em 117 milhões, dos quais 83 milhões já foram investidos. Espera-se uma TIR de 10,6% para este projecto.

- A maioria do investimento da EDPD foi efectuada na rede de distribuição com vista a melhorar a qualidade do serviço. O investimento na rede de distribuição aumentou 21,6% no período e reflectiu-se numa redução do tempo de interrupção equivalente (100 min. no primeiro semestre de 2004 vs. 161 min. no primeiro semestre de 2003). O Regulador (ERSE) remunera este investimento a uma taxa nominal de 9% antes de impostos.

- No Brasil, o aumento de 71% do investimento operacional está associado à central hidroeléctrica de Peixe Angical (450 MW), cujo investimento totalizou R\$313,3 milhões no primeiro semestre de 2004. Prevê-se que a central de Peixe Angical entre em funcionamento no ano 2006.

- O investimento operacional da ONI diminuiu 26% em relação ao primeiro semestre de 2003, reflectindo as menores necessidades de investimento da ONI dado que a maioria do investimento necessário à expansão da rede já foi efectuado.

Demonstração dos Resultados Consolidados

(milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Vendas	3.264,9	3.146,5	3,8%
Custo das vendas	-1.920,5	-1.841,1	4,3%
Margem Bruta	1.344,4	1.305,4	3,0%
Prestação de serviços	267,1	199,2	34,1%
Trabalhos para a própria empresa	104,2	116,7	-10,7%
Outros proveitos de exploração	8,0	9,5	-15,8%
Outros proveitos operacionais	379,3	325,4	16,6%
Fornecimentos e serviços externos	302,0	310,2	-2,6%
Custos com pessoal	324,7	345,3	-6,0%
Outros custos de exploração	110,3	97,6	13,0%
Outros custos operacionais	737,0	753,1	-2,1%
Resultados operacionais brutos	986,7	877,7	12,4%
Provisões do exercício	-46,2	-62,5	-26,1%
Amortizações líquidas	-388,8	-408,4	-4,8%
Resultados operacionais	551,7	406,8	35,6%
Proveitos / (custos) financeiros	-134,7	-133,8	0,7%
Amortizações de investimentos financeiros	-46,8	-48,7	-3,9%
Resultados correntes	370,2	224,3	65,0%
Ganhos / (perdas) extraordinárias	-20,1	59,4	-133,8%
Resultados antes de impostos	350,1	283,7	23,4%
Impostos sobre lucros	103,4	110,7	-6,6%
Interesses minoritários	-28,2	-9,0	213,3%
Resultados Líquidos	274,9	182,0	51,0%

1S2004 Detalhe Proveitos Operacionais (milhões €)



1S2004 Detalhe dos Resultados antes de Impostos (milhões €)



O Grupo EDP reportou no primeiro semestre de 2004 um crescimento de 23,4% nos Resultados antes de Impostos, devido a:

- Entrada em funcionamento da nova CCGT da TER (400 MW);
- Crescimento do consumo de electricidade de 5,2% em Portugal e 4,1% em Espanha;
- Consolidação da Naturcorp desde Agosto de 2003, após a aquisição desta companhia de gás basca pela HidroCantábrico em Julho de 2003;
- Crescimento de 4,1% no consumo de electricidade nas nossas áreas de distribuição concessionada no Brasil, e a revisão anual das tarifas;
- O Controlo de custos continuou a gerar frutos. Fornecimentos e serviços externos desceram 2,6% e os Custos com pessoal diminuíram 5,9% devido à introdução do Programa de reestruturação dos RH;
- Os Resultados financeiros diminuíram em resultado dos proveitos de investimento em capital terem sido significativamente inferiores: i) da venda da participação de 3% na Iberdrola no segundo semestre de 2003 (18,6 milhões de dividendos no primeiro semestre de 2003); ii) de menos 1,6 milhões de dividendos recebidos do BCP (participação de 4,36%) que este ano ascenderam a 8,5 milhões; iii) dos dividendos da Tejo Energia (3,0 milhões em 2003) virem a ser pagos no segundo semestre de 2004 enquanto que foram pagos semestralmente em 2003;

Emissão de Energia em Portugal

(GWh)	1S2004	1S2003	Var. %
Emissão Hidroeléctrica (SEP)	5.335	8.709	-38,7%
Emissão Termoeléctrica (SEP)	5.440	5.459	-0,3%
Produção Vinculada	10.775	14.168	-23,9%
Hidroeléctrica (SENV)	230	429	-46,4%
CCGT (SENV)	1.155	-	-
Produção Não-vinculada	1.385	429	222,8%
Biomassa	24	19	23,1%
Eólica	96	58	66,3%
Cogeração	358	346	3,4%
Mini Hidrica	83	128	-35,0%
Produção em Regime Especial	561	551	1,8%
Total emissão EDP Produção	12.721	15.148	-16,0%
Emissão Central Térmica do Pego (SEP)	1.974	1.812	8,9%
Emissão Central Térmica da Tapada (SEP)	3.049	2.112	44,3%
Emissão Central Hidrica de Alqueva (SEP)	34	-	-
Autoprodutores (SEI)	1.882	1.633	15,3%
Saldo Importador / Exportador	3.351	940	256,4%
Vendas Directas Cli. Indust. (incl. em Cogér.)	-268	-261	-2,9%
Bombagem	-176	-211	16,2%
Consumo referido à emissão	22.567	21.174	6,6%
Compensação sincrona	-22	-20	-12,4%
Consumos próprios da produção	-6	-2	-256,8%
Consumos próprios da Rede de Transporte	-5	-5	1,5%
Perdas na rede de transporte	-340	-398	14,5%
Energia entregue na distribuição	22.193	20.749	7,0%
Coefficiente de Hidraulicidade	0,81	1,30	-

- A emissão total da EDPP caiu 16% para os 12.721 GWh, devido à menor pluviosidade no primeiro semestre de 2004 em comparação com o período homólogo e, portanto, menor utilização das nossas centrais hidroeléctricas (44% vs 61% no primeiro semestre de 2003). O coeficiente de hidraulicidade foi de 0,81 vs. 1,30 no primeiro semestre de 2003. Dado que a EDPP detém virtualmente toda a capacidade de produção hidroeléctrica em Portugal, a sua contribuição para o consumo referido à emissão diminuiu de 73% no primeiro semestre de 2003 para 57% no primeiro semestre de 2004.
- O primeiro grupo da TER (CCGT), que entrou em exploração a 14 de Fevereiro de 2004, contribuiu com 1.155 GWh para o total de emissões, dos quais 367 GWh foram emissões em período de teste. Durante o segundo trimestre de 2004, o segundo grupo da TER iniciou emissões de teste (17 GWh), sendo de esperar que entre em serviço industrial em Outubro de 2004.
- Sines, uma central termoeléctrica a carvão de base do sistema electroprodutor Português, aumentou a sua emissão em 497 GWh no primeiro semestre de 2004 devido ao facto de no primeiro semestre de 2003 ter sido submetida a intervenções de manutenção, o que diminuiu a disponibilidade desta central para produzir energia naquele período. Estas intervenções de manutenção estão previstas no CAE estabelecido com a REN e portanto não influenciam a parcela fixa dos mesmos.

EDP Produção

Vendas de Electricidade

(milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
CAE Parcela Fixa	443,1	440,5	0,6%
CAE Parcela Variável	123,1	114,4	7,6%
Total CPPE	566,2	554,9	2,0%
TER/Trading (SENV)	75,6	35,8	111,3%
Cogeração (Soporgen e Energin)	20,3	20,5	-1,0%
Mini Hidrica (1)	5,9	9	-34,0%
Total EDP Produção	668,0	620,2	7,7%

(1) Apenas inclui as vendas das centrais hidroeléctricas com capacidade instalada <10 MW (>10 MW são despachadas pelo depart. de gestão de energia)

- A parcela variável dos CAEs aumentou 7,6% devido a um maior recurso à central termoeléctrica de Sines num período em que os preços do carvão aumentaram significativamente. Os custos de carvão e de fuel consumidos nas centrais da CPPE foram inferiores aos preços de referência implícitos na parcela variável dos CAEs (110,1 milhões vs. 123,1 milhões). A EDPP beneficiou de contratos de carvão de longo prazo acordados antes do aumento do preço do carvão e da utilização de stocks no primeiro trimestre de 2004 valorizados a preços inferiores.

- No primeiro semestre de 2003 a paragem programada em Sines para manutenção diminuiu a disponibilidade da central nesse período, não tendo, no entanto, afectado a componente fixa do CAE de Sines.

Custos com Combustíveis

(milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Carvão	80,7	59,7	35,3%
Fuel	21,4	45	-52,4%
Gás natural	7,4	5,8	27,6%
Gasóleo	0,6	0,7	-15,3%
CPPE (SEP)	110,1	111,1	-0,9%
Gás natural (TER, Soporgen & Energin)	52,0	18,9	174,9%
Total EDP Produção	162,0	130,0	24,7%

- Os custos com combustíveis estão mais elevados face aos do primeiro semestre de 2003, devido à maior disponibilidade da central de Sines e ao consumo de stocks de carvão mais caros (nomeadamente no segundo trimestre de 2004).

Compras de Electricidade

(milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Trading, Auto-consumo e Cogeração	18,0	30,4	-40,8%

- A actividade de gestão de energia, que foi transferida da EDP Energia para a EDPP, é responsável pelo despacho, venda de energia e compra de combustíveis das centrais da EDPP. A rubrica de "TER/Trading (SENV)" acima apresentada,

está fundamentalmente ligada à TER (incluindo emissões em período de teste) e às centrais hidroeléctricas da EDPP no sistema não-vinculado (HDN e Hidrocenel).

- A margem bruta dos Produtores em Regime Especial diminuiu devido a uma queda de 35% na emissão das centrais hidroeléctricas com menos de 10 MW.

DR Operacional

(milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Vendas de Electricidade	668,0	620,2	7,7%
Prestação de Serviços	35,7	6,5	-
Outras Vendas	10,4	9,6	8,3%
Volume de Negócios	714,1	636,2	12,2%
Compras de Electricidade	18,0	30,4	-40,8%
Combustíveis para produção de electricidade	162,0	130,0	24,7%
Materiais diversos e mercadorias	1,4	2,0	-27,8%
FSEs	31,4	27,1	16,0%
Custos com o pessoal	60,0	60,1	-0,2%
Rendas de Centros Electroprodutores	1,8	1,8	1,4%
Outros custos (proveitos) operacionais	-3,9	-2,0	-100,7%
Trabalhos para a própria empresa	-7,4	-18,2	59,3%
Amortizações do exercício	116,2	116,2	0,0%
Compensação amort. activos subsidiados	0,0	(2,0) ⁽¹⁾	-
Provisões	5,7	4,9	16,2%
Custos operacionais	385,1	350,3	9,9%
EBIT	329,0	286,0⁽¹⁾	15,0%

(1) A "Compensação de amortizações de activos subsidiados" ascendeu a 2,0 milhão em 1S2003. Antes de 2004 este item era apresentado como Resultado extraordinário. No primeiro semestre de 2004, alterámos a apresentação da "Compensação de amortizações de activos subsidiados" que é apresentado como um resultado corrente. Assim, o EBIT do primeiro semestre de 2003 – que seria de 284,0 milhões – foi ajustado em conformidade. Esta alteração de apresentação não tem impacto nos Resultados antes de Impostos nem nos Resultados Líquidos.

- O volume de Negócios cresceu de 636,2 milhões no primeiro semestre de 2003 para 714,1 milhões no primeiro semestre de 2004 por via de maiores proveitos dos CAEs, do início da actividade da nova CCGT TER e de um incremento dos proveitos de Prestação de Serviços, que incluem essencialmente transacções intra-grupo com a EDP Energia relacionadas com a comercialização de electricidade a clientes não-vinculados.

- O EBIT da EDP Produção aumentou 15,0% reflectindo a transferência da actividade de gestão de energia para a EDPP, o início de operações na TER e a aquisição eficiente de combustíveis.

Pessoal	1S2004	1S2003	Var. %
Custos com Pessoal (milhões)	60,0	60,1	-0,2%
Número de empregados	1.944	2.087	-6,9%
Custo médio por empregado (milhares)	30,8	28,8	7,2%

- O Programa de Reestruturação de Recursos Humanos iniciado em 2003 continuou a ser implementado no primeiro semestre de 2004. O número de trabalhadores caiu em 143 desde o primeiro semestre de 2003 e a redução bruta em pessoal inclui 100 reformas flexíveis (RF), 5 rescisões por mútuo acordo (MA) e 104 pré-reformas (PR) no

segundo semestre de 2003 e 56 RF, 3 MA e 18 PR no primeiro semestre de 2004. O quadro de pessoal agora ascende a 1.944 empregados, incluindo 29 da actividade de gestão de energia. Este Programa de Reestruturação de RH reflecte-se no decréscimo de 0,2% nos custos com pessoal, apesar do aumento médio de 2,8% nos salários em 2004.

Investimento Operacional (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Produção vinculada	10,7	24,0	-55,4%
Produção não vinculada	80,7	39,3	105,5%
Outros investimentos	1,9	4,1	-52,8%
Encargos financeiros	6,6	11,9	-45,0%
Investimento Operacional Total	99,9	79,3	26,0%

• O investimento da EDP Produção aumentou 26% face ao ano anterior, reflectindo o investimento no segundo grupo de 400 MW da TER cujo investimento total será de aproximadamente 130 milhões, até ao final do ano (iniciará a actividade em Outubro de 2004).

Procura de Electricidade

Vendas de Energia (GWh)	1S2004	1S2003	Var. %
Energia Entregue na Distribuição	22.193	20.749	7,0%
Consumos Próprios da Distribuição	-16	-12	-35,4%
Perdas da Distribuição	-1.791	-1.357	-32,0%
Vendas Energia SEP + SENV ⁽¹⁾	20.385	19.380	5,2%
Vendas de Energia SEP ⁽²⁾	17.236	17.849	-3,4%
MAT (Muito Alta Tensão)	606	554	9,3%
AT (Alta Tensão)	2.037	1.718	18,6%
MT (Média Tensão)	3.378	4.558	-25,9%
BTE (Baixa Tensão Especial)	1.555	1.490	4,4%
BT (Baixa Tensão)	8.995	8.929	0,7%
IP (Iluminação Pública)	664	600	10,7%
Vendas de Energia SENV ⁽³⁾	3.149	1.531	105,7%
Clientes EDP	2.177	1.026	112,2%
AT (Alta Tensão)	17	30	-43,9%
MT (Média Tensão)	2.161	996	116,8%
Outros	972	505	92,6%
AT (Alta Tensão)	10	35	-70,7%
MT (Média Tensão)	962	470	104,7%

⁽¹⁾ Inclui as Vendas ao Grupo para Consumo Final.

⁽²⁾ SEP - Sistema Eléctrico Público.

⁽³⁾ SENV - Sistema Eléctrico Não-Vinculado.

• A procura de energia registou um crescimento anual de 5,2% para um total de 20.385 GWh no primeiro semestre de 2004. No SEP, que representa cerca de 85% do total da energia distribuída em Portugal, a passagem de alguns clientes de MT para o SENV traduziu-se numa redução de 3,4% das vendas de energia. No entanto, a EDP captou 5 novos clientes industriais e 19 clientes de AT que originaram crescimentos de 9,3% e 18,6% nas vendas de energia de MAT e AT, respectivamente.

• No final do primeiro semestre de 2004, o número de clientes da EDP totalizava 5.776.511, o que representa um crescimento anual de 1,5%. O número de clientes com estatuto não vinculado totalizava 3.485, dos quais 2.602 estavam efectivamente a adquirir energia no mercado liberalizado. Entre o

primeiro semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2004, a EDP Energia, empresa do Grupo EDP que opera no SENV, alcançou uma quota de mercado de 69,1% através da comercialização de 2.177 GWh a 1.906 clientes.

• A liberalização total do mercado, que estava prevista para Junho de 2004, não ocorreu devido a atrasos na publicação do Decreto-Lei. Até Dezembro de 2003, eram considerados clientes elegíveis para o sistema não vinculado os consumidores de MAT, AT e MT. Em Abril de 2004, passaram a ser considerados clientes elegíveis os clientes de BTE.

EDP Distribuição

Proveitos Permitidos

(milhões)	1S2004	1S2003 [*]
Proveito Unitário URD: AT/MT (/ MWh)	9,48	9,84
Energia entregue pela rede de distribuição em AT/MT (GWh)	20.547	19.136
Proveitos permitidos URD: BT (/ MWh)	23,87	24,55
Energia entregue pela rede de distribuição em BT (GWh)	11.215	10.796
Proveitos permitidos para a actividade de URD	462,4	453,4
Proveitos permitidos CRedes: MAT/AT/MT	10,8	11,7
Proveitos permitidos CRedes: BTE	5	4,6
Proveitos permitidos CRedes: BT	64,8	63,2
Proveitos permitidos CREDES	80,6	79,5
Proveitos permitidos CSEP: MAT/AT/MT	7,9	4,2
Proveitos permitidos CSEP: BTE	2,3	1,2
Proveitos permitidos CSEP: BT	39,1	39,4
Proveitos permitidos CSEP	49,3	44,8
Ajust. tarifário relativo ao ano t-2 para URD	-3,6	-7
Ajust. tarifário relativo ao ano t-2 para CSEP	0,3	-
Ajust. tarifário relativo ao ano t-2 para CREDES	0,2	11,4
Ajust. tarifários relativos ao ano t-2 para URD, CSEP e CREDES	-3,1	4,4
Ajust. tarifário relativo ao ano t-2 na Compra/Venda de Energia	33	-
Ajust. tarifário relativo ao ano t-1 na Compra/Venda de Energia	10,6	5,1
Proveitos Permitidos para Compra/Venda de Energia	43,7	5,1
Proveitos Permitidos	632,9	587,2

• Os “Proveitos Permitidos para a actividade de Compra e Venda de Energia Eléctrica” estão essencialmente relacionados com: (i) um ajustamento tarifário de 25,0 milhões que reflecte as diferenças entre os custos estimados e reais com a compra de energia no SENV pela EDP no ano 2002; (ii) um ajustamento tarifário de 10,6 milhões relativo às diferenças entre os custos com combustíveis estimados e reais para a aquisição de energia no segmento de BT no ano 2003; (iii) um ajustamento tarifário de 6,9 milhões respeitante a diferenças entre a tarifa cobrada ao cliente final (prevista e fixada pela ERSE) pela EDP e os custos reais pagos à REN com a compra de energia no ano 2002 e (iii) 1,1 milhões relativos a custos com o mecanismo da convergência tarifária.

• O ajustamento tarifário de -118,3 milhões, reconhecido em 2003, compõe-se da seguinte forma: (i) -28,8 milhões referentes à reposição de metade do ajustamento tarifário positivo contabilizado em 2002; (ii) -10,6 milhões referentes à reposição metade do ajustamento tarifário positivo contabilizado em 2002 para a actividade de Compra e Venda de Energia e ligado à recuperação das diferenças entre os custos com combustíveis estimados e reais com a compra de energia para o segmento de BT; e (iii) -78,9 milhões

relativos ao ajustamento tarifário do primeiro semestre de 2004, relacionado com um consumo real superior em 1,5% ao consumo estimado pela ERSE e com diferenças entre os custos com combustíveis estimados e reais com a compra de energia para o segmento de BT.

Vendas de Energia & Margem Bruta

(milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
MAT (Muito Alta Tensão)	25,0	24,4	2,7%
AT (Alta Tensão)	96,4	83,7	15,1%
MT (Média Tensão)	251,6	337,8	-25,5%
BTE (Baixa Tensão Especial)	152,1	142,9	6,5%
BT (Baixa Tensão)	1.221,0	1.113,5	9,7%
Iluminação Pública	55,2	49,2	12,4%
Descontos de Interruptibilidade	-14,3	-12,9	-10,9%
Descontos de Correção Tarifária	-0,2	-0,8	68,4%
Facturação EDP Distribuição – SEP	1.786,9	1.737,8	2,8%
Facturação EDP Distribuição – SENV	58,3	26,1	123,0%
Reposição Distribuição 1H01	-	-3,4	-
Reposição Distribuição 1H02	-28,8	-5,1	-
Reposição Distribuição 1H03	-10,6	-	-
Distribuição 2002	-	17,8	-
Distribuição 1H03	-	5,5	-
Distribuição 1H04	-78,9	-	-
Desvios Tarifários	-118,3	15	-
Proveitos de Electricidade	1.726,8	1.778,8	-2,9%
(-) Reposição Ajustamento Tarifário	-39,5	9,4	-
Vendas da EDP Distribuição antes Rep. Ajust.	1.766,3	1.769,4	-0,2%
Compras de Electricidade	1.133,4	1.182,2	-4,1%
Proveito Permitido	632,9	587,2	7,8%

* Os Proveitos Permitidos no 1S2003 foram calculados com base num Balanço Energético estimado.

• A “Margem Bruta de Electricidade” da EDP Distribuição (“Proveitos Permitidos”) aumentou 7,8% no período em análise, de 587,2 milhões no primeiro semestre de 2003 para 632,9 milhões no primeiro semestre de 2004. Esta evolução reflecte: (i) proveitos permitidos para o Uso da Rede de Distribuição (URD) superiores em 2,0%, sendo que estes representam 73% dos proveitos permitidos da EDPD para o primeiro semestre de 2004; (ii) um aumento de 1,4% nos proveitos permitidos para a Comercialização de Redes (CREDES); (iii) um aumento de 10,2% nos proveitos permitidos para a Comercialização no SEP (CSEP); (iv) uma redução de 7,5 milhões no ajustamento tarifário do ano t-2 para as actividades de URD, CREDES e CSEP e (v) um aumento de 38,6 milhões no ajustamento tarifário relativo à actividade de Compra e Venda de Energia.

• Os proveitos permitidos para o URD reflectem: (i) uma diminuição de 3,7% e 2,8% no proveito unitário para os segmentos de AT/MT e BT, respectivamente (de acordo com a fórmula ‘IPC - X’) e (ii) um aumento de 5,2% no consumo de energia.

• Os custos com a compra de energia, que são um pass-through para a tarifa de venda ao cliente final, traduzem uma redução das vendas de energia no SEP bem como menores custos com combustíveis estimados pela ERSE no cálculo das tarifas para 2004.

DR Operacional

(milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Vendas de Electricidade – Grupo	33,7	15,8	-
Vendas de Electricidade – Terceiros	1.693,1	1.763,1	-4,0%
Prestação de Serviços	10,7	8,6	24,0%
Outras Vendas	1,3	0,8	59,3%
Proveitos Operacionais	1.738,8	1.788,3	-2,8%
Compras de Electricidade	1.133,4	1.182,2	-4,1%
Materiais Diversos e Mercadorias	53,4	51,3	4,0%
FSEs	105,5	95,5	10,5%
Custos com o Pessoal	187,7	202,5	-7,3%
Rendas de Concessão	92,7	85,5	8,4%
Outros Custos/(Proveitos) Operacionais	-5,7	-5,8	2,3%
Trabalhos para a Própria Empresa	-90,4	-88,1	-2,6%
Amortizações do Exercício	174,2	173,1	0,7%
Compensação amort. activos subsidiados	-36,9	(34,4) ⁽¹⁾	-7,3%
Provisões	23,2	42,0	-44,7%
Custos Operacionais	1.637,3	1.703,8	-3,9%
EBIT	101,6	84,5⁽¹⁾	20,2%

(1) A “Compensação de amortizações de activos subsidiados” ascendeu a 34,4 milhões no primeiro semestre de 2003 e 36,9 milhões no primeiro semestre de 2004. Antes de 2004 este item era apresentado como resultado não corrente. No primeiro semestre de 2004, alterámos a apresentação da “Compensação de amortizações de activos subsidiados” que agora é considerada um resultado corrente. Assim, o EBIT do primeiro semestre de 2003 – que seria de 50,1 milhões – foi ajustado em conformidade. Esta alteração da apresentação não tem impacto nos Resultados antes de Impostos nem nos Resultados Líquidos.

• As rendas de concessão (calculadas com base nas vendas em BT do ano anterior, que aumentaram 7,4% entre 2002 e 2003) reflectem o aumento de 0,25 p.p. da taxa média a pagar aos municípios para 7,5%.

• As provisões totalizaram 23,2 milhões, o que representa uma redução anual de 44,7%. Esta evolução resulta do facto de as provisões no primeiro semestre de 2003 terem sido superiores ao normal devido à constituição: (i) de uma provisão de 7,3 milhões relativa a juros de mora cobrados em contas de electricidade a municípios que não foram recebidas (ii) de uma provisão de 7,2 milhões relacionada com um aumento das dividas de cobrança duvidosa, consequência de um ambiente económico desfavorável. De notar que a constituição de provisões para clientes de cobrança duvidosa foi anulada por contrapartida do proveito extraordinário resultante da utilização deste tipo de provisões (1,2 milhões).

Pessoal	1S2004	1S2003	Var. %
Custos com Pessoal (milhões)	187,7	202,5	-7,3%
Número de empregados	6.176	6.807	-9,3%
Custo médio por empregado (milhares)	30,4	29,8	2,2%

• Os custos com pessoal diminuíram 7,3% no período, essencialmente devido ao “Plano de Racionalização dos Recursos Humanos” (PRRH) iniciado em 2003. Os custos com salários pagos às Pré-reformas efectuadas no âmbito deste “Plano de Racionalização de Recursos Humanos” totalizaram 6,9 milhões no primeiro semestre de 2004. No entanto, este custo foi compensado pela amortização do Proveito Diferido criado para este fim.

• No primeiro semestre de 2004, a EDPD reduziu o seu número de empregado em 158, dos quais 149 são parte do PRRH – 21 saídas negociadas e 128 pré-reformas. Para além destes 149 empregados, a EDPD acordou mais 2 reformas flexíveis, 7 saídas negociadas e 60 pré-reformas que irão tornar-se efectivas até ao final do ano 2004. Assim, de Janeiro a Junho, o PRRH traduziu-se em 2 reformas flexíveis, 28 saídas negociadas e 188 pré-reformas que irão custar à EDPD cerca de 75,0 milhões (6,6 milhões com saídas negociadas e 63,4 milhões com pré-reformas). Este montante de responsabilidades foi adicionado ao Activo Regulatório, que ascende actualmente a 223,3 milhões (relativos a uma redução de um total de 718 empregados: 500 em 2003 e 218 no primeiro semestre de 2004). O PRRH relativo ao primeiro semestre de 2004 deverá possibilitar poupanças de cerca de 123 milhões (4,7 milhões em média nos próximos 26 anos).

Investimento Operacional (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Rede de Distribuição	161,2	132,6	21,6%
Outros	27,3	35,2	-22,3%
Investimento Operacional ⁽¹⁾	188,5	167,7	12,4%
(-) Subsídios ao Investimento	65,7	55,0	19,5%
Invest. Operac. Líquido de Subsídios	122,8	112,7	8,9%

⁽¹⁾ Inclui subsídios em dinheiro.

• O investimento operacional da EDPD aumentou 12,4% no período para 188,5 milhões no primeiro semestre de 2004, dos quais 86% foram investidos na rede de distribuição para melhoria da qualidade do serviço. O investimento na rede de distribuição aumentou 21,6% no período e possibilitou uma melhoria do tempo de interrupção equivalente na rede de MT (100 min. no primeiro semestre de 2004 vs. 161 min. no primeiro semestre de 2003).

HidroCantábrico

Produção & Comercialização

Balço Energético em Espanha (GWh)	1S2004	1S2003	Var. %
Produção	95.404	89.495	6,6%
Regime Especial	23.016	20.184	14,0%
Importações	3.698	4.261	-13,2%
Vendas e compras do Sistema	122.118	113.940	7,2%
Distribuição Regulada	78.903	79.082	-0,2%
Comercialização	37.291	31.342	19,0%
Exportações	5.924	3.515	68,5%

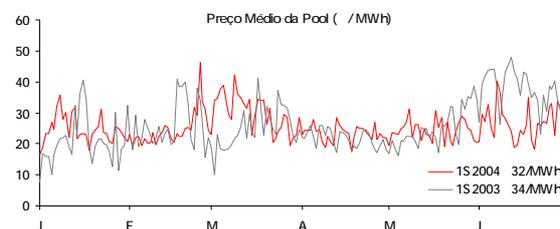
Fonte: OMEL

• A procura de electricidade no mercado espanhol, no primeiro semestre de 2004, apresentou um crescimento de 4,1% em comparação com o período homólogo, ou 3,3% quando corrigidos pelos dias úteis e hidraulicidade. Devido à fraca pluviosidade no primeiro semestre de 2004 o coeficiente de hidraulicidade caiu de 1,11 no primeiro semestre de 2003 para 0,83 no primeiro semestre de 2004.

Produção - Preços Venda e Custos Combustível	1S2004	1S2003	Var. %
Preço Médio de Venda da HC ⁽¹⁾ (/MWh)	30,6	32,3	-5,4%
Custo Médio dos Combustíveis (/MWh) ⁽²⁾	19,7	15,3	28,5%

⁽¹⁾ Inclui mercado grossista, serviços de suporte e pagamentos de capacidade.

⁽²⁾ Excluindo emissão hidroeléctrica.



• Em compensação aos preços baixos da Pool espanhola, a HidroCantábrico contabilizou 14,6 milhões como CTCs no primeiro semestre de 2004.

• O aumento do custo médio com combustíveis, devido à subida dos preços do carvão importado, continua a ter um impacto negativo nas margens da actividade de geração da HidroCantábrico.

Comercialização - Vendas Energia a Clientes	1S2004	1S2003	Var. %
Electricidade Fornecida – GWh	2.220	2.168	2,4%
Vendas de Electricidade - M	126,7	120,3	5,3%
Número de Clientes	3.970	2.614	51,9%

Margem Bruta (Produção + Comercialização) - 40% (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Proveitos Operacionais	150,8	165,8	-9,0%
Custos Directos da Actividade	97,5	105,3	-7,4%
Margem Bruta	53,3	60,5	-11,9%

• Quanto à comercialização de electricidade para os clientes liberalizados, foi possível melhorar a margem bruta nesta actividade devido: i) ao aumento de 3,3% do preço médio de venda no primeiro semestre de 2004; e ii) aos baixos preços da pool.

Produção de Electricidade da HC (GWh)	1S2004	1S2003	Var. %
Hidroeléctrica	544	536	1,4%
Nuclear	568	578	-1,8%
Aboño	3.432	3.068	11,9%
Soto de Ribera	1.620	1.770	-8,5%
Termoeléctrica (clássica)	5.052	4.839	4,4%
CCGT Castejón	905	493	83,5%
Produção Total	7.068	6.446	9,7%
Bombagem	-32	-63	-49,4%
Energia entregue na Pool	7.036	6.383	10,2%
Quota de Mercado da HidroCantábrico	7,40%	7,10%	0,3 p.p.

• A HidroCantábrico apresentou um crescimento homólogo de 9,7% na produção de electricidade como resultado de: i) uma menor hidraulicidade; ii) uma maior disponibilidade da central a carvão de Aboño (no primeiro trimestre de 2003 Aboño I esteve temporariamente indisponível devido a uma revisão geral); e iii) um aumento da emissão da CCGT Castejón devido a um menor custo variável em comparação com o primeiro semestre de 2003. A produção de electricidade na central de Soto de Ribera diminuiu 8,5% devido à revisão geral trienal no grupo Soto de Ribera III efectuada em Abril.

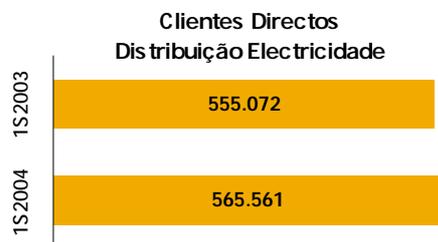
- A margem bruta da actividade de Produção e Comercialização apresentou um decréscimo de 11,9% explicado pelo impacto negativo do aumento do custo médio com combustíveis (-28,8 milhões) e por uma diminuição do preço médio de venda na pool (-12,3 milhões). No entanto, este efeito foi parcialmente compensado por um crescimento da emissão (11,9 milhões) e por uma melhor performance da actividade de comercialização devido ao aumento do preço médio de venda e menores custos com aquisição de energia (4,5 milhões).

Distribuição de Electricidade & Gás

Distrib. Electricidade (GWh)	1S2004	1S2003	Var. %
Baixa Tensão	1.167	1.077	8,4%
Média Tensão	512	434	18,0%
Alta Tensão	2.846	2.677	6,3%
Electricidade Distribuída	4.525	4.188	8,0%
dos quais: clientes acesso	693	551	25,8%

Distrib. Electricidade - 40% (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Transmissão	1,5	1,2	24,1%
Distribuição	18,8	18,1	3,5%
Comercialização	1,4	1,5	-6,0%
Proveito Permitido	21,7	20,9	4,0%

- De acordo com o Decreto-Lei (Real Decreto 1802/2003) que estabelece os proveitos das actividades reguladas do sector eléctrico espanhol para 2004, dos 2.823,4 milhões atribuídos à actividade de distribuição, 90,1 milhões (+2,5% em comparação com 2003) ou 3,2% foram concedidos à HidroCantábrico. Enquanto que os proveitos de distribuição reflectem o proveito permitido atribuído para 2004, o aumento do proveito permitido na actividade de transmissão está relacionado com a entrada em serviço de novas instalações, cuja remuneração tem como base o retorno do capital investido (Obrigações do Tesouro Espanhol a 10 anos mais 150 bps).

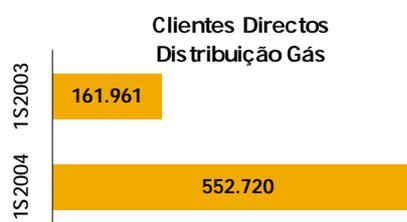


Distribuição Gás (GWh) ⁽¹⁾	1S2004	1S2003	Var. %
Gás distrib. a clientes directos	5.034	822	-
Gás distrib. a clientes acesso	7.547	258	-
Gás Distribuído	12.581	1.080	-

Distribuição Gás - 40% (milhões) ⁽¹⁾	1S2004	1S2003	Var. %
Transmissão	2,2	0,5	-
Distribuição	19,2	6,3	-
Comercialização	2,8	0,7	-
Proveito Permitido	24,2	7,5	-

⁽¹⁾ Considerando os dados operacionais das subsidiárias da Naturcorp a 100%, enquanto que a informação financeira está apresentada considerando o método de consolidação.

- A consolidação da Naturcorp a partir de 1 de Agosto de 2003 contribuiu para o aumento de 11.501 GWh no volume de distribuição de gás da HidroCantábrico em comparação com o primeiro semestre de 2003. Com a aquisição da Naturcorp a HidroCantábrico alcança uma quota de 7,9% no mercado de distribuição de gás em Espanha, em comparação com uma quota de 0,8% no primeiro semestre de 2003. De acordo com o Decreto-Lei (Orden Eco/31/2004) que estabelece os proveitos das actividades reguladas do sector do gás para 2004, dos 1.091,6 milhões atribuídos à actividade de distribuição, 107,8 milhões ou 10% foram concedidos à Naturcorp e suas subsidiárias (nota: 96,6 milhões considerando o método de consolidação da Naturcorp e suas subsidiárias na HidroCantábrico). Em relação aos proveitos de transporte de gás, 8,9 milhões foram atribuídos à Naturcorp e suas subsidiárias.



Comercialização Gás (GWh)	1S2004	1S2003	Var. %
Pais Basco	4.118	-	-
Resto de Espanha	1.031	1.493	-
Gás Comercializado	5.149	1.493	-

Comercialização Gás - 40% (m)	1S2004	1S2003	Var. %
Pais Basco	21,6	-	-
Resto de Espanha	5,6	9,2	-
Gás Comercializado	27,2	9,2	-

- A comercialização de gás apresentou um grande crescimento no seguimento da aquisição da Naturcorp em 2003. No primeiro semestre de 2004 a HidroCantábrico alcançou uma quota de 5,2% no mercado liberalizado (excluindo a comercialização para o sector eléctrico) em comparação com os 1,9% no primeiro semestre de 2003. Considerando a totalidade do mercado de gás em Espanha, regulado e liberalizado, a HidroCantábrico registou vendas na ordem dos 10,183 GWh, correspondendo a uma quota

de 7,7% (excluindo a comercialização para o sector eléctrico).



• No primeiro semestre de 2004 o consumo no sector do gás em Espanha aumentou cerca de 17%, principalmente devido ao aumento da produção de electricidade com base na tecnologia CCGT. O aumento do número de clientes, principalmente no segmento liberalizado, e as baixas temperaturas também contribuíram para este crescimento.

Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados - 40% (milhões €)	1S2004	1S2003	Var. %
Volume de Negócios	351,8	280,1	25,6%
Custos Directos da Actividade	234,8	187,9	24,9%
Fornecimentos e serviços externos	17,4	14,6	19,5%
Custos com o pessoal	19,6	16,8	16,6%
Outros custos (ou proveitos) operacionais	4,6	1,1	-
Trabalhos para a própria empresa	-1,6	-2,1	23,9%
Amortizações	33,7	27,9	21,0%
Compensação amort. activos subsid.	-0,6	-0,5	-
Provisões	0,3	0,6	-51,4%
Custos Operacionais	308,1	246,3	25,1%
EBIT	43,6	33,9	28,8%
Resultados Financeiros	-31,2	-29	-7,7%
Resultados Extraordinários	0,7	1,9	-62,4%
RAI	13,1	6,8	93,9%
IRC	5,3	-6,2	-
Interesses Minoritários	3,5	0,8	-
Resultado Líquido	4,4	12,2	-64,2%

(1) A "Compensação de amortizações de activos subsidiados" ascendeu a 0,6 milhões no primeiro semestre de 2004 e 0,5 milhões no primeiro semestre de 2003. Antes de 2004 este item era apresentado como resultado não corrente. No primeiro semestre de 2004, alterámos a apresentação da "Compensação de amortizações de activos subsidiados" que agora é considerada um resultado corrente. Assim, o EBIT do primeiro semestre de 2003 – que seria de 33,4 milhões – e os Resultados extraordinários – que seriam de 2,3 milhões – foram ajustados em conformidade. Esta alteração da apresentação não tem impacto nos Resultados antes de Impostos nem nos Resultados Líquidos.

Nota: HidroCantábrico foi consolidada pelo método de consolidação proporcional (40%).

No primeiro semestre de 2004, o EBIT da HidroCantábrico foi afectado por:

- Aquisição da Naturcorp em 2003;
- Aumento dos custos dos combustíveis na produção devido à subida dos preços do carvão importado;

- Incremento dos proveitos regulados da distribuição de Electricidade e dos proveitos associados ao arrendamento da infra-estrutura de rede subterrânea e trabalhos de manutenção prestados em parques eólicos;

- Aumento da produção de electricidade das renováveis, beneficiando dos novos parques eólicos.

- O Resultado Líquido do primeiro semestre de 2004 não é comparável com o primeiro semestre de 2003 devido à contabilização, no início de 2003, do benefício fiscal de 25 milhões concedido relativamente ao investimento da CCGT Castejón. No quarto trimestre de 2003, no seguimento das normas IAS, o benefício fiscal contabilizado no primeiro trimestre de 2003 foi revertido, passando a ser contabilizado no período de vida útil da Castejón CCGT. Se excluirmos o efeito do benefício fiscal de 25 milhões, o resultado líquido teria aumentado em 5 milhões no primeiro semestre de 2004.

Número de Empregados	1S2004	1S2003	Var. %
Número de Empregados	1.590	1.383	15,0%

Investimento Operacional - 40% (milhões €)	1S2004	1S2003	Var. %
Investimento Recorrente	20,9	15,7	32,7%
Investimento Não Recorrente	32,9	17,5	87,9%
(-) Subsídios ao Investimento	3,0	3,9	-22,0%
Investimento Operacional	50,8	29,4	72,8%

- A HidroCantábrico investiu 65,6 milhões no parque eólico de Albacete (124 MW), que deve estar operacional no 4T2004. O investimento total estimado para este projecto ascende a 117 milhões, dos quais 83 milhões já foram investidos. A TIR esperada deste projecto é de 10,6%.

Brasil

Distribuição

Vendas de energia (GWh)	Bandeirante			Escelsa			Enersul		
	1S2004	1S2003	Var. %	1S2004	1S2003	Var. %	1S2004	1S2003	Var. %
Compras de Elec. e Produção Própria	5.232	5.596	-6,5%	3.428	3.624	-5,4%	1.757	1.891	-3,9%
Electricidade entregue na distribuição	6.326	5.906	7,1%	4.049	4.084	-0,8%	1.795	1.866	-7,7%
Perdas da distribuição	521	498	4,7%	494	481	2,8%	277	230	20,9%
Residencial	1.211	1.079	12,3%	619	636	-2,8%	461	447	3,1%
Industrial	2.228	2.623	-15,1%	1.222	1.335	-8,5%	290	319	-9,1%
Comercial	833	858	-2,6%	397	394	0,8%	291	278	4,8%
Outros	499	501	-0,5%	561	592	-5,1%	393	372	5,7%
Venda de electricidade a clientes	4.571	4.807	-4,9%	2.800	2.957	-5,3%	1.437	1.417	1,4%
Electric. Distribuída a clientes de acesso	1.234	600	105,7%	755	646	17,0%	81	20	-
Total Distribuído	5.805	5.408	7,3%	3.555	3.603	-1,3%	1.518	1.437	5,6%

- O volume de distribuição de electricidade das subsidiárias brasileiras apresentou um crescimento de 4,1% face ao primeiro semestre de 2003, reflectindo o crescimento da procura de 7% e 6% nas áreas de concessão da Bandeirante e da Enersul, respectivamente, e a queda do consumo na área da Escelsa. Na Bandeirante, o forte crescimento do consumo é explicado por uma melhoria do contexto económico. A queda do consumo na área de concessão da Escelsa é principalmente explicada pelas temperaturas amenas durante o primeiro semestre de 2004, que afectaram o segmento residencial, e também devido à forte pluviosidade durante o período, diminuindo o uso dos sistemas de irrigação, afectando

deste modo o consumo do segmento rural (incluído nos 'outros'). Quanto à Enersul, o forte crescimento do consumo é explicado: i) pelas elevadas temperaturas e o tempo seco na região durante o primeiro semestre de 2004, o que levou a um aumento do uso do ar condicionado e dos sistemas de irrigação; e ii) pelo crescimento económico na região (segmento comercial).

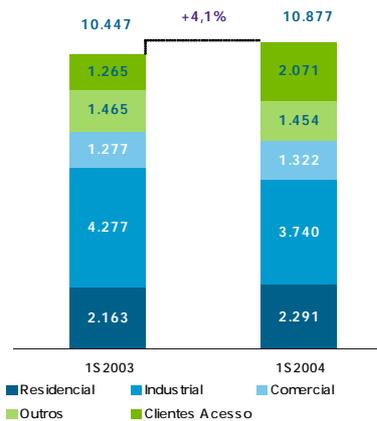
- A queda das vendas de electricidade no segmento industrial das três subsidiárias brasileiras reflecte a passagem de alguns consumidores industriais para o mercado liberalizado. No entanto, estes consumidores continuam a pagar uma tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Margem Bruta (milhões R\$)	Bandeirante			Escelsa			Enersul		
	1S2004	1S2003	Var. %	1S2004	1S2003	Var. %	1S2004	1S2003	Var. %
Residencial	356,8	298,1	19,3%	171,5	161,9	5,9%	132,6	107,4	23,5%
Industrial	357,2	365,9	-2,4%	158,8	144,3	10,0%	53,4	46,8	14,1%
Comercial	164,9	142,4	15,7%	98,4	85,6	14,9%	81,5	63,5	28,3%
Outros	90,9	79,5	14,3%	85,9	77,4	11,0%	31,2	64	11,3%
Venda de electricidade a clientes	969,7	886	9,5%	514,5	469,2	9,7%	338,7	281,6	20,3%
Electric. distribuída a clientes de acesso	50,5	2,3		32,8	13,9		3,4	0,9	
Outras Receitas (1)	83,1	88,8	6,4%	47,7	40,2	18,6%	8,3	29,4	71,7%
Receitas Totais	937,1	799,4	17,2%	499,6	442,9	12,8%	333,8	253,1	31,9%
(1) Custos directos da actividade	618	607,9	1,7%	305,5	265,9	14,9%	131,9	132,3	-29,8%
Margem Bruta	319,1	191,5	66,6%	184,1	176,9	9,7%	162,1	120,9	34,1%
Tarifa Média ao cliente (R\$/MWh)	212,2	184,3	15,1%	183,8	158,7	15,8%	235,8	196,7	18,6%

(1) Inclui a reposição tarifária regulatória, taxa sobre receitas, electricidade não facturada e outros.

- No que respeita à margem bruta, as três empresas de distribuição apresentaram boas performances durante o primeiro semestre de 2004 beneficiando das revisões e ajustamentos tarifários de 2003. O notável crescimento de 67% da margem bruta da Bandeirante é explicado pelo forte crescimento do consumo e pelo aumento tarifário de 18,08% concedido na última revisão tarifária em Outubro de 2003 (14,68% foram aplicados às tarifas de Outubro passado e os restantes 3,40%, que já estão a ser contabilizados como acréscimo de proveito, serão reconhecidos nos ajustamentos tarifários entre 2004 e 2006). A Escelsa conseguiu apresentar um crescimento de 9,7% da margem bruta beneficiando do aumento tarifário de 17,30% em Agosto de 2003, conseguindo compensar deste modo a ligeira queda no consumo. Quanto à Enersul, o forte crescimento da sua margem bruta reflecte o aumento tarifário de 42,26% concedido em Abril de 2003 (32,59% foram aplicados às tarifas de Abril de 2003 e os restantes 9,67%, que já estão a ser contabilizados como acréscimo de proveito, serão reconhecidos nos ajustamentos tarifários até 2007). Já em 2004, a ANEEL ajustou em +133 bps o aumento concedido em Abril de 2003, tendo sido contabilizada a recuperação deste montante (R\$7 milhões) na rubrica de 'outras receitas'. Adicionalmente, a Enersul também beneficiou com o aumento tarifário de 17,02% em Abril de 2004.

Total de Electricidade Distribuída no mercado Brasileiro (G Wh)



Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados	Milhões R\$			Milhões		
	1S2004	1S2003	Var. %	1S2004	1S2003	Var. %
Proveitos Operacionais	1.867,30	1.585,50	17,8%	513,5	449,2	14,3%
Custos Directos da Actividade	1.137,00	1.047,20	8,6%	312,6	295,4	5,8%
Fornecimentos e serviços externos	120,1	118,8	1,1%	33	34	-2,8%
Custos com o pessoal	122,3	110,3	10,9%	33,6	31,3	7,6%
Outros custos operacionais (Liq.)	16,3	4,7	-	4,5	1,8	-
Amortizações	106,2	101,5	4,7%	29,2	28,7	1,8%
Provisões	31,5	37,1	-15,3%	8,6	10,7	-19,0%
Custos Operacionais	1.533,40	1.419,50	8,0%	421,6	401,8	4,9%
EBIT	333,9	166	101,2%	91,8	47,4	93,7%
Resultado Financeiro	-21,6	85,1	-	-59,4	29,2	-
Resultado Extraordinário	-16,6	43,1	-	-4,6	12	-
Resultado Antes de Impostos	101,3	294,1	-65,6%	27,9	88,6	-68,6%
Impostos	57,5	124,6	-53,9%	15,8	36,5	-56,6%
Interesses Minoritários	-13,5	75,2	-	-3,7	22,6	-
Resultado Líquido	57,3	94,3	-39,2%	15,8	29,5	-46,5%

- As revisões tarifárias e o forte aumento do consumo nas áreas de concessão da Bandeirante e Enersul foram os motores da notável performance operacional das operações no Brasil.

- A revisão tarifária da Escelsa será efectuada em Agosto de 2004, e uma melhoria dos resultados será expectável a partir daí.

- A EDP no Brasil está focada em diminuir os custos controláveis, nomeadamente através da redução do número de trabalhadores. Entre o primeiro semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2004 reduziram-se 157 postos de trabalho. No entanto, os aumentos salariais acima dos 10% em meados de 2003 resultaram no agravamento dos custos com pessoal. Mas note-se que a inflação, que em meados de 2003 esteve acima dos 20%, se situou em Junho de 2004 nos 9,6%.

- O efeito da desvalorização do Real contra o Dólar (-7,0% no primeiro semestre de 2004) na dívida financeira denominada em Dólares, teve um impacto negativo de R\$115,2 milhões nos resultados financeiros do primeiro semestre de 2004. Deste montante, R\$95,1 milhões estão relacionados com os Senior Notes da Escelsa. No entanto, note-se que a EDP detém 83% desta emissão em Dólares, desta forma as diferenças cambiais dos Senior Notes são compensadas na consolidação do Grupo EDP.

Resultados Financeiros

Resultados Financeiros (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Empresas do Grupo e associadas	20,1	7,2	-
Rendimentos de particip. de capital	9,0	31,5	-71,5%
Amortização do Goodwill	-46,8	-48,0	2,5%
Ganhos/(Perdas) Invest. Financeiros	-17,7	-9,3	-90,3%
Juros financeiros líquidos	-151,7	-158	4,0%
Diferenças de câmbio	-18	2,5	-
Outros	5,9	-17,7	-
Ganhos/(Perdas) Financiamento	-163,8	-173,2	5,5%
Resultados Financeiros	-181,5	-182,5	0,6%

Os Resultados Financeiros foram influenciados por:

- Um aumento de 12,9 milhões em “Empresas do Grupo e associadas” dado que os resultados do primeiro semestre de 2003 foram afectados pela contabilização dos prejuízos acumulados da Electra (7,2 milhões). O investimento naquela empresa foi totalmente provisionado no final do ano 2003;
- Os “Rendimentos de participações de capital” diminuíram na sequência: i) da venda da participação de 3% na Iberdrola no segundo semestre de 2003 (18,6 milhões de dividendos no primeiro semestre de 2003); ii) de menos 1,6 milhões de dividendos recebidos do BCP (participação de 4,36%) que este ano ascenderam a 8,5 milhões; iii) dos dividendos da Tejo Energia (3,0 milhões em 2003) virem a ser pagos no segundo semestre de 2004 enquanto que foram pagos semestralmente em 2003;
- A “Amortização do Goodwill” diminuiu globalmente, apesar da aquisição da Naturcorp no terceiro trimestre de 2003, devido às reavaliações do activo fixo na Escelsa e na Enersul em finais de 2003;
- Os “Juros financeiros recebidos/(suportados)” teriam caído 13% se ajustados do recebimento extraordinário (16,9 milhões) em 2003 do cupão semestral dos Bonds da Escelsa. O cupão está a ser contabilizado mensalmente como juros a receber e eliminado em consolidação com os correspondentes juros a pagar pela Escelsa;
- As perdas cambiais foram superiores em 20,5 milhões, principalmente devido a uma desvalorização de 7% do Real face ao Dólar no primeiro semestre de 2004, afectando a dívida denominada em Dólares das subsidiárias brasileiras (nota: as diferenças cambiais das Senior Notes da Escelsa são compensadas na consolidação do Grupo).

Impacto da Consolidação pelo MEP (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
REN (30%)	9,0	10,9	-17,5%
CEM (22%)	3,8	2,5	48,9%
Electra (30,6%)	-	-7,2	-
Turbogás (20%)	3,5	0,5	-
DECA II (EEGSA (21%))	1,2	0,0	-
Outros	2,6	0,5	-
Total	20,1	7,2	179,8%

Amortização do Goodwill (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Hidrocontábrico	19,3	15,2	27,0%
EBE	4,4	4,2	4,8%
IVEN	10,8	18,8	-42,4%
ACE Holding	2,3	1,9	22,4%
Comunitel	6,3	5,4	18,6%
Outros	3,6	2,5	40,8%
Total	46,8	48,0	-2,5%

Resultados Extraordinários

Resultados Extraordinários (milhões)	1S2004	1S2003	Var. %
Ganhos/(Perdas) em imobilizações	-4,6	6,4	-
(Aumento)/redução amort. & provisões	4,4	23,3	-81,3%
Correcções exercicios anteriores (liq.)	-4,9	-2,4	-105,5%
Correcção de hidraulicidade	-	-	-
Compensação Amort. Activos Subsidiados	-	-	-
Dívidas incobráveis	-2,4	-0,3	-
Ganhos/(Perdas) em existências	-1,3	-0,6	109,7%
Outros Ganhos/(Perdas)	-11,2	-4,2	165,9%
Resultados Extraordinários	-20,1	22,2	-

(1) A “Compensação de amortizações de activos subsidiados” ascendeu a 38,0 milhões no primeiro semestre de 2004 e 37,2 milhões no primeiro semestre de 2003. Antes de 2004 apresentávamos este item como resultado não corrente, sendo actualmente apresentado como um item operacional corrente. Assim, os “Resultados extraordinários” do primeiro semestre de 2003 – que seriam de 59,4 milhões – foram ajustados em conformidade. Esta alteração da apresentação não tem impacto nos Resultados antes de impostos ou nos Resultados Líquidos.

Os Resultados Extraordinários são explicados por:

- No primeiro semestre de 2003 a Escelsa reverteu a provisão que havia criado para mitigar a eventual perda de valor de mercado dos seus activos em US\$ (NBCE's), com reflexo na rubrica “Aumento/(redução) provisões/amortizações”;
- A rubrica de “Outros Ganhos/(Perdas)” no primeiro semestre de 2004 inclui um custo de 10,9 milhões respeitante à compensação paga aos pré-reformados pela aceitação da antecipação à idade legal da reforma

IX – PERSPECTIVAS

O principal ênfase estratégico da EDP é colocado no mercado ibérico da energia. A EDP é a empresa líder do sector da energia eléctrica em Portugal, tencionando também desenvolver actividades no sector do gás português, através da transformação do seu investimento financeiro na GALP numa participação de controlo na GDP. Em Espanha, a EDP mantém o controlo operacional da HidroCantábrico, a 4ª maior empresa eléctrica daquele país, que também desenvolve uma actividade de relevo no sector do Gás através da sua subsidiária NaturCorp, onde detém uma participação de 56,8%.

Os objectivos estratégicos da EDP para o mercado ibérico de energia são:

- preservar o valor da sua actividade no sector da energia eléctrica português à luz da liberalização do mercado português de electricidade e da criação de um mercado ibérico integrado;
- expandir a sua plataforma ibérica no sector da energia eléctrica através da HidroCantábrico; e
- desenvolver o negócio ibérico do gás através da rentabilização dos activos existentes.

Preservar o valor da actividade da EDP no sector da energia eléctrica português

No sector da energia eléctrica português, a EDP enfrenta uma concorrência crescente em consequência da liberalização do mercado de electricidade em Portugal, na Península Ibérica e em toda a UE.

Em resposta a estes desafios, a EDP planeia:

- continuar a desenvolver esforços para melhorar os resultados e manter a liderança na produção e comercialização num mercado português de electricidade liberalizado e em fase de crescimento, aproveitando simultaneamente as oportunidades de expansão criadas pela gradual liberalização no seio da UE, em especial no mercado ibérico da electricidade; e
- dar seguimento ao programa de aumento de eficiência das operações no sector português da energia eléctrica, à redução dos custos relacionados com o cumprimento dos padrões internacionais de melhores práticas e mitigação do impacto provocado pelas reduções das tarifas no actual período regulatório sobre as margens operacionais da distribuição de electricidade.

Por forma a alcançar estes objectivos, a EDP tenciona:

- desenvolver esforços comerciais junto dos clientes existentes e de novos clientes, em particular dos que beneficiam ou virão a beneficiar de alternativas competitivas no SENV (em que a EDP está presente através da subsidiária EDP Energia);

- continuar a prestar serviços de alta qualidade e eficientes em termos de custos no SEP e no SENV;

- concentrar ainda mais a sua estrutura societária, à imagem do que foi feito com a fusão das quatro sociedades de distribuição na EDPD, e com a concentração da maior parte das sociedades de produção na EDP Produção;

- continuar a concentrar e melhorar a eficiência das actividades administrativas, tais como a contabilidade e a contratação de serviços externos, visando obter poupanças no fornecimento de bens e serviços e reduzir recursos humanos, finalidade para que foi constituída a EDP Valor, uma sociedade que integra algumas das suas sociedades de serviços, consolidando recursos e centralizando actividades de compras;

- identificar oportunidades para reduções adicionais dos custos administrativos através da aplicação continuada do “Programa Eficiência” iniciado no princípio de 2002, em relação ao qual a EDP chegou a um acordo com a autoridade reguladora portuguesa sobre um mecanismo de tarifas adequado que facilite crescentes melhorias na eficiência através de uma redução adicional dos recursos humanos da EDPD; e

- continuar a controlar o nível de investimento recorrente em activo fixo no sector português de energia eléctrica.

Expandir a plataforma ibérica no sector da energia eléctrica

No contexto da visada integração dos mercados espanhol e português da electricidade, a EDP alargou a sua definição de mercado doméstico para passar a considerar como tal a Península Ibérica. A EDP é a primeira empresa ibérica a deter activos de produção e distribuição significativos, bem como uma base de clientes relevante, em Portugal e Espanha, os dois países da UE com as maiores taxas de crescimento do consumo de energia eléctrica.

A plataforma ibérica no sector da energia eléctrica da EDP foi reforçada mediante o aumento da sua posição de controlo na HidroCantábrico, nomeadamente através da aquisição de uma participação representativa de 56,2% do capital social, que permitirá ao Grupo maximizar a flexibilidade de gestão, otimizar a integração empresarial e aproveitar as sinergias entre a EDP e a HidroCantábrico.

Neste âmbito, a EDP Tenciona:

- posicionar-se para poder beneficiar da criação de um mercado ibérico da electricidade e aproveitar oportunidades de crescimento em Espanha através da rentabilização do investimento na HidroCantábrico;

- fazer crescer a base de clientes aproveitando um mercado de electricidade totalmente liberalizado em Espanha;
- aproveitar as vantagens da oferta de um serviço combinado de gás e electricidade em Espanha através das actividades da Hidrocantábrico e da Naturcorp e, em Portugal, através das actividades da EDP e da GDP; e
- aumentar a capacidade de produção através da construção de centrais de ciclo combinado, do desenvolvimento de projectos de produção baseados em energias renováveis, principalmente através da construção ou aquisição de novos parques eólicos, e aumentar a capacidade dos centros electroprodutores existentes para fazer face ao forte crescimento do consumo.

Desenvolver o negócio ibérico do gás

A EDP encara o negócio do gás como claramente complementar em relação ao negócio da energia eléctrica, para além de apresentar grande interesse estratégico. Tanto Portugal como Espanha têm taxas de crescimento do consumo de gás e de electricidade superiores à média europeia. Ambos os países da Península Ibérica têm necessidade de construir capacidade adicional, e as centrais de ciclo combinado, que utilizam o gás como combustível, são consideradas uma opção vantajosa para fazer face às necessidades de expansão do sistema ibérico de electricidade, devido aos seus baixos custos de investimento por MW, maior eficiência, menores custos operacionais e de manutenção e menores níveis de emissão de gases poluentes comparados com outras centrais termoeléctricas.

Sendo esperada a criação de capacidade adicional de produção alimentada a gás no sistema ibérico de electricidade, os produtores de energia eléctrica, que já se encontram entre os maiores consumidores de gás na Península Ibérica, são e continuarão a ser um factor crítico de desenvolvimento e sustentabilidade do negócio do gás nesta região, embora a sua posição competitiva venha a depender de uma forma crescente dos preços do gás e da flexibilidade dos contratos de aquisição de gás. O mercado do gás natural é caracterizado pela existência de contratos de longo prazo, estando os produtores de energia eléctrica normalmente vinculados a contratos indexados ao preço do petróleo, com uma natureza “*take-or-pay*”, ou seja, com a obrigação de proceder ao pagamento independentemente da entrega efectiva, e que restringem o destino final do gás contratado. Uma vez que o gás representa uma parte substancial dos custos totais das centrais a gás, o acesso a contratos de gás flexíveis e competitivos é determinante para aumentar a eficiência das centrais de ciclo combinado.

Existem essencialmente duas razões para a EDP pretender vir a desenvolver um negócio ibérico de gás integrado:

- por um lado, aumentar a competitividade e eficiência das suas centrais a gás já que, estando envolvida na distribuição de gás e na produção de energia eléctrica, a EDP poderá mitigar os riscos representados pela variabilidade dos preços do gás, ao mesmo tempo que aumenta a flexibilidade do seu aprovisionamento e colocação de gás; e

- por outro lado, apropriar-se de sinergias resultantes da distribuição de gás e de electricidade aos consumidores finais, rentabilizando a sua base de clientes de electricidade, e beneficiar da partilha de custos de infra-estruturas e sistemas.

Embora a EDP já detenha uma presença importante no sector do gás em Espanha, a sua entrada no negócio do gás em Portugal depende da produção de efeitos do acordo celebrado, em Março de 2004, no âmbito da reestruturação do sector energético português, tendo em vista a aquisição, em conjunto com a Eni e a REN, da totalidade do capital social da GDP. Com efeito, a execução do acordo e das transacções associadas encontra-se sujeita a determinadas condições suspensivas, incluindo a aprovação pelas autoridades da concorrência relevantes, aprovação essa que já foi solicitada.

A REN irá trocar a sua participação na GDP por activos de transporte de gás em alta pressão desta sociedade. Após a saída da REN, a EDP e a Eni serão titulares de 51% e 49% da GDP, respectivamente.

A EDP tenciona rentabilizar a sua posição de 14,27% na GALP para adquirir a participação de 51% na GDP e concentrar-se no negócio do gás em detrimento das actividades relacionadas com o petróleo.

Complementarmente, a EDP celebrou contratos para adquirir participações nas duas principais distribuidoras regionais de gás: a Portgás e a Setgás.

Actividades Internacionais

A EDP tem procurado tirar partido de oportunidades internacionais na área da energia eléctrica e em áreas relacionadas, realizando investimentos sempre que julga poder alcançar uma rentabilidade interessante. No plano internacional, a EDP tem focado a sua atenção no Brasil, onde crê poder vir a desempenhar um papel activo na gestão das operações na área da energia eléctrica em que está envolvida e em que a rentabilidade potencial pode ser atractiva. Durante o primeiro semestre de 2003, a EDP procedeu a uma reavaliação da sua estratégia para o Brasil, estando actualmente a adoptar um conjunto de medidas para racionalizar as suas operações brasileiras, tornando-as mais auto-sustentadas e geridas de uma forma mais independente. Entre essas medidas incluem-se:

- reestruturação societária: integração de todas as actividades brasileiras na subsidiária EDP Brasil, que irá consolidar não apenas os resultados financeiros, mas também concentrar o planeamento e o controlo estratégico;

- *corporate governance*: harmonização e alinhamento das estruturas e procedimentos de *corporate governance* das subsidiárias da EDP Brasil, com vista a melhorar a eficiência e a transparência da gestão da EDP e do processo de decisão;

- posicionamento estratégico: introdução de ajustamentos necessários aos investimentos existentes, no sentido de obter um maior valor acrescentado para os accionistas e criar plataformas estratégicas para desenvolvimento de negócios futuros; e

- criação de sinergias: garantir que a EDP Brasil apresenta um conjunto de iniciativas tais como o relançamento do programa de eficiência e a análise da viabilidade de serviços partilhados.

Telecomunicações

A EDP planeia desenvolver as suas actuais operações no sector das telecomunicações no sentido de poder vir a desempenhar um papel competitivo, em especial, nos serviços de telefonia fixa para empresas em Portugal e Espanha, que considera mercados atractivos, com uma dimensão adequada e elevado potencial de crescimento.

Embora os seus planos e a sua estratégia continuem a evoluir e a adaptar-se às tendências do sector das telecomunicações, a expectativa actual da EDP é de vir a dar um relevo especial às seguintes áreas de negócio:

- operações de telefonia fixa, utilizando as operações de telefonia fixa de voz e dados da ONI como plataforma; e

- serviços de acesso à Internet, desenvolvendo as actividades de fornecedor de acesso da ONI.

Tecnologias de Informação

A EDP está presente no mercado das tecnologias da informação principalmente através da EDINFOR. Durante o segundo semestre de 2003 e na sequência da decisão de permitir a participação de um parceiro estratégico no capital social da EDINFOR, foram implementadas diversas medidas para facilitar o sucesso de uma futura parceria. Tais medidas incluem a renovação da relação com o Grupo EDP, o aumento das vendas para fora do Grupo EDP e a dissolução e/ou fusão de 17 sociedades do Grupo EDINFOR. A EDP espera encontrar, nos próximos meses, um parceiro estratégico para a EDINFOR que contribua com os seus conhecimentos tecnológicos para o desenvolvimento desta sociedade. Em qualquer parceria que venha eventualmente a celebrar, a EDP procurará garantir que os seus principais sistemas informáticos continuem a ser geridos pela EDINFOR. Com a implementação de uma parceria desta natureza, a EDP espera poder concentrar-se no seu *core business*, mantendo simultaneamente a disponibilidade e segurança dos sistemas críticos e melhorando o potencial de crescimento da EDINFOR.

X – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente

João Luís Ramalho de Carvalho Talone
Presidente da Comissão Executiva

António Afonso de Pinto Galvão Lucas
Membro da Comissão de Auditoria

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
Membro da Comissão Executiva

Jorge Manuel de Oliveira Godinho
Membro da Comissão Executiva

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral
Vogal, Não Executivo

José Manuel Trindade Neves Adelino
Presidente da Comissão de Auditoria

Luís Fernando de Mira Amaral
Vogal, Não Executivo

Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho
Membro da Comissão de Auditoria

Paulo Azevedo Pereira da Silva
Vogal, Não Executivo

Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende
Membro da Comissão Executiva

Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Membro da Comissão Executiva

Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins
Vogal, Não Executivo

Relatório e Contas

1º Semestre de 2004

2ª Parte
Prestação de Contas

(Página intencionalmente deixada em branco)

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de Junho de 2004

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003

	Notas	2004	2003
(Milhares de Euros)			
Activo			
Imobilizado corpóreo	4	11 706 053	11 651 599
Imobilizado incorpóreo	5	933 715	950 182
Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'	6	873 849	899 514
Investimentos financeiros	7	1 701 180	1 582 784
Impostos diferidos activos	8	546 683	609 338
Clientes	10	110 523	85 797
Devedores e outros activos	11	467 118	350 045
Total de Activos Não Correntes		16 339 121	16 129 259
Existências	9	144 016	159 236
Clientes	10	1 031 816	1 022 871
Devedores e outros activos	11	407 436	429 390
Acréscimos e diferimentos activos	12	664 078	622 417
Títulos negociáveis	13	89 115	143 953
Caixa e disponibilidades em bancos	13	114 418	143 543
Total de Activos Correntes		2 450 879	2 521 410
		18 790 000	18 650 669
Capitais Próprios			
Capital	14	3 000 000	3 000 000
Acções próprias	16	(55 577)	(49 020)
Reservas e resultados acumulados	17	2 144 946	1 965 918
Resultado líquido consolidado	17	274 852	381 109
Total dos Capitais Próprios		5 364 221	5 298 007
Interesses minoritários		233 836	236 485
Conta de hidraulicidade	18	375 201	387 506
Passivo			
Empréstimos	19	5 810 866	5 913 579
Provisões para riscos e encargos	20	804 818	819 574
Impostos diferidos passivos	8	532 226	616 056
Credores e outros passivos	21	595 109	542 942
Total de Passivos Não Correntes		7 743 019	7 892 151
Empréstimos	19	1 649 066	1 579 130
Credores e outros passivos	21	1 123 250	1 238 991
Acréscimos e diferimentos passivos	22	2 301 407	2 018 399
Total dos Passivos Correntes		5 073 723	4 836 520
Total do Passivo		12 816 742	12 728 671
		18 790 000	18 650 669

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

O DIRECTOR DE CONSOLIDAÇÃO
E CONTROLO DE GESTÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Demonstração de Resultados Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 e 2003

	Notas	2004	2003
(Milhares de Euros)			
Vendas	23	3 264 877	3 146 515
Custo das vendas	23	(1 920 487)	(1 841 065)
Margem bruta		1 344 390	1 305 450
<i>Outros proveitos operacionais</i>			
Prestação de serviços	23	267 105	199 176
Trabalhos para a própria empresa	24	104 176	116 660
Outros proveitos de exploração	25	7 996	9 490
		379 277	325 326
		1 723 667	1 630 776
<i>Outros custos operacionais</i>			
Fornecimentos e serviços externos	26	302 044	310 239
Custos com o pessoal	27	324 735	345 273
Outros custos de exploração	28	110 287	97 556
		737 066	753 068
Resultados Operacionais Brutos		986 601	877 708
Provisões do exercício	29	(46 237)	(62 523)
Amortizações líquidas	30	(388 797)	(408 346)
Resultados Operacionais		551 567	406 839
Proveitos / (custos) financeiros	31	(134 683)	(133 849)
Amortizações de investimentos financeiros	31	(46 773)	(48 682)
Resultados Correntes		370 111	224 308
Ganhos / (perdas) extraordinárias	32	(20 075)	59 379
Resultados Antes de Impostos		350 036	283 687
Provisão para impostos sobre lucros	33	(103 392)	(110 640)
Resultados Depois de Impostos		246 644	173 047
Interesses minoritários		28 208	8 997
Resultado Líquido Atribuível		274 852	182 044
Resultado por Acção - Básico - Euros	14	0,09 euros	0,06 euros

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Balanço Individual em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003

	Notas	2004	2003
(Milhares de Euros)			
<i>Activo</i>			
Imobilizado corpóreo	4	119 520	117 547
Imobilizado incorpóreo	5	201 529	207 356
Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'	6	105 989	106 738
Investimentos financeiros	7	6 921 020	7 195 266
Impostos diferidos activos	8	284 231	336 924
Devedores e outros activos	11	3 532 758	2 431 736
Total de Activos Não Correntes		11 165 047	10 395 567
Clientes	10	3 280	4 171
Devedores e outros activos	11	596 555	1 692 895
Acréscimos e diferimentos activos	12	433 187	432 841
Títulos negociáveis	13	15 841	85 641
Caixa e disponibilidades em bancos	13	5 715	8 332
Total de Activos Correntes		1 054 578	2 223 880
		12 219 625	12 619 447
<i>Capitais Próprios</i>			
Capital	14	3 000 000	3 000 000
Acções próprias	16	(55 577)	(49 020)
Reservas e resultados acumulados	17	2 144 946	1 965 918
Resultado líquido do exercício	17	274 852	381 109
Total dos Capitais Próprios		5 364 221	5 298 007
Conta de hidraulicidade	18	375 201	387 506
<i>Passivo</i>			
Empréstimos	19	3 158 456	3 207 572
Provisões para riscos e encargos	20	226 356	383 608
Impostos diferidos passivos	8	376 967	474 839
Credores e outros passivos	21	315 564	315 646
Total de Passivos Não Correntes		4 077 343	4 381 665
Empréstimos	19	2 178 630	2 176 932
Credores e outros passivos	21	103 288	266 465
Acréscimos e diferimentos passivos	22	120 942	108 872
Total dos Passivos Correntes		2 402 860	2 552 269
Total do Passivo		6 480 203	6 933 934
		12 219 625	12 619 447

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

O DIRECTOR DE CONSOLIDAÇÃO
E CONTROLO DE GESTÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Demonstração de Resultados Individual para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 e 2003

	Notas	2004	2003
(Milhares de Euros)			
Vendas		-	-
Custo das vendas		-	-
Margem bruta		-	-
<i>Outros proveitos operacionais</i>			
Prestação de serviços	23	12 194	4 987
Trabalhos para a própria empresa	24	-	-
Outros proveitos de exploração	25	88	479
		<u>12 282</u>	<u>5 466</u>
		<u>12 282</u>	<u>5 466</u>
<i>Outros custos operacionais</i>			
Fornecimentos e serviços externos	26	35 809	22 659
Custos com o pessoal	27	2 429	2 296
Outros custos de exploração	28	3 087	1 612
		<u>41 325</u>	<u>26 567</u>
Resultados Operacionais Brutos		(29 043)	(21 101)
Provisões do exercício	29	(5 244)	(286)
Amortizações líquidas	30	(4 464)	(3 685)
Resultados Operacionais		(38 751)	(25 072)
Proveitos / (custos) financeiros	31	192 794	171 284
Amortizações de investimentos financeiros	31	(6 790)	(6 770)
Resultados Correntes		147 253	139 442
Ganhos / (perdas) extraordinárias	32	34 971	57 905
Resultados Antes de Impostos		182 224	197 347
Provisão para impostos sobre lucros	33	92 628	(15 303)
Resultado Líquido		<u>274 852</u>	<u>182 044</u>
Resultado por Acção - Básico - Euros	14	<u>0,09 euros</u>	<u>0,06 euros</u>

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individual para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 e 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Consolidado		Individual	
	2004	2003	2004	2003
<i>Actividades Operacionais</i>				
Recebimentos de clientes	3 597 551	3 270 124	10 667	67 230
Pagamentos a fornecedores	(2 281 568)	(2 171 203)	(77 013)	(36 568)
Pagamentos ao pessoal	(381 188)	(391 511)	(2 690)	(2 991)
Pagamentos de rendas de concessão	(93 454)	(87 948)	-	-
Fluxo gerado pelas operações	841 341	619 462	(69 036)	27 671
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	(68 813)	(93 031)	131 354	190 545
Outras variações em activos e passivos operacionais	102 593	275 411	1 816	(302 952)
	33 780	182 380	133 170	(112 407)
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	875 121	801 842	64 134	(84 736)
Recebimentos / (pagamentos) relacionados com rubricas extraordinárias	(23 164)	(10 467)	(3 332)	10 471
	(23 164)	(10 467)	(3 332)	10 471
Fluxo das Actividades Operacionais	851 957	791 375	60 802	(74 265)
<i>Actividades de Investimento</i>				
Recebimentos:				
Investimentos financeiros	3 164	20 677	251 995	91 272
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	7 413	122 916	94	5 197
Subsídios de investimento	37 260	28 074	-	-
Juros e proveitos similares	7 570	881	85 960	112 210
Dividendos	8 975	31 481	417 494	375 952
	64 382	204 029	755 543	584 631
Pagamentos:				
Investimentos financeiros	(9 358)	(52 207)	(224 000)	-
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	(559 291)	(422 045)	(8 140)	(3 647)
	(568 649)	(474 252)	(232 140)	(3 647)
Fluxo das Actividades de Investimento	(504 267)	(270 223)	523 403	580 984
<i>Actividades de Financiamento</i>				
Recebimentos / (pagamentos) empréstimos obtidos	(62 759)	(96 256)	(335 389)	(44 594)
Juros e custos similares	(148 410)	(154 896)	(91 192)	(213 819)
Dividendos	(268 008)	(258 895)	(268 008)	(255 329)
Aquisição de acções próprias	(6 557)	(1 871)	(6 557)	(1 871)
	(485 734)	(511 918)	(701 146)	(515 613)
Fluxo das Actividades de Financiamento	(485 734)	(511 918)	(701 146)	(515 613)
Variação de caixa e seus equivalentes	(138 044)	9 234	(116 941)	(8 894)
Efeito das diferenças de câmbio	24 099	(65 732)	24 099	301
Caixa e seus equivalentes no início do período	(308 410)	(407 258)	93 974	48 956
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	(422 355)	(463 756)	1 132	40 363

(*) Ver nota 13 às Demonstrações Financeiras que detalha a composição da rubrica 'Caixa e seus equivalentes'

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados e Individual em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Ajustamentos patrimoniais de 'fair-value'	Acções próprias
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	5 494 182	3 000 000	309 631	2 497 020	(268 975)	(43 494)
Constituição de reservas:						
Reserva legal	-	-	16 760	(16 760)	-	-
Bónus a colaboradores	(25 062)	-	-	(25 062)	-	-
Dividendos pagos	(268 275)	-	-	(268 275)	-	-
Compra e venda de acções próprias	(5 526)	-	-	-	-	(5 526)
Resultado do exercício	381 109	-	-	381 109	-	-
Impostos diferidos	(252 296)	-	-	(252 296)	-	-
Efeitos implementação IAS 36 e 39:						
- Instrumentos financeiros derivados	131 181	-	-	131 181	-	-
- Reclassificação imparidade BCP de 2002	-	-	-	(247 750)	247 750	-
- 'Fair value' participações financeiras	10 758	-	-	-	10 758	-
- Reversão do 'Fair value' Iberdrola de 2002	21 223	-	-	-	21 223	-
Diferença cambial de consolidação	(193 032)	-	-	(193 032)	-	-
Outras reservas de consolidação	3 745	-	-	3 745	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	5 298 007	3 000 000	326 391	2 009 880	10 756	(49 020)
Constituição de reservas:						
Reserva legal	-	-	19 055	(19 055)	-	-
Bónus a colaboradores	(20 722)	-	-	(20 722)	-	-
Dividendos pagos	(268 008)	-	-	(268 008)	-	-
Compra e venda de acções próprias	(6 557)	-	-	-	-	(6 557)
Resultado do exercício	274 852	-	-	274 852	-	-
Impostos diferidos	(31 256)	-	-	(31 256)	-	-
Efeitos implementação IAS 36 e 39:						
- Instrumentos financeiros derivados	(2 147)	-	-	(2 147)	-	-
- 'Fair value' participações financeiras	149 633	-	-	-	149 633	-
Diferença cambial de consolidação	(12 952)	-	-	(12 952)	-	-
Outras reservas de consolidação	(16 629)	-	-	(16 629)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2004	5 364 221	3 000 000	345 446	1 913 963	160 389	(55 577)

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho de 2004

1. Actividade económica do Grupo EDP

O Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Ibérico e Brasileiro, nos sectores da electricidade e telecomunicações.

Actividade no Sector Energético da Península Ibérica

Em Portugal, o Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) e de um Sistema Eléctrico Independente (SEI), sendo este último composto pelo Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) e pelos Produtores em Regime Especial (PRE).

O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte (RNT), pelos Produtores Vinculados, pelos Distribuidores Vinculados e pelos Clientes Vinculados. À RNT, concessionada à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., compete assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP. Os Produtores Vinculados encontram-se ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo. Os Distribuidores Vinculados assumem a obrigatoriedade de fornecimento aos seus Clientes, segundo as tarifas e condições fixadas, nos termos da lei, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Os Clientes Vinculados correspondem aos consumidores de energia eléctrica que não podem optar por um fornecedor do SENV (actualmente os consumidores alimentados em baixa tensão) ou que, podendo, optaram por adquirir a energia eléctrica ao respectivo distribuidor vinculado nas condições determinadas pela ERSE.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores Não Vinculados e pelos Clientes Não Vinculados, tendo estes últimos o direito de utilizar as redes do SEP através de tarifas fixadas, nos termos da lei, pela ERSE. Os Produtores em Regime Especial operam na área das energias renováveis e da cogeração, efectuando entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica. De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP. O Grupo EDP, através das suas Empresas de Produção e Distribuição de energia eléctrica, desempenha um papel fundamental em todo o SEN detendo uma posição relevante no seio do SEP e detendo também empresas de produção que actuam no SEI, quer ao nível do SENV, quer ao nível dos PRE.

Em Espanha, o Grupo EDP detém uma participação num interesse conjunto de 40% na Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. (adiante designada por Hidrocantábrico), empresa na qual assume a gestão operacional conjunta. A Hidrocantábrico é a empresa-mãe de um Grupo empresarial que desenvolve actividade nos sectores eléctrico (na produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica), do gás (distribuição e comercialização) e das telecomunicações. Esta participação da EDP na Hidrocantábrico insere-se numa lógica de integração e consolidação do mercado ibérico da energia.

Actividade no Sector Energético do Brasil

No Brasil, o Grupo EDP actua no sector eléctrico, nomeadamente na produção, distribuição e comercialização. Na distribuição, detém uma participação de 96,5% na Bandeirante Energia S.A. e o controle de 99,97% na IVEN, S.A., que controla a Escelsa Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A. e a Enersul Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A.

No sector da Produção de energia eléctrica, o Grupo EDP detém participações na Usina Hidroeléctrica (UHE) Lajeado (27,65%) e na Usina Termoeléctrica (UTE) Fafen (79,6%); em parceria com o Grupo Rede do Brasil, venceu em 2001 as licitações para a concessão de construção e exploração das UHE de Peixe Angical e de Couto Magalhães.

Na comercialização, para além da actividade exercida pelas empresas de distribuição, o Grupo EDP opera no mercado de trading de energia eléctrica através da Enertrade, empresa detida na totalidade pelo Grupo.

Actividade no Sector das Telecomunicações

No sector das telecomunicações, o Grupo EDP detém 56,025% do capital social da ONI SGPS, sendo o restante capital detido pelo BCP, Galp Energia e Brisa. A ONI actua nas telecomunicações fixas, presta serviços de voz e de dados, estando presente nos mercados português (nos segmentos empresarial e residencial) e espanhol (no segmento empresarial).

Actividade no Sector das Tecnologias de Informação

Nas Tecnologias de Informação, o Grupo EDP está presente através da Edinfor - Sistemas Informáticos S.A., empresa detida na totalidade pelo Grupo, vocacionada para este sector, a qual por sua vez detém ainda 57,8% do capital da ACE. O posicionamento estratégico neste sector é o de one stop-shopping nas áreas de intervenção onde actua: Consultoria e Integração de Sistemas, Outsourcing de Processos e Aplicações, Infra-estruturas de TI, Soluções Georeferenciadas e Soluções Gráficas e de Finishing.

Regime de Preços da Energia Eléctrica

De acordo com a lei, em Portugal compete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica aos clientes do SEP. No Brasil estas funções são igualmente assumidas por uma entidade reguladora - Agência Nacional de Energia Eléctrica (Aneel). Em Espanha, os preços da energia eléctrica são fixados pelo Governo, ouvida ou sob proposta da entidade reguladora, a Comissão Nacional de Energia.

Regime de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, foi prevista a possibilidade desta actividade ser exercida pela EDP, por concessão, através da celebração do respectivo contrato de concessão, por períodos que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, podendo ser revogados com aviso prévio de 2 anos. No processo de cisão ocorrido em 1994 esta possibilidade foi mantida em relação às 4 Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas, posteriormente objecto de fusão em 2000 na EDP Distribuição S.A.. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Bens de Domínio Público

Em Portugal, alguns imobilizados afectos à Produção e Distribuição de energia eléctrica no SEP estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos, no domínio do comércio jurídico privado, enquanto se mantiver a sua afectação. No Brasil, os imobilizados utilizados na distribuição e comercialização de energia eléctrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Aneel já regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Eléctrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens sem utilidade para a concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas são as descritas na Nota 2, do Capítulo III - Demonstrações Financeiras, do Caderno Financeiro do Relatório e Contas Grupo EDP referente ao exercício de 2003.

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 são consistentes com as adoptadas pelo Grupo EDP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais para o período homólogo findo em 30 de Junho de 2003, excepto quanto às seguintes situações:

- a) O Grupo decidiu antecipar no segundo semestre de 2003, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2003, a adopção das normas "International Accounting Standards" IAS 32, IAS 36 e IAS 39, pelo que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais relativas ao primeiro semestre de 2003 não reflectem os efeitos desta antecipação. Os efeitos antes de imposto da implementação destes normativos à data de 30 de Junho de 2003 são os seguintes:

	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>RAI do período</u>
	<u>DR / (CR)</u>	<u>DR / (CR)</u>	<u>DR / (CR)</u>	<u>DR / (CR)</u>
	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>
Derivados	294 309	(82 116)	(131 181)	(81 102)
Investimentos financeiros	311 058	(272 697)	(38 361)	-

Adicionalmente, de acordo com a política do Grupo EDP, em 2004, e com referência a 1 de Janeiro, o Grupo implementou a política de contabilização de cobertura nos instrumentos financeiros derivados (ver nota 35).

- b) Até ao exercício de 2003, era política do Grupo reconhecer como proveitos na rubrica de Ganhos extraordinários – Compensação de amortizações de imobilizados participados, o montante proporcional correspondente à amortização das imobilizações corpóreas participadas por clientes. Atendendo à natureza destas participações, foi decidido no exercício de 2004 proceder ao registo destes proveitos como uma redução às amortizações do imobilizado. Nestas circunstâncias, em 30 de Junho de 2003 a rubrica de Ganhos extraordinários incluía 34 385 milhares de euros de proveitos relacionados com valores participados pelos clientes pelo que os resultados correntes do período de seis meses findo em 30 de Junho estão subavaliados por este montante (ver Nota 32).

3. Políticas de gestão do risco financeiro

As políticas de gestão do risco financeiro são as descritas na Nota 3, do Capítulo III - Demonstrações Financeiras, do Caderno Financeiro do Relatório e Contas Grupo EDP referente ao exercício de 2003.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

4. Imobilizado corpóreo

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
Valor bruto				
Imobilizado do regime do DL 344-B/82	240 607	240 607	-	-
Terrenos e recursos naturais	128 051	128 169	55 838	55 838
Edifícios e outras construções	393 047	410 982	66 355	81 413
Equipamento básico:				
Produção Hidroelétrica	6 937 749	6 952 258	-	-
Produção Termoelétrica	3 602 883	3 405 254	-	-
Produção Renováveis	61 245	42 795	-	-
Distribuição de electricidade	12 857 159	12 675 981	-	-
Outro equipamento básico	721 166	714 415	-	-
Equipamento de transporte	74 845	75 761	1 895	2 032
Equipamento administrativo e utensílios	357 498	344 250	60 990	59 511
Outras imobilizações corpóreas	36 243	22 393	13 545	23
Imobilizações em curso	1 183 812	1 187 302	8 438	4 427
	<u>26 594 305</u>	<u>26 200 167</u>	<u>207 061</u>	<u>203 244</u>
Amortizações acumuladas				
Amortizações do exercício	(404 757)	(803 091)	(2 752)	(4 930)
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	(14 483 495)	(13 745 477)	(84 789)	(80 767)
	<u>(14 888 252)</u>	<u>(14 548 568)</u>	<u>(87 541)</u>	<u>(85 697)</u>
Valor líquido	<u>11 706 053</u>	<u>11 651 599</u>	<u>119 520</u>	<u>117 547</u>

Os movimentos da rubrica de **Imobilizado corpóreo** durante os primeiros seis meses de 2004, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo	Aquisições	Abates	Transfer.	Variações	Saldo em
	1 Janeiro Euro'000	/ Dotações Euro'000			Perímetro /Regularizações Euro'000	
Valor bruto						
Imobilizado do regime do DL 344-B/82	240 607	-	-	-	-	240 607
Terrenos e recurso naturais	128 169	717	(419)	462	(878)	128 051
Edifícios e outras construções	410 982	2 054	(3 117)	(12 487)	(4 385)	393 047
Equipamento básico	23 790 703	76 995	(32 286)	402 044	(57 254)	24 180 202
Equipamento de transporte	75 761	2 052	(3 576)	990	(382)	74 845
Equipamento administrativo e utensílios	344 250	4 672	(982)	10 006	(448)	357 498
Outras imobilizações corpóreas	22 393	44 032	-	13 599	(43 781)	36 243
Imobilizações em curso	1 187 302	377 588	(116)	(414 614)	33 652	1 183 812
	<u>26 200 167</u>	<u>508 110</u>	<u>(40 496)</u>	<u>-</u>	<u>(73 476)</u>	<u>26 594 305</u>
Amortizações Acumuladas						
Imobilizado do regime do DL 344-B/82	231 528	1 303	-	-	-	232 831
Edifícios e outras construções	166 403	4 658	(1 153)	-	(1 518)	168 390
Equipamento básico	13 911 573	368 789	(29 753)	-	(20 828)	14 229 781
Equipamento de transporte	54 532	4 815	(2 875)	-	(230)	56 242
Equipamento administrativo e utensílios	180 109	23 276	(905)	-	(7 308)	195 172
Outras imobilizações corpóreas	4 423	1 916	-	-	(503)	5 836
	<u>14 548 568</u>	<u>404 757</u>	<u>(34 686)</u>	<u>-</u>	<u>(30 387)</u>	<u>14 888 252</u>

À data de 30 de Junho de 2004, para o Grupo, o valor bruto do activo corpóreo financiado por contratos de leasing ascende a 39 323 milhares de euros (amortização acumulada de 8 479 milhares de euros), e as respectivas rendas vincendas ascendem a 28 642 milhares de euros.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

Os movimentos da rubrica de **Imobilizado corpóreo** durante os primeiros seis meses de 2004, em base **Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Dotações Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto						
Terrenos e recursos naturais	55 838	-	-	-	-	55 838
Edifícios e outras construções	81 413	-	(1 542)	(13 516)	-	66 355
Equipamento de transporte	2 032	128	(265)	-	-	1 895
Equipamento administrativo e utensílios	59 511	1 479	-	-	-	60 990
Outras imobilizações corpóreas	23	-	-	13 522	-	13 545
Imobilizações em curso	4 427	4 017	-	(6)	-	8 438
	<u>203 244</u>	<u>5 624</u>	<u>(1 807)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>207 061</u>
Amortizações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	31 929	692	(758)	(158)	-	31 705
Equipamento de transporte	884	161	(150)	-	-	895
Ferramentas e utensílios	52	5	-	-	-	57
Equipamento administrativo e utensílios	52 826	1 217	-	-	-	54 043
Outras imobilizações corpóreas	6	677	-	158	-	841
	<u>85 697</u>	<u>2 752</u>	<u>(908)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87 541</u>

À data de 30 de Junho de 2004, em base individual, o valor bruto do activo corpóreo financiado por contratos de leasing ascende a 1 149 milhares de euros (amortização acumulada de 354 milhares de euros), e as respectivas rendas vincendas ascendem a 984 milhares de euros.

5. Imobilizado incorpóreo

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
Valor bruto				
Despesas de instalação	85 455	85 157	7 085	7 085
Despesas de investigação e desenvolvimento	98 129	103 302	15 193	15 193
Propriedade industrial e outros direitos	176 775	158 057	50	50
Imobilizações em curso e outras imobilizações	13 148	21 944	3 310	3 277
Trespases negócio de telecomunicações	40 209	40 209	-	-
Direitos de concessão no Brasil	835 583	835 366	242 831	242 831
	<u>1 249 299</u>	<u>1 244 035</u>	<u>268 469</u>	<u>268 436</u>
Amortizações acumuladas				
Amortizações do exercício de direitos de concessão	(15 220)	(30 439)	(3 874)	(7 745)
Amortizações do exercício do imobilizado incorpóreo	(22 015)	(42 501)	(1 986)	(3 183)
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	(278 349)	(220 913)	(61 080)	(50 152)
	<u>(315 584)</u>	<u>(293 853)</u>	<u>(66 940)</u>	<u>(61 080)</u>
Valor líquido	<u>933 715</u>	<u>950 182</u>	<u>201 529</u>	<u>207 356</u>

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

Os movimentos da rubrica de **Imobilizado incorpóreo** durante os primeiros seis meses de 2004, **para o Grupo**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Dotações Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Variações Perímetro /Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto						
Despesas de instalação	85 157	308	(133)	(74)	197	85 455
Despesas de investigação e desenvolvimento	103 302	190	(5 946)	323	260	98 129
Propriedade industrial e outros direitos	158 057	269	(4)	20 030	(1 577)	176 775
Imobilizações em curso	21 944	4 040	(179)	(14 568)	1 911	13 148
Trespases negócio de telecomunicações	40 209	-	-	-	-	40 209
Direitos de concessão no Brasil	835 366	2 167	-	(5 711)	3 761	835 583
	<u>1 244 035</u>	<u>6 974</u>	<u>(6 262)</u>	<u>-</u>	<u>4 552</u>	<u>1 249 299</u>
Amortizações Acumuladas						
Despesas de instalação	64 855	7 785	(39)	-	(6 391)	66 210
Despesas de investigação e desenvolvimento	44 606	8 879	(2 342)	-	(95)	51 048
Propriedade industrial e outros direitos	32 376	4 243	17	-	(8 086)	28 550
Trespases negócio de telecomunicações	14 571	1 108	-	-	1 459	17 138
Direitos de concessão no Brasil	137 445	15 220	-	-	(27)	152 638
	<u>293 853</u>	<u>37 235</u>	<u>(2 364)</u>	<u>-</u>	<u>(13 140)</u>	<u>315 584</u>

Os movimentos da rubrica de **Imobilizado incorpóreo** durante o ano de 2003, **em base Individual**, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro'000	Aquisições / Dotações Euro'000	Abates Euro'000	Transfer. Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 30 Junho Euro'000
Valor bruto						
Despesas de instalação	7 085	-	-	-	-	7 085
Despesas de investigação e desenvolvimento	15 193	-	-	-	-	15 193
Propriedade industrial e outros direitos	50	-	-	-	-	50
Imobilizações em curso	3 277	33	-	-	-	3 310
Direitos de concessão no Brasil	242 831	-	-	-	-	242 831
	<u>268 436</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>268 469</u>
Amortizações Acumuladas						
Despesas de instalação	5 228	708	-	-	-	5 936
Despesas de investigação e desenvolvimento	6 715	1 273	-	-	-	7 988
Propriedade industrial e outros direitos	10	4	-	-	-	14
Direitos de concessão no Brasil	49 127	3 875	-	-	-	53 002
	<u>61 080</u>	<u>5 860</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>66 940</u>

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

No **Grupo, e em Base Individual**, a rubrica de **Direitos de concessão**, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da empresa à data da aquisição, nas seguintes aquisições realizadas no Brasil até à presente data, são analisados como segue:

	Jun 2004			Dez 2003		
	Direitos brutos Euro'000	Amortizações acumuladas Euro'000	Valor líquido Euro'000	Direitos brutos Euro'000	Amortizações acumuladas Euro'000	Valor líquido Euro'000
<i>Actividade Eléctrica - Brasil</i>						
<i>Consolidado - Grupo</i>						
Bandeirante Energia	274 949	(58 876)	216 073	275 279	(54 483)	220 796
Escelsa / Enersul	560 634	(93 764)	466 870	560 087	(82 962)	477 125
	<u>835 583</u>	<u>(152 640)</u>	<u>682 943</u>	<u>835 366</u>	<u>(137 445)</u>	<u>697 921</u>
Amortizações do exercício		<u>(15 220)</u>			<u>(30 439)</u>	
<i>Em base Individual</i>						
Bandeirante Energia	242 831	(53 001)	189 830	242 831	(49 127)	193 704
	<u>242 831</u>	<u>(53 001)</u>	<u>189 830</u>	<u>242 831</u>	<u>(49 127)</u>	<u>193 704</u>
Amortizações do exercício		<u>(3 874)</u>			<u>(7 745)</u>	

Os **Direitos de concessão** sobre as empresas subsidiárias Brasileiras de distribuição de energia eléctrica, nomeadamente sobre a Bandeirante Energia SA, sobre a Escelsa - Espírito Santo Centrais Eléctricas SA e sobre a Enersul - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul SA, são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão, respectivamente até 2025, 2030 e 2030.

Em 30 de Junho de 2004, no **Grupo**, por áreas de negócio, os principais projectos de **Investigação e Desenvolvimento** são os seguintes:

	Custo de investimento Euro'000	Amortizações acumuladas Euro'000	Valor líquido Euro'000
<i>Projectos de desenvolvimento por áreas de negócio:</i>			
Produção de Electricidade	18 498	(12 167)	6 331
Tecnologias de Informação	8 751	(5 544)	3 207
Telecomunicações	67 254	(32 387)	34 867
Qualidade	3 626	(950)	2 676
	<u>98 129</u>	<u>(51 048)</u>	<u>47 081</u>

Em 30 de Junho de 2004, no **Grupo**, os principais activos de **Propriedade industrial e outros direitos** são analisados como segue:

	Empresa Grupo EDP	Custo de aquisição Euro'000	Amortizações acumuladas Euro'000	Valor líquido Euro'000
Licenciamento de software	Brasil e Hidroantábrico	66 093	(19 516)	46 577
Direitos de utilização de fibras ópticas	Oni Telecom	108 932	(8 071)	100 861
Outros	Outras Empresas	1 750	(963)	787
		<u>176 775</u>	<u>(28 550)</u>	<u>148 225</u>

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

6. Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'

No **Grupo**, a rubrica de **Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'**, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da empresa à data da aquisição, é analisada como segue:

	Jun 2004			Dez 2003		
	Diferenças brutas	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Diferenças brutas	Amortizações acumuladas	Valor líquido
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<i>Actividade Eléctrica</i>						
Grupo Hidrocontábrico	758 014	(78 488)	679 526	752 676	(46 319)	706 357
Investco	2 108	(158)	1 950	2 177	(127)	2 050
Enerpeixe	1 014	(28)	986	1 629	(4)	1 625
	761 136	(78 674)	682 462	756 482	(46 450)	710 032
<i>Actividade Telecomunicações</i>						
Oni Solutions	21 103	(9 454)	11 649	21 103	(8 399)	12 704
Comunitel Global	91 393	(27 266)	64 127	86 157	(22 889)	63 268
Outros	12 782	(2 024)	10 758	12 779	(1 385)	11 394
	125 278	(38 744)	86 534	120 039	(32 673)	87 366
<i>Actividade Tecnologia de Informação</i>						
ACE, SGPS	58 844	(10 298)	48 546	58 844	(8 827)	50 017
Case	3 612	(1 264)	2 348	3 612	(1 084)	2 528
Copidata, SA	4 064	(4 064)	-	4 064	(3 861)	203
S-Tecno	3 926	(1 374)	2 552	3 926	(1 178)	2 748
Outras	8 660	(2 742)	5 918	8 827	(2 428)	6 399
	79 106	(19 742)	59 364	79 273	(17 378)	61 895
<i>Outras Actividades</i>						
Affinis	12 725	(1 007)	11 718	12 725	(689)	12 036
Turbogás	18 174	(1 363)	16 811	18 174	(908)	17 266
Companhia Electricidade Macau	17 110	(7 842)	9 268	16 543	(6 893)	9 650
Outras	9 254	(1 562)	7 692	2 127	(858)	1 269
	57 263	(11 774)	45 489	49 569	(9 348)	40 221
	1 022 783	(148 934)	873 849	1 005 363	(105 849)	899 514
<i>Amortizações do exercício</i>		(29 644)			(54 439)	

Em **Base Individual**, a rubrica de **Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'**, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da empresa à data da aquisição, é analisada como segue:

	Jun 2004			Dez 2003		
	Diferenças brutas	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Diferenças brutas	Amortizações acumuladas	Valor líquido
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<i>Actividade Eléctrica - Espanha</i>						
<i>Espanha</i>						
Grupo Hidrocontábrico	115 915	(12 075)	103 840	115 915	(9 177)	106 738
<i>Actividade Eléctrica - Outros</i>						
	2 167	(18)	2 149	-	-	-
	118 082	(12 093)	105 989	115 915	(9 177)	106 738
<i>Amortizações do exercício</i>		(2 916)			(5 796)	

As **Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'** sobre as empresas subsidiárias e associadas, são amortizadas pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil estimada (10 anos para a generalidade e 20 anos para ACE, Affinis, Turbogás e Hidrocontábrico).

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

7. Investimentos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>Grupo</u>		<u>Individual</u>	
	<u>Jun 2004</u>	<u>Dez 2003</u>	<u>Jun 2004</u>	<u>Dez 2003</u>
	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>
<i>Partes de capital :</i>				
Empresas filiais	65	1 305	5 608 968	5 598 313
Empresas associadas	431 527	441 449	998 659	998 617
Investimentos em outras empresas	1 485 224	1 351 958	317 072	317 072
	<u>1 916 816</u>	<u>1 794 712</u>	<u>6 924 699</u>	<u>6 914 002</u>
<i>Investimentos em imóveis</i>				
Edifícios e outras construções	1 390	1 417	-	-
	<u>1 390</u>	<u>1 417</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<i>Outras Aplicações financeiras</i>				
Depósitos bancários	5 000	-	-	-
Títulos da dívida pública	19	19	19	19
Outros títulos	38 244	70 143	-	282 193
Outras aplicações financeiras	6 244	4 029	-	-
	<u>49 507</u>	<u>74 191</u>	<u>19</u>	<u>282 212</u>
	<u>1 967 713</u>	<u>1 870 320</u>	<u>6 924 718</u>	<u>7 196 214</u>
<i>Provisão para investimentos financeiros :</i>				
Partes de capital	(265 012)	(285 790)	(3 698)	(948)
Outras aplicações financeiras	(1 161)	(1 391)	-	-
	<u>(266 173)</u>	<u>(287 181)</u>	<u>(3 698)</u>	<u>(948)</u>
<i>Amortização de investimentos em imóveis</i>				
	(360)	(355)	-	-
	<u>(360)</u>	<u>(355)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(266 533)</u>	<u>(287 536)</u>	<u>(3 698)</u>	<u>(948)</u>
	<u>1 701 180</u>	<u>1 582 784</u>	<u>6 921 020</u>	<u>7 195 266</u>

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

O detalhe da rubrica dos investimentos em **Partes de capital** é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<i>Investimentos em Empresas Filiais :</i>				
SPE - Macau	-	-	-	5
EDP Distribuição de Energia, SA	-	-	1 469 828	1 566 925
EDP Energia, SA	-	-	39 814	46 665
Edinfor - Sistemas Informáticos, SA	-	-	52 718	53 963
EDP Gestão de Produção de Energia, SA	-	-	1 816 839	1 910 017
EDP-Participações, SGPS	-	-	1 170 602	1 033 566
Enernova,SA	-	-	22 300	21 235
EDP Produção Bioelétrica, SA	-	-	10 844	11 095
EDP Internacional, SA	-	-	958 071	879 478
Enercorp	-	-	6 035	6 471
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, SA	-	-	7 702	7 136
EDALPRO - Imobiliária, Lda	-	-	1 431	1 728
Labelec - Est. Desenv. Activ. Laboratoriais,SA	-	-	5 546	6 481
EDP Investimentos, LDA	-	-	44 765	50 586
Outras	65	1 305	2 473	2 962
	65	1 305	5 608 968	5 598 313
<i>Investimentos em Empresas Associadas :</i>				
DECA - Distribucion Eléctrica Centroamerica, SA	69 135	67 894	69 135	67 894
Companhia de Electricidade de Macau	59 649	65 129	-	-
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	248 694	254 223	248 694	254 223
Empresa associadas do Grupo Hidrocantábrico	36 813	39 398	-	-
Portsines - Terminal de Sines	7 501	7 501	-	-
Turbogás - Produtora Energética	7 499	5 211	-	-
Hidrocantábrico	-	-	680 546	676 213
Outras	2 236	2 093	283	287
	431 527	441 449	998 658	998 617
<i>Investimentos em outras Empresas :</i>				
CERJ - Companhia Eléctrica do Estado Rio Janeiro	95 050	97 767	-	-
Galp, SGPS	457 201	328 211	-	-
BCP - Banco Comercial Português	552 789	552 789	-	-
OPTEP (Optimus)	315 000	314 750	315 000	314 749
Outras	65 184	58 441	2 072	2 323
	1 485 224	1 351 958	317 072	317 072
	1 916 816	1 794 712	6 924 698	6 914 002

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

A relação das empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método de integração global, método proporcional e de equivalência patrimonial, encontra-se enunciada na Nota 7, do Capítulo III - Demonstrações Financeiras, do Caderno Financeiro do Relatório e Contas Grupo EDP referente ao exercício de 2003.

Durante o exercício de 2003, ocorreram as seguintes alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP :

- Na sequência da tomada de controlo de 62% do capital social do Grupo Naturcorp por parte da Hidrocontábrico (HC), em resultado do respectivo processo de privatização finalizado no início do segundo semestre de 2003, o Grupo Naturcorp passou a ser incluído pelo método integral de consolidação nas contas do Grupo HC, o que, consequentemente, passou a ser incluído nas contas do Grupo EDP por via da consolidação proporcional dos 40% detidos no Grupo HC.

Durante os primeiros seis meses de 2004, ocorreram as seguintes alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP :

- Constituição da EDP - Investments and Services, Limited, com sede em George Town, Ilhas Cayman e com um capital social de USD 10 000.
- Aquisição, pela ACE, da totalidade do capital social das sociedades Digihotel, S.A., Digigest, S.A., Digitec, S.A., Greatplains, S.A. e Case Edinfor Ásia, Lda.
- Alienação, pela ONI, da totalidade do capital social da ONI WAY à Vodafone.
- Liquidação das sociedades EDP Águas, S.A. e Valorágua, S.A.
- Alteração da percentagem de controlo do capital social do Grupo Naturcorp por parte da HC, de 62,0% para 56,8%, registado na sequência da sociedade Gas Natural ter abdicado do controlo de 50% do capital social da sociedade Gas Euskadi por troca de uma participação directa na Naturcorp.

8. Impostos diferidos activos e passivos

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporais que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, analisado por empresa como segue:

	Impostos Activos		Impostos Passivos	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Individual - EDP, SA	284 231	336 924	376 967	474 839
Grupo ONI	101 915	107 831	719	719
Grupo EDP Produção	1 037	1 037	-	-
Grupo EDP Brasil	131 313	131 707	114 657	103 066
Grupo Hidrocontábrico	9 162	12 814	39 878	37 432
EDP Finance BV	18 510	18 510	-	-
Outros	515	515	5	-
Grupo EDP	546 683	609 338	532 226	616 056

9. Existências

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Mercadorias	13 498	15 794	-	-
Compras e adiantamentos por conta de compras	5 834	2 291	-	-
Produtos acabados e intermédios	619	569	-	-
Produtos e trabalhos em curso	3 998	3 648	-	-
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	2 188	1 989	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo:				
Carvão	19 833	24 920	-	-
Fuel	29 919	47 530	-	-
Materiais diversos	68 137	62 495	-	-
	144 026	159 236	-	-
Provisão para depreciação de existências	(10)	-	-	-
	144 016	159 236	-	-

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

10. Clientes

A análise da rubrica de **Clientes**, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Clientes Curto Prazo - Corrente :				
<i>Clientes residentes :</i>				
Estado e Organismos Oficiais	43 853	36 234	8	-
Autarquias Locais	30 689	31 041	1	-
Sector Empresarial e Particulares	767 297	789 986	3 271	4 171
Clientes Títulos a receber	1	46	-	-
	<u>841 840</u>	<u>857 307</u>	<u>3 280</u>	<u>4 171</u>
<i>Clientes não residentes :</i>				
Sector Empresarial e Particulares	187 312	158 490	-	-
	<u>187 312</u>	<u>158 490</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1 029 152</u>	<u>1 015 797</u>	<u>3 280</u>	<u>4 171</u>
Clientes de cobrança duvidosa	191 977	188 689	10 917	9 119
Provisão para clientes de cobrança duvidosa	(189 313)	(181 615)	(10 917)	(9 119)
	<u>1 031 816</u>	<u>1 022 871</u>	<u>3 280</u>	<u>4 171</u>
Clientes Médio / Longo Prazo - Não Corrente :				
<i>Clientes residentes :</i>				
Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88 (i)	180 452	181 689	-	-
Sector Empresarial e Particulares	17 885	5 017	-	-
Clientes Títulos a receber	414	413	-	-
	<u>198 751</u>	<u>187 119</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisão para Clientes Autarquias 31.12.88	(88 228)	(101 322)	-	-
	<u>110 523</u>	<u>85 797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1 142 339</u>	<u>1 108 668</u>	<u>3 280</u>	<u>4 171</u>

(i) O montante desta rubrica é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

11. Devedores e outros activos

A rubrica de **Devedores e outros activos** é analisada como segue:

	<u>Grupo</u>		<u>Individual</u>	
	<u>Jun 2004</u>	<u>Dez 2003</u>	<u>Jun 2004</u>	<u>Dez 2003</u>
	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>	<u>Euro'000</u>
<i>Devedores de Curto Prazo - Corrente</i>				
Estado e outros entes públicos :				
- Imposto sobre o rendimento IRC	3 972	73 398	468	194 725
- Imposto sobre o valor acrescentado	85 937	100 730	16 403	11 872
- Outras tributações	14 550	5 647	-	-
Empréstimos a Empresas do grupo	-	-	9 026	842 244
Outras Empresas relacionadas	3 948	1 178	1 961	-
Adiantamentos a fornecedores	3 408	2 478	-	480
Outros devedores:				
- Conta corrente com o Fundo de Pensões	12 120	12 120	12 120	12 120
- Dívidas referentes a pessoal	2 863	8 536	36	1 418
- Valores a receber pela venda Oni way	90 339	39 667	-	-
- Créditos sobre o Estado e Concedentes	10 697	6 879	119 222	5 832
- Devedores por outros bens e serviços	90 721	94 437	21 879	4 890
- Activos regulatórios	27 269	51 732	-	-
- Outros devedores - Empresas do Grupo	-	-	379 310	585 018
- Protocolo INAG/EDP - Alqueva	26 082	26 082	26 082	26 082
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	17 024	8 497	-	-
- Outros devedores e operações diversas	29 152	7 344	10 048	8 214
	<u>418 082</u>	<u>438 725</u>	<u>596 555</u>	<u>1 692 895</u>
Provisão para Devedores C Prazo - Corrente	<u>(10 646)</u>	<u>(9 335)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>407 436</u>	<u>429 390</u>	<u>596 555</u>	<u>1 692 895</u>
<i>Devedores de Médio / Longo Prazo - Não Corrente</i>				
Outras Empresas relacionadas	10 934	-	3 090	90
Empréstimos a Empresas do grupo	-	-	3 529 665	2 431 644
Outros devedores:				
- Imobilizados em integração compensados (i)	9 270	9 270	-	-
- Activos regulatórios				
Portugal (ii)	223 328	148 352	-	-
Brasil	128 138	127 256	-	-
- Cauções e depósitos vinculados	49 776	44 991	3	2
- Outros devedores e operações diversas	53 214	20 176	-	-
	<u>474 660</u>	<u>350 045</u>	<u>3 532 758</u>	<u>2 431 736</u>
Provisão para Devedores M/L Prazo - Não Corrente	<u>(7 542)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>467 118</u>	<u>350 045</u>	<u>3 532 758</u>	<u>2 431 736</u>
	<u>874 554</u>	<u>779 435</u>	<u>4 129 313</u>	<u>4 124 631</u>

(i) Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.

(ii) A rubrica de activos regulatórios diz respeito aos encargos associados ao Plano de Racionalização de Recursos Humanos de 2003 e 2004, na EDP Distribuição, que foram aceites pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos como investimento amortizável, por um período de 20 anos, com início em 2005.

12. Acréscimos e diferimentos activos

Os Acréscimos e diferimentos activos são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
<i>Acréscimos de proveitos :</i>				
- Juros a receber	294 109	193 234	272 536	275 789
- Por vendas e serviços prestados	56 233	92 561	-	4 300
- Outros acréscimos de proveitos	17 043	61 518	11 469	16 899
	<u>367 385</u>	<u>347 313</u>	<u>284 005</u>	<u>296 988</u>
<i>Custos diferidos :</i>				
- Rendas	14 158	1 771	-	-
- Encargos com concessões	11 148	11 499	-	-
- Conservação plurianual	5 970	18 172	-	-
- Compensação de custos combustíveis	140 455	130 502	-	-
- Operações intra-grupo	-	-	66 264	54 336
- Obrigação transitória de benefício de reforma	47 991	50 993	47 991	50 993
- Encargos publicidade e propaganda	263	346	-	-
- Encargos com negociação de empréstimos (BEI)	22 316	24 537	22 316	24 537
- Contrato de manutenção (produção térmica)	9 583	-	-	-
- Encargos com a construção de linhas	2 920	1 463	-	-
- Descontos de emissão de obrigações	5 959	6 434	5 335	5 762
- Outros custos diferidos	35 930	29 387	7 276	225
	<u>296 693</u>	<u>275 104</u>	<u>149 182</u>	<u>135 853</u>
	<u>664 078</u>	<u>622 417</u>	<u>433 187</u>	<u>432 841</u>

13. Caixa, Disponibilidades em bancos e Títulos negociáveis

A rubrica de Caixa e disponibilidades em bancos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
<i>Numerário :</i>				
- Caixa	2 889	20 375	5	-
	<u>2 889</u>	<u>20 375</u>	<u>5</u>	<u>-</u>
<i>Depósitos bancários :</i>				
- Depósitos à ordem	102 807	116 205	1 545	1 602
- Depósitos a prazo	4 267	6 963	4 165	6 730
- Outros depósitos	4 455	-	-	-
	<u>111 529</u>	<u>123 168</u>	<u>5 710</u>	<u>8 332</u>
	<u>114 418</u>	<u>143 543</u>	<u>5 715</u>	<u>8 332</u>

A rubrica de Títulos negociáveis é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
<i>Títulos negociáveis :</i>				
- Outros títulos	56 376	56 291	-	-
	<u>56 376</u>	<u>56 291</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<i>Outras aplicações de tesouraria :</i>				
- Produtos financeiros em bancos nacionais	20 300	85 300	15 500	85 300
- Produtos financeiros em bancos estrangeiros	12 445	2 368	341	341
	<u>32 745</u>	<u>87 668</u>	<u>15 841</u>	<u>85 641</u>
Provisão para Outras aplicações de tesouraria	(6)	(6)	-	-
	<u>89 115</u>	<u>143 953</u>	<u>15 841</u>	<u>85 641</u>

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

Com referência ao Mapa dos fluxos de caixa, para o **Grupo e Individual**, para efeitos de determinação e discriminação dos **Componentes de Caixa e seus equivalentes**, esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Componentes de caixa :				
- Numerário	2 889	20 375	5	-
- Depósitos bancários	111 529	123 168	5 710	8 332
- Títulos negociáveis	56 376	56 291	-	-
	<u>170 794</u>	<u>199 834</u>	<u>5 715</u>	<u>8 332</u>
Equivalentes a caixa :				
- Outras aplicações de tesouraria	32 745	87 668	15 841	85 641
- 'Overdrafts'	(625 894)	(595 912)	(20 424)	-
	<u>(593 149)</u>	<u>(508 244)</u>	<u>(4 583)</u>	<u>85 641</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>(422 355)</u>	<u>(308 410)</u>	<u>1 132</u>	<u>93 973</u>

14. Capital

O Capital Social de 3 000 000 000 euros, representado por 3 000 000 000 de acções de valor nominal de 1 euro, encontra-se integralmente realizado.

Os resultados por acção (EPS) são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
Resultado Líquido Consolidado em Euros	274 852 348	182 043 997	274 852 348	182 043 997
Nº médio de acções durante o ano	2 975 651 332	2 980 342 044	2 975 651 332	2 980 342 044
Resultado por Acção - Básico - Euros	0,09 euros	0,06 euros	0,09 euros	0,06 euros

A EDP, que começou por ser uma Empresa Pública, viu o seu estatuto ser transformado sucessivamente em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente, Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos. Actualmente é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros Entes Públicos detêm uma participação minoritária. O processo de reprivatização iniciou-se em 1997, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de reprivatização em 1998 e a quarta fase em 2000, após o que o Estado passou a deter cerca de 30% do capital, directa e indirectamente.

O Grupo EDP calcula os seus resultados básico e diluído por acção nos termos do qual o Resultado por acção é calculado usando a média ponderada das acções emitidas durante o período de relato.

15. Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EDP, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

16. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Valor de balanço das acções da EDP, SA	55 577	49 020	55 577	49 020
Número de acções	24.348.668 acções	21.430.964 acções	24.348.668 acções	21.430.964 acções
Cotação das acções da EDP, S.A.	2,30 euros	2,09 euros	2,30 euros	2,09 euros
Valor de mercado das acções da EDP, S.A.	56 002	44 791	56 002	44 791

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

As acções próprias detidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais.

17. Reservas, Resultados acumulados e Resultados líquidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
Reserva legal	345 446	326 391	345 446	326 391
Reservas de reavaliação	89 449	89 449	89 449	89 449
Outras reservas e resultados transitados	3 127 938	3 031 892	3 127 938	3 031 892
Ajustamentos patrimoniais de 'fair-value of investments available for sale'	160 389	10 756	160 389	10 756
Resultados líquidos	274 852	381 109	274 852	381 109
Diferença cambial de consolidação	(585 452)	(572 500)	(585 452)	(572 500)
Outras reservas de consolidação	(992 824)	(920 070)	(992 824)	(920 070)
	<u>2 419 798</u>	<u>2 347 027</u>	<u>2 419 798</u>	<u>2 347 027</u>

Em **Diferença Cambial de Consolidação** está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos Capitais Próprios das Empresas Filiais e Associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Jun 2004		Taxas em Jun 2003	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dolar Americano	USD	1,2155	1,2240	1,1427	1,1146
Real Brasileiro	BRL	3,7839	3,6367	3,2888	3,5527
Pataca Macau	MOP	9,7647	9,8194	9,1000	8,8833

Em **Reservas de Reavaliação** está relevada a contrapartida dos ajustamentos efectuados nas rubricas de imobilizações corpóreas e de investimentos financeiros em imóveis derivados das diversas reavaliações efectuadas, líquida dos montantes utilizados para aumentos de capital e para cobertura de resultados negativos transitados, e da componente de impostos diferidos correspondente. Estas reavaliações foram efectuadas ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 111/88
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 264/92
Decreto-Lei nº 118-B/86	

O Decreto-Lei nº 7/91, de 8 de Janeiro, que determinava a formação de novas sociedades anónimas constituídas por meio de cisão simples a partir da EDP, dispunha no seu artigo 8º que se promovesse a avaliação do património da EDP, sendo esta avaliação efectuada por entidades escolhidas de entre as previamente qualificadas pelo Ministério das Finanças para o efeito e sujeita à aprovação do Ministro das Finanças. Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro, releva para efeitos fiscais, nomeadamente, no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

18. Conta de hidraulicidade

Os movimentos da conta de **Correcção de Hidraulicidade** são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Saldo inicial em 1 de Janeiro	387 506	324 111	387 506	324 111
Diferencial do exercício	(17 124)	71 916	(17 124)	71 916
Bonificação da Correcção de Hidraulicidade	-	(19 350)	-	(19 350)
Encargos financeiros	4 819	10 829	4 819	10 829
Saldo final em 30 de Junho	<u>375 201</u>	<u>387 506</u>	<u>375 201</u>	<u>387 506</u>

A Conta de Correcção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) para compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica. Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos com combustíveis ou importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se. As tarifas de fornecimento de energia eléctrica a clientes do SEP não podem ser alteradas em função da variabilidade de custos resultante da hidraulicidade.

De acordo com a Portaria nº 987/2000, a conta de correcção de hidraulicidade encontra-se afectada às contas da EDP, sendo, em consequência, evidenciada numa conta de passivo do seu balanço e os correspondentes movimentos anuais explicitados no anexo ao balanço e demonstração de resultados.

O valor anual da correcção de hidraulicidade é calculado de acordo com parâmetros estabelecidos na lei e, engloba: (i) O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência, o qual é suportado pela REN na sua qualidade de concessionária da RNT e gestora exclusiva da conta de correcção de hidraulicidade. A EDP paga mensalmente à REN os diferenciais positivos e recebe da REN os diferenciais negativos. Estes pagamentos e recebimentos são efectuados por contrapartida da conta da correcção de hidraulicidade; (ii) Os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado desta conta constituem um custo ou um proveito da EDP; (iii) A parcela correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência, quando traduza um débito à conta de correcção de hidraulicidade constitui um proveito da EDP, quando traduza um crédito, constitui a REN no dever de efectuar o respectivo pagamento à EDP. O correspondente custo deverá ser englobado na tarifa de venda de electricidade da REN à empresa de distribuição vinculada (EDP Distribuição), constituindo para esta um encargo que deverá ser recuperado através das tarifas de venda aos seus clientes. Os movimentos da conta de correcção de hidraulicidade estão sujeitas à aprovação, por despacho Ministerial.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

19. Empréstimos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empréstimos de Curto Prazo - Corrente				
Descobertos bancários "Overdrafts" :				
- EDP, SA	20 424	-	20 424	-
- Grupo ONI	595 100	592 298	-	-
- Grupo Edinfor	10 248	-	-	-
- Outros	122	3 614	-	-
	625 894	595 912	20 424	-
Empréstimos bancários:				
- EDP, SA	258 231	315 711	258 231	315 711
- Grupo ONI	91 071	51 395	-	-
- Grupo Edinfor	4 947	-	-	-
- Grupo Produção	4 718	-	-	-
- Grupo Brasil	199 286	225 530	-	-
- Grupo Hidrocontábrico	27 623	24 360	-	-
- EDP Finance BV	93 524	93 524	-	-
- Outros	33 897	46 977	-	-
	713 297	757 497	258 231	315 711
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, SA	9 975	10 221	9 975	10 221
- EDP Finance BV	45 500	45 500	-	-
	55 475	55 721	9 975	10 221
Papel Comercial				
- EDP, SA	220 000	170 000	1 890 000	1 851 000
- Grupo Hidrocontábrico	34 400	-	-	-
	254 400	170 000	1 890 000	1 851 000
	1 649 066	1 579 130	2 178 630	2 176 932
Empréstimos de Médio/Longo Prazo - Não Corrente				
Empréstimos bancários:				
- EDP, SA	592 133	631 021	592 133	631 021
- Grupo ONI	-	41 732	-	-
- Grupo Edinfor	6 488	-	-	-
- Grupo Produção	30 664	-	-	-
- Grupo Brasil	336 101	237 662	-	-
- Grupo Hidrocontábrico	666 134	761 800	-	-
- EDP Finance BV	550 000	550 000	-	-
- Outros	15 895	67 032	-	-
	2 197 415	2 289 247	592 133	631 021
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
- EDP, SA	2 466 323	2 476 551	2 466 323	2 476 551
- EDP Finance BV	963 694	963 694	-	-
- Grupo Brasil	83 434	84 087	-	-
	3 513 451	3 524 332	2 466 323	2 476 551
Papel Comercial				
- EDP, SA	100 000	100 000	100 000	100 000
	100 000	100 000	100 000	100 000
	5 810 866	5 913 579	3 158 456	3 207 572
	7 459 932	7 492 709	5 337 086	5 384 504

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

O Grupo detém, ao nível da EDP SA, facilidades de crédito de curto prazo no montante de EUR 797 milhões indexadas à taxa Euribor do período de utilização acordado com condições de margem previamente acordadas, dos quais 777 milhões com compromisso de tomada firme, bem como de uma linha de EUR 350 milhões de Papel Comercial com garantia de colocação. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP SA dispõe de EUR 700 milhões com compromisso de tomada firme igualmente em condições previamente acordadas indexada à Euribor. Em 30 de Junho de 2004, não se encontram utilizados quaisquer montantes do total das facilidades de crédito.

Aos empréstimos bancários no Brasil encontram-se associadas taxas de juro variáveis do \$Real que são maioritariamente indexadas à taxa CDI. Por outro lado, os empréstimos bancários em Euros encontram-se associados à taxa variável indexada à Euribor a três ou seis meses.

O detalhe das emissões de **Empréstimos obrigacionistas** à data de 30 de Junho de 2004, é analisado como segue:

Emitente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Condições/ Reembolso	Grupo Euro'000	Individual Euro'000	
Emissões EDP SA						
EDP, SA	22º Emissão	13-Mai-1996	Euribor 6 meses - 0,10%	(i)	13 424	13 424
EDP, SA	23º Emissão	20-Dez-1996	Euribor 6 meses - 0,125%	(ii)	10 332	10 332
EDP, SA	24º Emissão	22-Dez-1997	Euribor 6 meses + 0,10%	(iii)	3 263	3 263
EDP, SA	25º Emissão	23-Nov-1998	Euribor 6 meses + 0,225%	(iv)	299 279	299 279
EDP, SA	26º Emissão	26-Mar-2003	Euribor 6 meses + 0,5%	Em 26-Mar-2013	150 000	150 000
					476 298	476 298
Emissões EDP ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'						
EDP, SA	1º Emissão	29-Out-1999	Taxa fixa EUR 6,40%	Em 29-Out-2009	1 000 000	1 000 000
EDP, SA	2º Emissão	27-Mar-2001	Taxa fixa EUR 5,875%	Em 28-Mar-2011	1 000 000	1 000 000
EDP Finance BV	3º Emissão (*)	29-Out-2001	JPY Libor 3 meses + 0,20%	Em 29-Out-2004	45 500	-
EDP Finance BV	4º Emissão	26-Nov-2001	Cupão Zero	Em 27-Nov-2009	22 455	-
EDP Finance BV	5º Emissão (*)	28-Nov-2001	Taxa fixa JPY 0,70%	Em 28-Nov-2006	27 882	-
EDP Finance BV	6º Emissão (*)	9-Ago-2002	Taxa fixa GBP 6,625%	Em 09-Ago-2017	320 000	-
EDP Finance BV	7º Emissão	16-Dez-2002	Taxa fixa EUR 5,00%	Em 20-Mar-2008	500 000	-
EDP Finance BV	8º Emissão	23-Dez-2002	Taxa fixa EUR 2,661%	Em 23-Dez-2022	93 357	-
					3 009 194	2 000 000
Emissões Escelsa (Brasil) no Mercado Internacional						
Escelsa	USD 430 Milhões (**)	28-Jul-1997	Taxa fixa USD 10,0%	Em 15-Jul-2007	58 214	-
Emissões Investco (Brasil) no Mercado Doméstico Brasileiro						
Investco	1ª Emissão	1-Nov-2001	IGPM + 12,80%	Em 1-Nov-2011	19 096	-
Investco	(FINAM)	14-Nov-2003	TJLP + 4%	Em 14-Nov-2011	6 124	-
					25 220	-
					3 568 926	2 476 298

(i) : 4 anuidades a partir de 02-Jun-2003. Mediante solicitação dos obrigacionistas, pode ser reembolsada antecipadamente.

(ii) 4 anuidades a partir de 20-Dez-2008. A partir de 20-Dez-2006, pode ser parcial, ou totalmente reembolsada por opção da EDP ou dos obrigacionistas.

(iii) 4 anuidades a partir de 05-Jan-2002.

(iv) 6 semestralidades a partir de 23-Mai-2006.

(*) Estas emissões da EDP Finance BV têm associados 'swaps' de divisa para euros e a taxa de juro variável.

(**) O Grupo EDP detém em carteira inter-grupo 83% do valor global desta emissão, em resultado da OPA internacional lançada em 2002.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

O 'fair-value' da dívida do Grupo EDP, ou seja, o valor de mercado da dívida, é analisada como segue:

	Jun 2004		Dez 2003	
	Valor de Balanço	Valor de Mercado	Valor de Balanço	Valor de Mercado
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Empréstimos de curto prazo - Corrente	1 649 066	1 649 066	1 579 130	1 579 130
Empréstimos de médio / longo prazo - Não Corrente	5 810 866	6 142 875	5 913 579	6 251 355
	<u>7 459 932</u>	<u>7 791 941</u>	<u>7 492 709</u>	<u>7 830 485</u>

O valor de mercado dos empréstimos de médio / longo prazo é calculado com base nos 'cash-flows' descontados às taxas de 30 de Junho de 2004. Na dívida de curto prazo corrente, o valor de balanço é considerado ser o valor de mercado.

20. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	128 661	153 170	35 694	76 912
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos	426 725	427 501	21 493	21 050
Provisões para investimentos financeiros	90 449	92 696	166 034	285 646
Provisão para outros riscos e encargos	158 983	146 207	3 135	-
	<u>804 818</u>	<u>819 574</u>	<u>226 356</u>	<u>383 608</u>

Na rubrica de provisões para investimentos financeiros encontra-se relevada, em base individual e consolidada, uma provisão, no montante de 30 milhões de euros, relativa a investimentos realizados no Brasil e Cabo Verde, bem como para fazer face ao cumprimento de compromissos associados.

Na mesma rubrica, a EDP Brasil reconheceu nas suas contas uma provisão, no montante de 60 milhões de euros (229 milhões de reais), para fazer face a eventuais perdas no valor de recuperação dos investimentos efectuados, em virtude das dificuldades regulatórias para o reconhecimento do Valor Normativo na venda das energias das subsidiárias Fafen e EDP Lajeado.

Em Junho de 2004, a rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais inclui o valor de 19,6 milhões de euros referentes à actualização salarial das pensões dos trabalhadores do Grupo Hidrocentrálico.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

21. Credores e outros passivos

A rubrica de **Credores e outros passivos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<i>Credores de Curto Prazo - Corrente</i>				
Fornecedores	643 475	678 741	6 346	40 924
Fornecedores de imobilizado	59 861	103 885	606	839
Estado e outros entes públicos				
- Imposto sobre o rendimento IRC	104 142	173 924	93 836	59 543
- Retenções na fonte	9 530	11 686	105	268
- Contribuições para a Segurança Social	12 933	11 359	15	33
- Imposto sobre o valor acrescentado	14 955	12 197	-	-
- Outras tributações	63 074	59 937	1 523	-
Outros accionistas de empresas do grupo	27 888	10 541	-	-
Adiantamentos a clientes	2 908	1 204	83	89
Outros credores				
- Colaboradores	9 406	20 625	98	350
- Fornecimento de outros bens e serviços	12 138	12 946	-	-
- Rendas de concessão	7 739	6 690	-	-
- Credores por cobranças	28 544	20 115	-	-
- Por juros e créditos financeiros	77	13 960	-	-
- Protocolo INAG/EDP - Alqueva	35 893	35 893	-	-
- Outros	-	6	-	-
Aquisição de participações financeiras				
- IRC - Pagamentos por conta da Holding	-	123	-	156 245
- Outros credores e operações diversas	90 687	65 159	676	8 174
	<u>1 123 250</u>	<u>1 238 991</u>	<u>103 288</u>	<u>266 465</u>
<i>Credores de Médio/Longo Prazo - Não Corrente</i>				
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	7 775	9 079	-	-
Participações do Estado p/Aprov. Fins Múltiplos	14 996	14 996	-	-
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	40 748	39 843	-	-
Reconhecimento de responsabilidades na venda OPTEP em 2002	315 000	315 000	315 000	315 000
Fornecedores de imobilizado	64 659	74 618	-	-
Compensações na tarifa eléctrica no Brasil	20 035	35 013	-	-
Reembolso acções preferenciais Investco	10 862	10 862	-	-
Outros credores e operações diversas	121 034	43 531	564	646
	<u>595 109</u>	<u>542 942</u>	<u>315 564</u>	<u>315 646</u>
	<u>1 718 359</u>	<u>1 781 933</u>	<u>418 852</u>	<u>582 111</u>

Em consequência imediata da implementação plena no Grupo EDP pela primeira vez do 'International Accounting Standard n.º 39 - Financial Instruments', na rubrica de **Credores de médio / longo prazo no Grupo**, e em **Base individual**, encontra-se relevada contabilisticamente a responsabilidade do Grupo EDP na sequência da alienação de 100% do activo OPTEP/Optimus em 2002, por existir com a entidade adquirente uma clausula de "mecanismo de ajustamento do preço da venda da Optimus/OPTEP", e consequentemente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade não poder ser classificada de venda/compromisso definitivo. Em conformidade com o normativo internacional, o activo alienado em 2002 releva-se por inteiro no activo, e a respectiva responsabilidade, igualmente por inteiro no passivo do Grupo, e as flutuações de preço são reconhecidas como se se tratasse de 'investments available for sale' enquanto se mantiver em vigor a referida clausula até 22 de Março de 2005.

Esta rubrica regista ainda, a responsabilidade da EDP Lajeado relativamente ao reembolso das acções preferenciais referentes à sua subsidiária Investco, no montante de BRL 41 099 000 (EUR 10 862 000), prevista inicialmente para 30 de Dezembro de 2003, mas que não se efectivou em virtude desta última não apresentar reservas e resultados transitados de harmonia com os exigidos pela Legislação Brasileira.

22. Acréscimos e diferimentos passivos

Os Acréscimos e Diferimentos Passivos são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Dez 2003	Jun 2004	Dez 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<i>Acréscimos de custos :</i>				
- Férias, subsídios férias e outros encargos	64 409	68 393	546	546
- Juros a liquidar	226 327	121 874	102 481	91 004
- Outros acréscimos de custos	89 640	46 267	11 173	8 654
	380 376	236 534	114 200	100 204
<i>Proveitos diferidos :</i>				
- Subsídios e participações investimento imobilizado	1 528 910	1 546 101	6 610	8 536
- EDP Distribuição - especialização de proveitos	134 744	101 096	-	-
- Outros proveitos diferidos	257 377	134 668	132	132
	1 921 031	1 781 865	6 742	8 668
	2 301 407	2 018 399	120 942	108 872

23. Volume de negócios

A análise do Volume de Negócios, por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<i>Vendas por sector de actividade :</i>				
Electricidade	3 137 687	3 115 611	-	-
Vapor e cinzas	12 061	9 601	-	-
Gás	90 623	-	-	-
Tecnologias e sistemas de informação	8 121	9 208	-	-
Telecomunicações	2 500	5 319	-	-
Outras vendas	13 885	6 776	-	-
	3 264 877	3 146 515	-	-
<i>Prestação de serviços por sector de actividade :</i>				
Associados a vendas de electricidade	44 654	26 284	-	-
Engenharia termo/hidro eléctrica	3 877	3 485	-	-
Tecnologias e sistemas de informação	35 423	21 599	206	208
Telecomunicações	156 044	142 642	-	-
Consultadoria e serviços	3 191	1 251	-	3 015
Outros custos	23 916	3 915	11 988	1 764
	267 105	199 176	12 194	4 987
<i>TOTAL de Volume de Negócios :</i>				
Electricidade	3 182 341	3 141 895	-	-
Vapor e cinzas	12 061	9 601	-	-
Gás	90 623	-	-	-
Engenharia termo/hidro eléctrica	3 877	3 485	-	-
Tecnologias e sistemas de informação	43 544	30 807	206	208
Telecomunicações	158 544	147 961	-	-
Outros	40 992	11 942	11 988	4 779
	3 531 982	3 345 691	12 194	4 987

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

A análise da **Margem bruta das vendas**, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Vendas :				
Electricidade	3 137 687	3 115 611	-	-
Vapor e cinzas	12 061	9 601	-	-
Gás	90 623	-	-	-
Tecnologias e sistemas de informação	8 121	9 208	-	-
Telecomunicações	2 500	5 319	-	-
Outras vendas	13 885	6 776	-	-
	3 264 877	3 146 515	-	-
Custo das Vendas :				
Electricidade	1 621 769	1 598 222	-	-
Combustíveis, vapor e cinzas	219 987	129 322	-	-
Tecnologias Informação	8 342	13 095	-	-
Telecomunicações	4 496	3 152	-	-
Outros custos	65 893	97 274	-	-
	1 920 487	1 841 065	-	-
Margem bruta das vendas	1 344 390	1 305 450	-	-

A rubrica de **Prestação de serviços** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Associados a vendas de electricidade	44 654	26 284	-	-
Estudos e projectos de engenharia	3 877	3 485	-	-
Serviços de informática	35 423	21 599	206	208
Serviços de telecomunicações	156 044	142 641	-	-
Outros serviços prestados	27 107	5 167	11 988	4 779
	267 105	199 176	12 194	4 987

24. Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica de **Trabalhos para a Própria Empresa** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Consumo de materiais	47 614	46 085	-	-
Encargos directos internos e de estrutura	40 841	42 395	-	-
Encargos financeiros	11 833	16 360	-	-
Outros trabalhos para a própria empresa	3 888	11 820	-	-
	104 176	116 660	-	-

25. Outros proveitos de exploração

A rubrica de **Outros Proveitos de Exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Proveitos suplementares	4 439	2 033	83	474
Subsídios à exploração	201	110	-	-
Outros proveitos de exploração	3 356	7 347	5	5
	7 996	9 490	88	479

26. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
<i>Subcontratos :</i>				
Subcontratos	93 839	93 892	-	-
Outros subcontratos	7 887	-	-	-
<i>Fornecimentos e serviços :</i>				
Água, electricidade e combustíveis	4 638	2 678	461	67
Utensílios e material de escritório	2 441	1 808	104	102
Rendas e alugueres	22 804	26 802	1 687	582
Comunicações	14 045	11 104	452	528
Seguros	10 578	9 522	419	1 275
Transportes, deslocações e estadias	5 842	3 633	253	268
Comissões e honorários	5 065	7 424	557	1 515
Conservação e reparação	42 708	27 805	431	346
Publicidade e propaganda	6 118	6 758	2 514	987
Trabalhos especializados	75 388	92 192	19 271	11 491
Outros fornecimentos e serviços	10 691	26 621	9 660	5 498
	302 044	310 239	35 809	22 659

27. Custos com o pessoal

A rubrica de **Custos com o pessoal** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Remuneração dos órgãos sociais	6 014	6 562	1 715	1 085
Remuneração dos colaboradores	201 912	214 070	45	115
Encargos sobre remunerações e outros custos	116 809	124 641	669	1 096
	324 735	345 273	2 429	2 296

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

28. Outros custos de exploração

A rubrica de **Outros custos de exploração** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Impostos directos	784	189	624	58
Impostos indirectos	8 968	4 276	1 955	1 276
Rendas de concessões pagas às autarquias	92 751	85 544	-	-
Rendas de Centros Electroprodutores	1 982	2 404	-	-
Outros custos e perdas operacionais	5 802	5 143	508	278
	110 287	97 556	3 087	1 612

29. Provisões do exercício

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dotação para cobrança duvidosa	13 059	37 101	1 798	-
Dotação para responsabilidades com pensões	39	-	-	-
Dotação para responsabilidades por cuidados médicos	27 307	20 006	447	286
Dotação para outros riscos e encargos	5 832	5 416	2 999	-
	46 237	62 523	5 244	286

30. Amortizações do imobilizado e Compensações de amortizações

A rubrica de **Amortizações do imobilizado e Compensações de amortizações** é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Imobilizado corpóreo :				
Imobilizado do regime do DL 344-B/82	1 303	1 866	-	-
Edifícios e outras construções	4 658	2 854	692	680
Equipamento básico:				
Produção Hidroeléctrica	59 685	62 701	-	-
Produção Termoeléctrica	56 259	50 811	-	-
Distribuição de Electricidade	220 392	217 801	-	-
Outro equipamento básico	32 453	29 723	-	-
Equipamento de transporte	4 815	4 325	161	167
Equipamento administrativo	23 041	19 527	1 217	1 648
Outras imobilizações corpóreas	2 151	1 859	682	5
	404 757	391 467	2 752	2 500
Imobilizado incorpóreo :				
Despesas de instalação	7 785	7 680	708	656
Despesas de investigação e desenvolvimento	8 879	7 645	1 273	525
Propriedade industrial e outros direitos	4 243	1 554	5	4
Trespases negócio de telecomunicações	1 108	-	-	-
	22 015	16 879	1 986	1 185
	426 772	408 346	4 738	3 685
Compensação de amortizações :				
Imobilizado corpóreo participado	(37 975)	-	(274)	-
	388 797	408 346	4 464	3 685
Imobilizado líquido de compensações				

Em 30 de Junho de 2003, a rubrica aqui apresentada como compensação de amortizações encontrava-se divulgada em Ganhos extraordinários e ascendia ao montante de 34 385 milhares de euros (ver nota 32).

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

31. Proveitos / (custos) financeiros e amortização de investimentos financeiros

A análise dos **Resultados financeiros**, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Jun 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Jun 2003 Euro'000
<i>Proveitos financeiros</i>				
Juros obtidos	112 075	95 629	161 107	207 608
Proveitos na aplicação equivalência patrimonial	21 172	17 474	281 922	294 768
Rendimentos de participações de capital	8 976	31 481	-	-
Diferenças de câmbio favoráveis	15 156	8 259	14 326	1 112
Outros ganhos financeiros	35 769	42 268	7 264	18 192
<i>Total de Proveitos financeiros</i>	<u>193 148</u>	<u>195 111</u>	<u>464 619</u>	<u>521 680</u>
<i>Custos financeiros</i>				
Juros suportados	256 095	251 398	181 105	193 828
Serviços bancários	7 525	-	1 454	-
Prejuízos na aplicação equivalência patrimonial	1 054	10 283	64 034	67 732
Diferenças de câmbio desfavoráveis	33 193	5 799	11 981	73 711
Outras perdas financeiras	29 964	61 480	13 251	15 125
	<u>327 831</u>	<u>328 960</u>	<u>271 825</u>	<u>350 396</u>
Amortização de investimentos financeiros (Goodwill):				
- Direitos de concessão	15 220	15 220	3 874	3 874
- Diferenças de consolidação activas 'Goodwill'	29 644	33 462	2 916	2 896
- Trespasses sobre negócios de telecomunicações	1 909	-	-	-
	<u>46 773</u>	<u>48 682</u>	<u>6 790</u>	<u>6 770</u>
<i>Total de Custos financeiros</i>	<u>374 604</u>	<u>377 642</u>	<u>278 615</u>	<u>357 166</u>
<i>Resultados financeiros</i>	<u>(181 456)</u>	<u>(182 531)</u>	<u>186 004</u>	<u>164 514</u>

32. Ganhos / (Perdas) extraordinárias

A análise dos **Resultados extraordinários**, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Ganhos extraordinários				
Ganhos em imobilizações	1 906	22 737	53	10
Recuperação de dívidas	269	232	-	-
Redução de provisões				
- Por dívidas de clientes	32	-	-	-
- Investimentos financeiros	562	-	-	-
- Para outros riscos e encargos	4 833	23 280	38 310	47 253
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 321	2 639	-	40
Compensação de amortizações de imobilizados participados	-	34 385	-	152
Subsídios para investimento	3 313	4 062	-	-
Compensação de custos PAR 2003-2004	6 627	-	-	-
Outros ganhos extraordinários	9 519	6 538	647	29 680
Total de Ganhos extraordinários	32 382	93 873	39 010	77 135
Perdas extraordinárias				
Perdas em existências	1 293	616	-	-
Perdas em imobilizações	6 524	16 323	61	-
Dívidas incobráveis	2 420	288	-	-
Multas e penalidades	41	50	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	10 270	5 047	1 001	148
Amortizações extraordinárias				
Provisões extraordinárias				
- Para outros devedores	1 066	-	-	-
Perda Baixa UTE Campo Grande (Enersul)	1 502	-	-	-
Custos com racionalização de recursos humanos	23 199	-	-	-
Outras perdas extraordinárias	6 142	12 170	2 977	19 082
Total de Perdas extraordinárias	52 457	34 494	4 039	19 230
Resultados Extraordinários	(20 075)	59 379	34 971	57 905

Em 2004, procedeu-se à reclassificação do montante referente à compensação de amortizações de imobilizados corpóreos participados por clientes para a rubrica de **Amortizações do imobilizado e Compensação de amortizações** (ver nota 30).

A rubrica de Custos com racionalização de recursos humanos inclui essencialmente os encargos com pessoal inactivo, indemnizações de rescisão de contratos de trabalho e compensação a pessoal activo para adesão ao Programa de Reforma Flexível promovido no seio do Grupo EDP.

33. Provisão para impostos sobre os lucros

De acordo com as legislações em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 4 anos, tendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal sido o de 1998.

Os prejuízos fiscais, apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes. As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A análise dos **Encargos com impostos sobre os lucros**, é a seguinte:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004	Jun 2003	Jun 2004	Jun 2003
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Dotação para impostos sobre os lucros	174 007	141 835	(16 160)	22 308
Dotação para impostos diferidos	(70 615)	(31 195)	(76 468)	(7 005)
	103 392	110 640	(92 628)	15 303

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC no **Grupo em Junho de 2004**, é analisada como segue:

	Jun 2004		Taxa %
	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000	
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	350 036	96 260	27,5 %
- Principais efeitos ao nível da tributação :			
Amortizações resultantes da reavaliação do imobilizado	35 979	9 894	2,8 %
Prejuízos contabilísticos não compensados	36 766	10 111	2,9 %
Outros ajustamentos à matéria colectável	(46 811)	(12 873)	-3,7 %
 Taxa e imposto efectivo sobre os lucros		<u>103 392</u>	<u>29,5 %</u>

34. Relato financeiro por segmentos de negócio

O relato financeiro por segmentos de negócio é divulgado em anexo subsequente a estas notas às demonstrações financeiras, tendo sido preparado em conformidade com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 27, bem como de acordo com a practicas internacionais.

Com o objectivo de facilitar a adequada compreensão e interpretação pelo leitor da informação apresentada no relato financeiro por segmentos de negócio, recomenda-se a consulta e leitura em paralelo com o ponto "Actividade/Negócios do Grupo EDP" incluído no Caderno I do presente Relatório e Contas 2003 do Grupo EDP, onde se apresenta a estrutura e forma de organização dos diversos negócios do Grupo EDP.

35. Compromissos

Em 30 de Junho de 2004, os compromissos financeiros, que não figuram no balanço referentes a garantias prestadas (não existem garantias reais prestadas), são analisados como segue:

Compromissos	Jun 2004		Dez 2003	
	Grupo Euro'000	Individual Euro'000	Grupo Euro'000	Individual Euro'000
Garantias de carácter financeiro				
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Portugal				
A bancos nacionais	72 674	72 674	80 672	80 672
A bancos estrangeiros	236 944	205 410	154 521	123 409
A outras entidades nacionais	-	-	68 231	68 231
A outras entidades estrangeiras	5 300	-	7 942	-
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Espanha				
A bancos estrangeiros	37 057	-	38 363	-
A outras entidades estrangeiras	9 610	-	9 198	-
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Brasil				
A bancos estrangeiros	149 819	-	52 211	-
	<u>511 404</u>	<u>278 084</u>	<u>411 138</u>	<u>272 312</u>
Garantias de carácter operacional				
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Portugal				
A outras entidades nacionais	54 114	30 660	59 246	38 173
A bancos estrangeiros	14 535	14 535	16 976	15 011
A outras entidades estrangeiras	24 023	-	32 434	8 602
Garantias prestadas por entidades do Grupo - Espanha				
A bancos estrangeiros	52 776	-	63 925	-
A outras entidades estrangeiras	628	-	577	-
	<u>146 076</u>	<u>45 195</u>	<u>173 158</u>	<u>61 786</u>
	<u>657 480</u>	<u>323 279</u>	<u>584 296</u>	<u>334 098</u>

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

Das garantias de carácter operacional, a parte assegurada por instituições financeiras é analisada como segue:

	Jun 2004		Dez 2003	
	Grupo Euro'000	Individual Euro'000	Grupo Euro'000	Individual Euro'000
Bancos nacionais	12 352	-	16 356	2 375
Bancos estrangeiros	76 799	-	87 757	-
	89 151	-	104 113	2 375

Em 30 de Junho de 2004, o montante de letras descontadas para o Grupo ascendia a 192 milhares de euros.

Os compromissos financeiros referentes a contratos de "Swap" vigentes à data de balanço são analisados como segue:

	Grupo			
	Jun 2004		Dez 2003	
	Activos Euro'000	Passivos Euro'000	Activos Euro'000	Passivos Euro'000
Swaps de taxa de juro:				
EUR	2 997 445	3 339 837	3 117 287	3 510 669
GBP	200 000	-	200 000	-
JPY	8 000 000	-	8 000 000	-

À data da primeira aplicação dos IAS 32 e 39, em 31 de Dezembro de 2003, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2003, a EDP ainda não reunia todas as condições necessárias de documentação para poder cumprir os requisitos e contabilizar os instrumentos financeiros derivados em causa como de cobertura. Como tal, todos os instrumentos financeiros derivados foram considerados como de negociação, em consonância com o expresso no relatório para o regulador norte americano - 20F relativo ao período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2002. Assim, todas as variações no justo valor destes instrumentos foram reconhecidas nos resultados do exercício a partir da data de adopção.

No entanto, devido ao processo de transição para as IFRS, em que o Grupo EDP já se encontra há algum tempo, a revisão da documentação necessária para que nestes instrumentos financeiros derivados em causa possam ser considerados como de cobertura foi iniciada em 2003 e concluída no início de 2004. Consequentemente, as efectivas operações de cobertura existentes em 2004, classificadas como de cobertura de acordo com o estabelecido no IAS 39.

Tendo em atenção que a valorização dos instrumentos financeiros activos estão registados em acréscimos e diferimentos activos e a dos instrumentos financeiros passivos estão registados em acréscimos e diferimentos passivos, os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
Carteira de derivados de negociação	(6 530)	(3 317)	(4 861)	29 015
Foreign exchange swaps	251	-	251	-
Fair value hedge				
- Derivados	2 805	-	4 934	-
- Passivo coberto	(2 805)	-	(4 934)	-
	(6 279)	(3 317)	(4 610)	29 015

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

A maturidade destes instrumentos financeiros derivados é como segue:

	Grupo Jun 2004				
	Até 3 meses	De 3 meses	De 1 ano	Mais de 5 anos	Total
	Euro'000	até 1 ano Euro'000	até 5 anos Euro'000	Euro'000	Euro'000
Contratos de taxa de juro:					
Swaps de taxa de juro	-	350 000	200 000	2 422 455	2 972 455
Opções compradas e vendidas	25 000	2 923 272	250 000	500 000	3 698 272
	25 000	3 273 272	450 000	2 922 455	6 670 727
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
CIRS (currency interest rate swaps)	-	45 500	27 882	320 000	393 382
	25 000	3 318 772	477 882	3 242 455	7 064 109

As possíveis taxas de juro efectivas nos diversos instrumentos financeiros derivados são como segue:

	Grupo Jun 2004				
	Moeda	EDP Paga		EDP Recebe	
Contratos de taxa de juro:					
Swaps de taxa de juro	Euro	4,50%	2,17%	6,40%	2,35%
Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio:					
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR / JPY	2,4740%	2,4190%	0,7000%	0,2550%
CIRS (currency interest rate swaps)	EUR / GBP	3,4860%		6,6250%	
	Valor Nominal				
	Euro'000	Grupo Jun 2004		Individual Jun 2004	
Contratos de taxa de juro:					
Opções compradas sobre taxa de juro (compra CAP)	3 735 697	4,82%	2,51%	4,82%	2,51%
Opções vendidas sobre taxa de juro (Venda CAP)	1 000 000	5,30%	4,10%	5,30%	4,10%
Opções vendidas sobre taxa de juro (Venda FLOOR)	3 735 697	3,50%	2,27%	3,50%	2,27%

36. Benefícios sociais a colaboradores

Algumas empresas do Grupo EDP, atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos de pensões que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, e também pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição de cada um e as empresas por eles abrangidos, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios, segregados dos patrimónios das Patrocinadoras (Bandeirante e outras empresas eléctricas brasileiras) sem solidariedade contributiva:

- Plano BD vigente até 31 de Março de 1998, que é um Plano de Benefício Saldado que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de Março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até à referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências actuariais desse Plano é da Empresa.

- Plano BD vigente após 31 de Março de 1998, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de actividade. No caso de morte ou invalidez originada por acidente de trabalho, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de Março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências actuariais deste Plano é paritária entre a Empresa e os participantes.

A Escelsa e a Enersul dispõem de um Plano de Benefício Definido que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda, de um Plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas a estes planos de pensões, eram as seguintes:

	Jun 2004			Dez 2003		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<i>Evolução das Responsabilidades</i>						
Responsabilidades início período	1 412 541	64 750	1 477 291	1 394 075	54 658	1 448 733
Custo dos serviços correntes	4 435	499	4 934	11 193	1 047	12 240
Custo dos juros	34 776	4 158	38 934	78 843	6 006	84 849
Benefícios pagos	(66 577)	(1 854)	(68 431)	(139 459)	(1 516)	(140 975)
Perdas e acréscimos actuariais	90 329	21 119	111 448	67 889	4 147	72 036
Variação cambial	-	(2 161)	(2 161)	-	407	407
<i>Responsabilidades no fim do período</i>	<u>1 475 504</u>	<u>86 511</u>	<u>1 562 015</u>	<u>1 412 541</u>	<u>64 750</u>	<u>1 477 291</u>

A rubrica de perdas e acréscimos actuarias em 2004 no Brasil incorpora as responsabilidades actuariais reclassificadas em 2004 no Plano de Contribuição definida para o Plano do Benefício Definido da Escelsa e da Enersul no valor de 8,3 e 7,9 milhões de euros respectivamente.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

No apuramento das responsabilidades associadas a estes planos de pensões no Grupo EDP, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Jun 2004		Dez 2003	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Pressupostos				
Taxa de rendimento dos Fundos	5,70%	10,24% - 12,82%	5,70%	10,24%
Taxa de desconto	5,20%	10,24% - 10,76%	5,20%	10,24%
Taxa de crescimento dos salários	3,30%	6,08% - 7,12%	3,30%	7,12%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	7,12%	2,25%	7,12%
Taxa de revalorização dos salários da Segur. Social	2,00%	4,00%	2,00%	4,00%
Taxa de inflação	2,00%	4,00%	2,00%	5,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	AT-49(qx)	TV 88/90	AT-49(qx)
Tábua de invalidez	50% EKV 80	Light-Média (ix)	50% EKV 80	Light-Média (ix)
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	não aplicável	(a)	não aplicável

(a) Em 2002, 100% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade) e 90% dos colaboradores com idade superior ou igual a 55 anos de idade. A partir de 2003, 40% da população elegível.

Tal como atrás referido, apenas uma parte das responsabilidades com o Plano de Pensões se encontra financiado através dos Fundos de Pensões, sendo que o remanescente, está reconhecido, de acordo com as normas aplicáveis (IAS 19), nomeadamente através de uma provisão que se apresenta de seguida:

	Jun 2004			Dez 2003		
	Portugal	Brasil	Grupo	Portugal	Brasil	Grupo
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Provisão para Planos de Pensões						
Responsabilidades no fim do período	1 475 504	86 511	1 562 015	1 412 541	64 750	1 477 291
Activos dos Fundos fim do período	(805 685)	(61 075)	(866 760)	(785 147)	(31 355)	(816 502)
Responsabilidades não cobertas	669 819	25 436	695 255	627 394	33 395	660 789
Perdas actuariais diferidas (i)	(585 661)	(1 525)	(587 186)	(506 600)	(4 553)	(511 153)
Valor da provisão no fim do período	84 158	23 910	108 068	120 794	28 842	149 636

(i) As normas contabilísticas internacionais adoptadas pela EDP permitem que os ganhos/perdas actuariais diferidos sejam reconhecidos de forma sistemática nos resultados do exercício através da amortização do montante que exceda, no ano anterior, 10% do valor das responsabilidades ou dos activos do Fundo, qual deles o maior. Estas amortizações são calculadas para o período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado da população activa.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com estes planos são os seguintes:

	Jun 2004			Dez 2003		
	Portugal	Brasil	Grupo	Portugal	Brasil	Grupo
	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000	Euro'000
Custo do Período						
Custo do serviço	4 435	499	4 934	11 193	1 047	12 240
Custo de juro	34 776	4 158	38 934	78 843	6 006	84 849
Retorno dos activos dos Fundos	(21 438)	(5 084)	(26 522)	(44 286)	(5 800)	(50 086)
Contribuições dos trabalhadores	-	(233)	(233)	-	(552)	(552)
Amortização das perdas actuariais diferidas (i)	12 168	-	12 168	25 718	-	25 718
Custo líquido do período	29 941	(660)	29 281	71 468	701	72 169

Em 30 de Junho de 2003, o custo do período ascendia a 36,3 milhões de euros.

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individual
para o semestre findo em 30 de Junho 2004

A evolução dos activos consolidados dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	Jun 2004			Dez 2003		
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000
<i>Fundos de Pensões</i>						
Valor dos activos início período	785 147	31 355	816 502	727 258	22 687	749 945
Contribuições do Grupo	22 609	2 129	24 738	54 340	3 947	58 287
Contribuições dos trabalhadores	-	233	233	-	552	552
Pensões pagas no período	(22 609)	(1 780)	(24 389)	(50 340)	(1 516)	(51 856)
Rendimento dos Fundos	20 538	5 084	25 622	53 889	5 800	59 689
Perdas e acréscimos actuariais	-	25 269	25 269	-	(413)	(413)
Variação cambial	-	(1 215)	(1 215)	-	298	298
Valor dos activos fim do período	805 685	61 075	866 760	785 147	31 355	816 502

A rubrica de Perdas e acréscimos actuariais em 2004 no Brasil incorpora as responsabilidades actuariais reclassificadas em 2004 do Plano de Contribuição Definida para o Plano de Benefício Definido da Escelsa e da Enersul no valor de 12,5 e 12,7 milhões de euros, respectivamente.

Em consequência do Grupo EDP ter transposto antecipadamente, na contabilização dos custos com pensões e encargos associados, o disposto no 'International Accounting Standard n.º 19, derogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística n.º 19, a qual corresponde à transposição para o normativo contabilístico Português da versão anterior daquela norma internacional, apresentamos de seguida os efeitos e impactos da referida derrogação.

Analisando as diferenças neste caso em apreço, o Grupo EDP recorre à técnica do "corredor" para o reconhecimento das perdas e ganhos actuariais permitindo um diferimento quanto ao seu impacto em resultados. Esta técnica surge como uma das opções vertidas na IAS 19, designadamente nos seus parágrafos 92 e 93.

De modo contrário, a DC 19 relativamente a esta matéria, impõe o reconhecimento das perdas e ganhos actuariais directamente em resultados no exercício em que ocorrem, não aceitando a alternativa do "corredor", nem permitindo o diferimento de ganhos e perdas actuariais que excedam o referido "corredor". Assim, acolhe um método sistemático de reconhecimento imediato em resultados.

Em conformidade com as diferenças apresentadas, os efeitos da derrogação da DC 19 são analisados como segue :

	Jun 2004		Dez 2003	
	Resultados Euro'000	Provisões Euro'000	Resultados Euro'000	Provisões Euro'000
Resultados e provisões reportadas	274 852	108 068	381 109	149 636
Desvios actuariais do ano	(76 033)	76 033	(23 908)	23 908
Excesso / (insuficiência) de provisões	-	-	(101 836)	101 836
Desvios actuariais do ano anterior	-	511 153	-	385 409
Impostos diferidos	20 909	-	34 580	-
Totais segundo DC 19	219 728	695 254	289 945	660 789

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A Hidrocontábrico em Espanha, a Bandeirante, a Escelsa e a Enersul no Brasil, dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores das Empresas, do tipo Contribuição Definida, efectuando deste modo em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos do Grupo EDP evoluiu da seguinte forma:

	Jun 2004			Dez 2003
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Grupo Euro'000
Evolução das Responsabilidades				
Responsabilidades no início do período	660 255	-	660 255	496 201
Custo dos serviços correntes	3 952	58	4 010	5 942
Custo dos juros	16 823	541	17 364	29 049
Benefícios pagos	(13 208)	(289)	(13 497)	(24 099)
Perdas actuariais e acréscimos	10 804	12 196	23 000	153 162
Variação cambial	-	(12)	(12)	-
Responsabilidades no fim do período	<u>678 626</u>	<u>12 494</u>	<u>691 120</u>	<u>660 255</u>

A rubrica de Perdas e acréscimos actuariais em 2004 no Brasil incorpora as responsabilidades actuariais reclassificadas em 2004 do Plano de Contribuição Definida para o Plano de Benefício Definido da Escelsa no valor de 11,9 milhões de euros.

No apuramento das responsabilidades associadas a este plano de cuidados médicos, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

	Grupo	
	Jun 2004 Euro'000	Dez 2003 Euro'000
Pressupostos		
Taxa de desconto	5,20%	5,20%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,5% (a)	4,5% (a)
Tábua de mortalidade	(b)	(b)
Tábua de invalidez	(b)	(b)
% expectável de adesão dos colaborad. elegíveis à reforma antec.	(b)	(b)

(a) 4,5% nos primeiros 10 anos e 4,0% nos restantes anos

(b) Conforme referido nos pressupostos do Plano de Pensões

Tal como atrás referido, as responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de uma provisão que se apresenta de seguida:

	Jun 2004			Dez 2003
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Grupo Euro'000
Provisão para Plano de Cuidados Médicos				
Responsabilidades no fim do período	678 626	12 494	691 120	660 255
Perdas actuariais diferidas (i)	(251 901)	(5 139)	(257 040)	(247 628)
Valor da provisão no fim do período	<u>426 725</u>	<u>7 355</u>	<u>434 080</u>	<u>412 627</u>

(i) As normas contabilísticas internacionais adoptadas pela EDP permitem que os ganhos/perdas actuariais diferidos sejam reconhecidos de forma sistemática nos resultados do exercício através da amortização do montante que exceda, no ano anterior, 10% do valor das responsabilidades ou dos activos do Fundo, qual deles o maior. Estas amortizações são calculadas para o período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado da população activa.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com este plano são os seguintes:

	Jun 2004			Dez 2003
	Portugal Euro'000	Brasil Euro'000	Grupo Euro'000	Grupo Euro'000
Custo do Período				
Custo do serviço	3 952	58	4 010	5 942
Custo de juro	16 823	541	17 364	29 049
Amortização da obrigação transitória diferida (i)	6 532	(290)	6 242	5 022
Custo líquido do período	<u>27 307</u>	<u>309</u>	<u>27 616</u>	<u>40 013</u>

Em 30 de Junho de 2003, o custo do período ascendia a 20 milhões de euros.

37. Planos de *Stock Options* para os colaboradores

O Grupo EDP iniciou um programa de stock options, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor, em linha com a prática de empresas congéneres.

O Plano, aprovado em 1999, tem por objecto a atribuição, ao longo de um período de cinco anos, de opções de compra de acções representativas do capital social da EDP, não podendo o número de opções a atribuir exceder 16 250 000 (após stock split, em que cada acção foi substituída por 5 acções com o valor nominal igual a 1/5 do valor antes de stock split) e representando cada opção o direito de adquirir uma acção. Em caso de alteração do capital social da EDP, o limite previsto no parágrafo anterior, bem como o número de opções já concedidas, poderão ser ajustados por forma a que a dimensão do Plano e/ou posição dos beneficiários das opções concedidas se mantenham, em termos substanciais, idênticas à dimensão e /ou posição que existiam antes da ocorrência desse facto. O disposto no parágrafo anterior poderá ser aplicável noutros casos que, no entender do Conselho de Administração da EDP, justifiquem um tratamento idêntico.

A contrapartida a pagar pela aquisição das acções objecto das opções que sejam atribuídas (preço de exercício) corresponderá à média ponderada das cotações de fecho das acções da EDP durante o período anterior à data definida como a data de atribuição dessas opções que for fixado pelo Conselho de Administração da EDP. O preço de exercício poderá ser corrigido nas situações de: a) alteração do capital social; b) distribuição de dividendos e outras reservas aos accionistas que tenham um efeito significativo no preço das acções da EDP; e ocorrência de outros factos de natureza semelhante que, no livre julgamento do Conselho de Administração da EDP, justifiquem essas correcções.

As responsabilidades assumidas no âmbito dos planos de incentivos da EDP com os administradores e determinados quadros ao serviço das empresas do grupo são reconhecidas como custo em cada período, tendo em conta o tempo decorrido para o vencimento do direito de exercício das opções ou de atribuição das acções. A respectiva provisão é constituída/reforçada atendendo ao faseamento dos direitos atribuídos e dos inerentes encargos, pelo período do plano. Estes encargos correspondem à diferença entre o valor estimado de aquisição das acções pela empresa e o seu preço de venda aos empregados. Os custos correspondentes são registados na rubrica "Custos com o pessoal", sendo os custos com as respectivas operações de hedging registados na rubrica "Custos e perdas financeiros".

38. Eventos relevantes e subsequentes

EDP no índice das empresas socialmente responsáveis

Em 1 de Julho de 2004, a EDP passou a fazer parte do Ethical Index Euro da E.Capital Partners, um índice de responsabilidade social composto pelas 150 empresas europeias com maior capitalização bolsista e mais socialmente responsáveis.

EDP assina contrato de abertura de crédito

Em 27 de Julho de 2004, a EDP - Electricidade de Portugal, S.A. assinou um contrato de abertura de crédito no montante de 1.300 milhões de euros, pelo prazo de cinco anos.

A linha de crédito contratada substitui duas linhas de crédito não utilizadas (600 milhões de euros com vencimento em Agosto de 2004 e 700 milhões de euros contratada em Março de 2003 por três anos), destinando-se a servir de linha de liquidez para suporte ao programa de "Euro Commercial Paper" do Grupo e para cobertura de necessidades gerais de financiamento.

As condições actualmente em vigor no mercado bancário internacional permitiram ao Grupo EDP alongar o prazo temporal das suas linhas de liquidez em condições mais favoráveis e reduzir os encargos financeiros associados à manutenção das mesmas. A sindicância desta operação atraiu forte interesse por parte dos principais bancos internacionais e de relacionamento do Grupo EDP tendo esse interesse excedido largamente o montante previsto. A EDP decidiu não aumentar o montante da operação pelo que procedeu ao rateio dos montantes atribuídos aos bancos participantes.

EDP reforça participação na Hidrocantábrico

Em 29 de Julho de 2004, a EDP concluiu um conjunto de acordos com a Energie Baden-Württemberg AG (EnBW), a Caja de Ahorros de Asturias (Cajastur) e a Caja de Seguros Reunidos, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. (Cáser) tendentes à aquisição de uma participação adicional de 56,2% no capital social da Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. (Hidrocantábrico) cuja execução permitirá à EDP aumentar a sua posição accionista dos actuais 39,5% para 95,7% do capital daquela empresa. O preço global a pagar pela EDP no âmbito desta transacção será de 1,195 milhões de euros.

Simultaneamente a Cajastur passará a deter entre 5,4% e 5,8% da EDP, tornando-se num dos seus maiores accionistas, e reforçando assim a parceria estratégica entre ambas as empresas. Fica também reforçada a base de accionistas estáveis de referência da EDP.

Esta operação será financiada através de um aumento de capital no montante de 1,200 milhões de euros, mediante a emissão de novas acções, reservado aos accionistas da EDP. A EDP assegurou ainda que um conjunto de instituições financeiras assume o compromisso de subscrever todas as acções que eventualmente não sejam subscritas pelos accionistas da sociedade.

A realização do aludido aumento de capital encontra-se sujeita à aprovação pelo Governo Português de um decreto-lei de reprivatização da EDP e ao registo da respectiva oferta pública de subscrição junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, admitindo-se que o lançamento da oferta venha a ocorrer em Outubro.

Os acordos alcançados com os restantes accionistas da Hidrocantábrico prevêem a aquisição da totalidade da participação da EnBW no capital daquela sociedade (34,6%) pelo preço de 649 milhões a realizar em numerário, a aquisição de uma participação de 17,6% detida pela Cajastur, pelo preço de 453 milhões a ser pago mediante troca por acções da EDP e a aquisição de uma participação de 4,1% detida pela Cáser, pelo preço de 93 milhões a realizar em numerário.

A conclusão da operação implicará a cessação do actual acordo parassocial relativo à Hidrocantábrico, permitindo a implementação de um plano de maior integração entre as actividades da EDP e da Hidrocantábrico.

No âmbito desta nova parceria estratégica, que tem por base a optimização da actuação conjunta da EDP e da Hidrocontábrico no mercado ibérico, a Cajastur e a Cáser continuarão a deter 3,1% do capital social da Hidrocontábrico, bem como determinados direitos de veto, em especial no que respeita a questões relacionadas com interesses regionais, assegurando, desta forma, a ligação da empresa com a Região das Astúrias. A Cajastur terá ainda, por um prazo longo, assegurada a sua saída do capital social da Hidrocontábrico mediante a existência de uma opção de venda à EDP (put option), cujo preço se encontra indexado ao valor das acções EDP, como modo de alinhar de forma inequívoca os seus interesses com os da EDP.

A quantidade de acções da EDP a entregar à Cajastur será calculada com base na média ponderada do preço de mercado das acções da EDP durante os seis meses anteriores a 28 de Julho de 2004 (2,29 euros por acção), ajustada em função do efeito técnico de diluição resultante do aumento de capital.

O Conselho de Administração da EDP solicitou ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação para Outubro de 2004 de uma Assembleia Geral de accionistas, com o objectivo de aprovar a alteração do contrato de sociedade, de modo a permitir a realização do referido aumento de capital por deliberação do órgão de administração da EDP, logo que seja aprovada a nova fase de reprivatização desta sociedade. O mencionado aumento de capital visa assegurar a disponibilidade de fundos para a realização desta operação sem afectar a solidez do Balanço do Grupo e salvaguardando a rentabilidade por acção no futuro. A EDP assegurou ainda que um conjunto de instituições financeiras composto pela Caixa Geral de Depósitos, Goldman Sachs, Millennium BCP, Morgan Stanley e UBS assume o compromisso de subscrever todas as acções que eventualmente não sejam subscritas pelos accionistas da sociedade.

A conclusão da operação de aquisição de acções da Hidrocontábrico pela EDP aos actuais accionistas daquela empresa encontra-se sujeita a determinadas condições suspensivas, incluindo a apreciação da operação em Assembleia Geral de accionistas da EDP, a obtenção de autorização pela Comissão Europeia quanto à respectiva conformidade com as regras comunitárias de concorrência e a não oposição por parte das autoridades Espanholas.

O reforço da parceria através da aquisição da Hidrocontábrico proporcionará a ambas as empresas a possibilidade de maximizar a flexibilidade de gestão e de otimizar a integração empresarial no plano ibérico, o que constitui um factor essencial para o sucesso da concretização da sua estratégia de negócio e para o posicionamento do Grupo como um dos principais agentes económicos no mercado ibérico. Tal será conseguido, nomeadamente, pela optimização do portfolio de activos de produção energética, assente na centralização do despacho e na expansão coordenada da capacidade, pela definição e execução de uma estratégia comercial comum para Portugal e Espanha e pela gestão integrada de um portfolio de activos de gás.

A EDP prevê que a conclusão desta operação permitirá ainda a concretização de medidas destinadas ao aproveitamento de importantes sinergias entre as empresas, que incluem, entre outras, reduções de custos pela adopção de estratégias comuns ao nível da produção e comercialização de energia, da gestão integrada da oferta de electricidade em mercado e da coordenação da actividade de aquisição de gás e outros combustíveis fósseis. Na globalidade, prevê-se que as referidas sinergias ascendam a um valor anual de cerca de 30 milhões de euros, o qual será progressivo, mas integralmente alcançado a partir de 2007.

O acordo concluído com a Cajastur possibilitará ainda à Hidrocontábrico focalizar o seu negócio nas actividades estratégicas, prevendo-se, uma vez executada a presente transacção, um desinvestimento na área da televisão por cabo que poderá resultar numa mais-valia substancial.

EDP conclui Acordo Quadro tendente à Aquisição de Controlo da Fileira do Gás Natural em Portugal

Em 6 de Fevereiro de 2004, no contexto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003, de 10 de Maio, relativa à reestruturação do sector energético português, a EDP concluiu um acordo quadro com a Eni, S.p.A. (Eni), no qual se estabelecem as bases de entendimento alcançadas entre as partes quanto à junção das fileiras do gás e da electricidade, bem como em relação à estrutura final do capital da GDP, SGPS, S.A. (GDP), que se prevê venha a ser detido em 51% pela EDP e em 49% pela Eni. Contudo, durante um período transitório, a REN – Rede Eléctrica Nacional poderá vir a participar minoritariamente no capital da GDP, até à conclusão do processo de separação de activos regulados como a rede de alta pressão de gás natural. A entrada directa destas empresas no negócio do gás natural deverá ser realizada com base num valor de referência de 1 200 milhões de euros, atribuído à totalidade dos activos de gás (incluindo os activos regulados que venham a ser transferidos para a REN), actualmente detidos pelo grupo Galp Energia. A implementação da transacção pressupõe que a entrada directa da EDP no negócio do gás natural seja suportada pelo valor económico resultante da sua saída do capital da Galp Energia, no qual a EDP detém uma participação de 14,27%, não se prevendo, por este motivo, que a operação envolva qualquer necessidade de investimento adicional para a EDP. Estão em curso as negociações com a ENI, relativas aos contratos para a estruturação da operação e para a definição do governo societário da GDP, os quais deverão estar concluídos até ao final do corrente ano. A conclusão da transacção ficará, em qualquer caso, dependente de aprovação pelas autoridades de concorrência competentes.

EDP Esclarece o Mercado Sobre o Processo de Definição do Valor de Compensação dos CAEs

Em 5 de Março de 2004, a EDP informou o mercado e o público em geral que o processo para a definição do valor de compensação (CMEC – Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual) associado à eventual transição dos contractos de aquisição de energia (CAEs) para o sistema de mercado no âmbito do MIBEL se encontra ainda em curso, não estando, portanto, concluído.

Em 8 de Março de 2004, e por ter sido objecto de variados pedidos de esclarecimento perante as notícias publicadas relativas à cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAEs), a EDP reafirmou:

1. Não sendo parte dos trabalhos a decorrer em Bruxelas entre a Comissão Europeia e o Governo Português, a EDP desconhece totalmente eventuais progressos ou o conteúdo dos mesmos;
2. Que os investidores e o mercado em geral não devem basear decisões de investimento nos números divulgados, que a EDP considera totalmente infundados e cujo critério de cálculo não consegue reconstituir;
3. Que, conforme por diversas vezes tornou público, a EDP só formalizará a cessação antecipada dos CAEs desde que garantida uma situação alternativa economicamente neutra e equivalente, certificada por entidades independentes, acreditando que seja possível tal acontecer até ao final do corrente ano.

ANEXO - Actividade Grupo EDP por Segmentos de Negócio

Informação por segmentos de negócio - seis meses findos em 30 de Junho de 2004

(Valores em milhares de euros)

	Portugal		Espanha			Brasil		Telecomu- nicações	Tecnologias Informação	Serviços e Outros Ajustamentos	Grupo EDP
	Produção ^(a)	Distribuição + Comercialização	Produção	Distribuição + Comercialização	Gas ^(b)	Produção	Distribuição + Comercialização				
Volume de negócios											
Vendas de electricidade	678 224	1 745 221	110 949	124 056	9 286	13 506	462 576	-	-	(6 130)	3 137 688
Outras vendas	10 393	1 211	3 595	31 596	82 735	1 700	-	5 222	13 083	(22 346)	127 189
Prestações de serviços	36 030	11 800	843	8 533	7 677	3 766	31 908	160 596	77 940	(71 988)	267 105
	<u>724 647</u>	<u>1 758 232</u>	<u>115 387</u>	<u>164 185</u>	<u>99 698</u>	<u>18 972</u>	<u>494 484</u>	<u>165 818</u>	<u>91 023</u>	<u>(100 464)</u>	<u>3 531 982</u>
Custo das vendas											
Compras de electricidade	17 974	1 143 337	7 982	124 805	64 532	3 302	302 872	-	-	(43 035)	1 621 769
Custos com combustíveis	163 121	-	53 105	979	407	2 375	-	-	-	-	219 987
Outros materiais	1 430	53 407	2 480	6 180	2 853	48	4 041	4 495	11 549	(7 751)	78 732
	<u>182 525</u>	<u>1 196 744</u>	<u>63 567</u>	<u>131 964</u>	<u>67 792</u>	<u>5 725</u>	<u>306 913</u>	<u>4 495</u>	<u>11 549</u>	<u>(50 786)</u>	<u>1 920 488</u>
Margem bruta	<u>542 122</u>	<u>561 488</u>	<u>51 820</u>	<u>32 221</u>	<u>31 906</u>	<u>13 247</u>	<u>187 571</u>	<u>161 323</u>	<u>79 474</u>	<u>(49 678)</u>	<u>1 611 494</u>
Outros proveitos / (custos) operacionais											
Fornecimentos e serviços externos	(32 156)	(109 382)	(8 207)	(8 944)	(4 643)	(6 090)	(24 191)	(122 341)	(29 474)	43 384	(302 044)
Custos com o pessoal	(63 075)	(189 363)	(8 652)	(7 470)	(3 484)	(4 911)	(30 797)	(27 641)	(29 725)	35 963	(324 735)
Trabalhos p/ própria empresa	7 728	90 525	867	660	100	-	-	2	454	3 840	104 176
Outros proveitos / (custos) de exploração	2 073	(89 537)	(2 801)	2 679	629	(98)	(4 496)	1 455	878	(13 073)	(102 291)
	<u>(85 430)</u>	<u>(297 757)</u>	<u>(18 793)</u>	<u>(13 075)</u>	<u>(7 398)</u>	<u>(6 679)</u>	<u>(59 484)</u>	<u>(148 525)</u>	<u>(57 867)</u>	<u>70 114</u>	<u>(624 894)</u>
Resultados Operacionais Brutos	456 692	263 731	33 027	19 146	24 508	6 568	128 087	12 798	21 607	20 436	986 600
Amortizações do exercício	118 490	175 964	20 039	6 868	12 118	2 257	26 842	31 814	14 803	17 576	426 771
Compensação de amortizações	(115)	(36 909)	(68)	(322)	(248)	-	-	-	-	(313)	(37 975)
Provisões do exercício	5 719	23 277	72	264	34	-	8 249	1 737	228	6 657	46 237
Resultados Operacionais	<u>332 598</u>	<u>101 399</u>	<u>12 984</u>	<u>12 336</u>	<u>12 604</u>	<u>4 311</u>	<u>92 996</u>	<u>(20 753)</u>	<u>6 576</u>	<u>(3 484)</u>	<u>551 567</u>
Ganhos / (perdas) financeiros	(51 467)	(16 773)	(8 532)	(4 299)	(2 218)	(4 959)	(54 642)	(18 146)	(3 351)	29 703	(134 684)
(Amortização de investimentos financeiros)	-	-	(4 794)	(5 954)	(369)	(36)	-	(8 094)	(2 512)	(25 013)	(46 772)
Resultados correntes	<u>281 131</u>	<u>84 626</u>	<u>(342)</u>	<u>2 083</u>	<u>10 017</u>	<u>(684)</u>	<u>38 354</u>	<u>(46 993)</u>	<u>713</u>	<u>1 206</u>	<u>370 111</u>
Ganhos / (perdas) extraordinários	1 780	3 114	120	251	73	(19)	(4 716)	(424)	(825)	(19 429)	(20 075)
Resultados antes imposto	<u>282 911</u>	<u>87 740</u>	<u>(222)</u>	<u>2 334</u>	<u>10 090</u>	<u>(703)</u>	<u>33 638</u>	<u>(47 417)</u>	<u>(112)</u>	<u>(18 223)</u>	<u>350 036</u>
Impostos sobre lucros	83 864	61 222	807	1 125	3 229	1 016	12 898	5 916	1 818	(68 503)	103 392
Interesses minoritários	(1)	-	185	(59)	3 403	-	(1 657)	(23 445)	1	(6 635)	(28 208)
Resultado líquido	<u><u>199 048</u></u>	<u><u>26 518</u></u>	<u><u>(1 214)</u></u>	<u><u>1 268</u></u>	<u><u>3 458</u></u>	<u><u>(1 719)</u></u>	<u><u>22 397</u></u>	<u><u>(29 888)</u></u>	<u><u>(1 931)</u></u>	<u><u>56 915</u></u>	<u><u>274 852</u></u>
Outras informações:											
Imobilizado corpóreo	4 380 103	4 491 895	728 512	219 314	158 529	334 846	637 558	221 988	90 877	442 431	11 706 053
Imobilizado incorpóreo	5 897	917	1 129	2 428	(8 331)	1 055	35 396	168 987	7 580	718 657	933 715
Activo corrente	796 583	768 254	66 180	45 608	43 680	48 676	568 972	207 573	113 558	(208 204)	2 450 880
Capitais próprios	4 014 261	1 546 700	381 994	183 123	115 274	114 241	420 659	(187 359)	52 743	(1 277 415)	5 364 221
Passivo corrente	817 255	2 854 054	136 124	89 047	26 762	164 254	492 056	852 132	117 568	(643 359)	4 905 893
CAPEX	131 319	124 410	35 479	6 169	9 127	86 333	27 632	13 541	7 344	5 712	447 064

(a) A produção de electricidade inclui as renováveis

(b) A actividade comercial do segmento Gas está incluída na distribuição e comercialização

(Página intencionalmente deixada em branco)

**IV. ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS
EXIGIDOS PELO PLANO OFICIAL
DE CONTABILIDADE (POC)**

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Balanco Consolidado em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2004			2003		
	Activo	Amortizações	Activo	Activo	Amortizações	Activo
	Bruto	e Provisões	Líquido	Bruto	e Provisões	Líquido
ACTIVO						
IMOBILIZADO						
Imobilizado Incorpóreo						
Despesas de instalação	85 455	66 210	19 245	85 157	64 855	20 302
Despesas de investigação e desenvolvimento	98 129	51 048	47 081	103 302	44 606	58 696
Propriedade industrial e outros direitos	176 776	28 550	148 226	158 057	32 377	125 680
Imobilizações em curso	13 148	-	13 148	21 944	-	21 944
Trespases	40 209	17 137	23 072	40 209	14 570	25 639
Direitos de concessão	835 583	152 640	682 943	835 366	137 445	697 921
Diferenças de consolidação (Goodwill)	1 022 783	148 934	873 849	1 005 363	105 849	899 514
	2 272 083	464 519	1 807 564	2 249 398	399 702	1 849 696
Imobilizado Corpóreo						
Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	240 607	232 832	7 775	240 607	231 528	9 079
Terrenos e recursos naturais	128 051	-	128 051	128 169	-	128 169
Edifícios e outras construções	393 047	168 390	224 657	410 982	166 403	244 579
Equipamento básico	24 180 202	14 229 781	9 950 421	23 790 703	13 911 573	9 879 130
Equipamento de transporte	74 845	56 242	18 603	75 761	54 532	21 229
Ferramentas e utensílios	5 837	4 644	1 193	5 554	4 418	1 136
Equipamento administrativo	351 661	190 528	161 133	338 696	175 692	163 004
Outras imobilizações corpóreas	36 243	5 836	30 407	22 393	4 422	17 971
Imobilizações em curso	1 183 813	-	1 183 813	1 187 302	-	1 187 302
	26 594 306	14 888 253	11 706 053	26 200 167	14 548 568	11 651 599
Investimentos Financeiros						
Partes de capital em empresas do Grupo	65	-	65	1 305	-	1 305
Partes de capital em empresas associadas	431 527	-	431 527	441 449	4	441 445
Partes de capital em outras empresas participadas	1 485 225	265 158	1 220 067	1 351 958	285 786	1 066 172
Títulos e outras aplicações financeiras	50 897	1 376	49 521	75 608	1 746	73 862
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-
	1 967 714	266 534	1 701 180	1 870 320	287 536	1 582 784
CIRCULANTE						
Existências						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	117 889	-	117 889	134 945	-	134 945
Produtos e trabalhos em curso	6 805	10	6 795	6 206	-	6 206
Mercadorias	19 332	-	19 332	18 085	-	18 085
	144 026	10	144 016	159 236	-	159 236
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo						
Clientes - Autarquias - Dívida a 31/12/88	198 751	88 228	110 523	187 119	101 322	85 797
Outros devedores	474 660	7 542	467 118	350 045	-	350 045
	673 411	95 770	577 641	537 164	101 322	435 842
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo						
Clientes conta corrente	1 029 151	-	1 029 151	1 015 751	-	1 015 751
Clientes - títulos a receber	1	-	1	46	-	46
Clientes de cobrança duvidosa	191 977	189 313	2 664	188 689	181 615	7 074
Estado e outros entes públicos	104 459	-	104 459	179 775	-	179 775
Outros devedores	313 623	10 646	302 977	258 950	9 335	249 615
	1 639 211	199 959	1 439 252	1 643 211	190 950	1 452 261
Títulos Negociáveis						
Títulos negociáveis	56 376	-	56 376	56 291	-	56 291
Outras aplicações de tesouraria	32 745	6	32 739	87 668	6	87 662
	89 121	6	89 115	143 959	6	143 953
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos bancários	111 529	-	111 529	123 168	-	123 168
Caixa	2 889	-	2 889	20 375	-	20 375
	114 418	-	114 418	143 543	-	143 543
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de proveitos	367 385	-	367 385	347 313	-	347 313
Custos diferidos	296 693	-	296 693	275 104	-	275 104
Impostos diferidos	546 683	-	546 683	609 338	-	609 338
	1 210 761	-	1 210 761	1 231 755	-	1 231 755
Total de Amortizações		15 352 772			14 948 270	
Total de Provisões		562 279			579 814	
TOTAL	34 705 051	15 915 051	18 790 000	34 178 753	15 528 084	18 650 669

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital social	3 000 000	3 000 000
Acções próprias	(24 349)	(21 431)
Prémios de emissão de acções	(31 228)	(27 589)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	-	-
Reservas:		
- Reservas legais	345 446	326 391
- Reservas livres	12 830	12 830
- Outras reservas	(675 294)	(1 078 371)
Diferenças de conversão cambial	(585 452)	(572 500)
Ajustamentos patrimoniais	160 389	10 756
Resultados transitados	2 887 027	3 266 812
	<u>5 089 369</u>	<u>4 916 898</u>
Resultado líquido do exercício	274 852	381 109
Total do Capital Próprio	<u>5 364 221</u>	<u>5 298 007</u>
Interesses Minoritários de Resultados	149 993	(44 364)
Interesses Minoritários de Reservas	83 843	280 849
Total dos Interesses Minoritários	<u>233 836</u>	<u>236 485</u>
Correcção de hidraulicidade	375 201	387 506
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos	804 818	819 574
	<u>804 818</u>	<u>819 574</u>
Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:		
Empréstimos por obrigações - não convertíveis	3 513 451	3 524 332
Outros empréstimos	2 297 415	2 389 247
Outros credores	595 109	542 942
	<u>6 405 975</u>	<u>6 456 521</u>
Dividas a Terceiros - Curto Prazo:		
Empréstimos por obrigações - não convertíveis	55 475	55 721
Outros empréstimos	1 593 591	1 523 409
Fornecedores conta corrente	643 475	678 741
Fornecedores de imobilizado	59 861	103 885
Outros accionistas	27 888	10 541
Estado e outros entes públicos	204 634	269 103
Outros credores	187 392	176 721
	<u>2 772 316</u>	<u>2 818 121</u>
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de custos	380 376	236 534
Proveitos diferidos	1 921 031	1 781 865
Impostos diferidos	532 226	616 056
	<u>2 833 633</u>	<u>2 634 455</u>
Total do Passivo	<u>12 816 742</u>	<u>12 728 671</u>
Total do Capital Próprio e de Interesses Minoritários	<u>5 973 258</u>	<u>5 921 998</u>
TOTAL	<u><u>18 790 000</u></u>	<u><u>18 650 669</u></u>

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

O DIRECTOR DE CONSOLIDAÇÃO
E CONTROLO DE GESTÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Demonstração de Resultados Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 e 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2004		2003	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1 920 487		1 841 065
Fornecimentos e serviços externos		302 044		310 239
Custos com o pessoal:				
Remunerações	207 926		220 632	
Encargos sociais	116 809		124 641	
Outros	-	324 735	-	345 273
		2 547 266		2 496 577
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	388 797		408 346	
Provisões	46 237	435 034	62 523	470 869
		2 982 300		2 967 446
Impostos	9 752		4 465	
Outros custos e perdas operacionais	100 535	110 287	93 091	97 556
(A)		3 092 587		3 065 002
Custos e perdas financeiras	327 831		328 960	
Amortizações de investimentos financeiros	46 773	374 604	48 682	377 642
(C)		3 467 191		3 442 644
Custos e perdas extraordinárias		52 457		34 494
(E)		3 519 648		3 477 138
Imposto sobre o rendimento do exercício		103 392		110 640
(G)		3 623 040		3 587 778
Interesses minoritários		(28 208)		(8 997)
Resultado consolidado líquido do exercício		274 852		182 044
		3 869 684		3 760 825
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas	3 264 877		3 146 515	
Prestações de serviços	267 105	3 531 982	199 176	3 345 691
Trabalhos para a própria empresa	104 176		116 660	
Proveitos suplementares	4 439		2 033	
Outros proveitos e ganhos operacionais	3 557	112 172	7 457	126 150
(B)		3 644 154		3 471 841
Proveitos e ganhos financeiros		193 148		195 111
(D)		3 837 302		3 666 952
Proveitos e ganhos extraordinários		32 382		93 873
(F)		3 869 684		3 760 825
Resultados operacionais	(B) - (A)	551 567		406 839
Resultados financeiros	(D) - B) - (C) - A)	(181 456)		(182 531)
Resultados correntes	(D) - (C)	370 111		224 308
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	350 036		283 687
Resultados consolidados e interesses minoritários	(F) - (G)	274 852		182 044

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Balanço Individual em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2004			2003		
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido
ACTIVO						
IMOBILIZADO						
Imobilizado Incorpóreo						
Despesas de instalação	7 085	5 936	1 149	7 085	5 228	1 857
Despesas de investigação e desenvolvimento	15 193	7 987	7 206	15 193	6 714	8 479
Propriedade industrial e outros direitos	50	15	35	50	11	39
Imobilizações em curso	3 310	-	3 310	3 277	-	3 277
	25 638	13 938	11 700	25 605	11 953	13 652
Imobilizado Corpóreo						
Terrenos e recursos naturais	55 838	-	55 838	55 838	-	55 838
Edifícios e outras construções	66 355	31 707	34 648	81 413	31 929	49 484
Equipamento de transporte	1 895	895	1 000	2 032	884	1 148
Ferramentas e utensílios	85	58	27	74	52	22
Equipamento administrativo	60 905	54 041	6 864	59 437	52 826	6 611
Outras imobilizações corpóreas	13 545	840	12 705	23	6	17
Imobilizações em curso	8 438	-	8 438	4 427	-	4 427
	207 061	87 541	119 520	203 244	85 697	117 547
Investimentos Financeiros						
Partes de capital em empresas do grupo	5 608 968	3 698	5 605 270	5 598 313	948	5 597 365
Partes de capital em empresas associadas	998 659	-	998 659	998 617	-	998 617
Títulos e outras aplicações financeiras	317 091	-	317 091	599 284	-	599 284
	6 924 718	3 698	6 921 020	7 196 214	948	7 195 266
Direitos de concessão	242 831	53 001	189 830	242 831	49 127	193 704
Diferenças de consolidação (Goodwill)	118 082	12 093	105 989	115 915	9 177	106 738
	360 913	65 094	295 819	358 746	58 304	300 442
	7 285 631	68 792	7 216 839	7 554 960	59 252	7 495 708
CIRCULANTE						
Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo						
Empresas do grupo	3 529 665	-	3 529 665	2 431 644	-	2 431 644
Empresas participadas	3 090	-	3 090	90	-	90
Empresas participadas	3	-	3	2	-	2
	3 532 758	-	3 532 758	2 431 736	-	2 431 736
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo						
Cientes conta corrente	3 280	-	3 280	4 171	-	4 171
Cientes de cobrança duvidosa	10 917	10 917	-	9 119	9 119	-
Empresas do grupo	9 026	-	9 026	842 244	-	842 244
Empresas participadas e participantes	1 961	-	1 961	-	-	-
Estado e outros entes públicos	16 871	-	16 871	206 597	-	206 597
Outros devedores	568 696	-	568 696	644 054	-	644 054
	610 751	10 917	599 834	1 706 185	9 119	1 697 066
Títulos Negociáveis						
Títulos negociáveis	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações de tesouraria	15 841	-	15 841	85 641	-	85 641
	15 841	-	15 841	85 641	-	85 641
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos bancários	5 710	-	5 710	8 332	-	8 332
Caixa	5	-	5	-	-	-
	5 715	-	5 715	8 332	-	8 332
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de proveitos	284 005	-	284 005	296 988	-	296 988
Custos diferidos	149 182	-	149 182	135 853	-	135 853
Impostos diferidos	284 231	-	284 231	336 924	-	336 924
	717 418	-	717 418	769 765	-	769 765
Total de Amortizações		166 573			155 954	
Total de Provisões		14 615			10 067	
TOTAL	12 400 813	181 188	12 219 625	12 785 468	166 021	12 619 447

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Balanço Individual em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital social	3 000 000	3 000 000
Acções próprias	(24 349)	(21 431)
Prémios de emissão de acções	(31 228)	(27 589)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	-	-
Reservas:		
- Reservas legais	345 446	326 391
- Reservas livres	12 830	-
- Outras reservas	(894 690)	1 003 566
Diferenças de conversão cambial	(585 452)	(572 500)
Resultados transitados	3 266 812	1 208 461
	<u>5 089 369</u>	<u>4 916 898</u>
Resultado líquido do exercício	274 852	381 109
Total do Capital Próprio	<u>5 364 221</u>	<u>5 298 007</u>
Correcção de hidraulicidade	375 201	387 506
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos	226 356	383 608
	<u>226 356</u>	<u>383 608</u>
Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:		
Empréstimos por obrigações - não convertíveis	2 466 323	2 476 551
Outros empréstimos	692 133	631 021
Outros Credores	315 564	315 646
	<u>3 474 020</u>	<u>3 423 218</u>
Dividas a Terceiros - Curto Prazo:		
Empréstimos por obrigações - não convertíveis	9 975	10 221
Outros empréstimos	2 168 655	2 266 711
Fornecedores conta corrente	6 346	40 924
Fornecedores de imobilizado	606	839
Estado e outros entes públicos	95 479	59 844
Outros credores	857	164 858
	<u>2 281 918</u>	<u>2 543 397</u>
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de custos	114 200	100 204
Proveitos diferidos	6 742	8 668
Impostos diferidos	376 967	474 839
	<u>497 909</u>	<u>583 711</u>
Total do Passivo	<u>6 480 203</u>	<u>6 933 934</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>12 219 625</u>	<u>12 619 447</u>

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

O DIRECTOR DE CONSOLIDAÇÃO
E CONTROLO DE GESTÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Demonstração dos Resultados Individuais para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 e 2003

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2004		2003	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-		-
Fornecimentos e serviços externos		35 809		22 659
Custos com o pessoal:				
Remunerações	1 760		1 200	
Encargos sociais	669		1 096	
Outros	-	2 429	-	2 296
		<u>38 238</u>		<u>24 955</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	4 464		3 685	
Provisões	5 244	9 708	286	3 971
		<u>47 946</u>		<u>28 926</u>
Impostos	2 579		1 334	
Outros custos e perdas operacionais	508	3 087	278	1 612
(A)		<u>51 033</u>		<u>30 538</u>
Custos e perdas financeiras	271 825		350 396	
Amortizações de investimentos financeiros	6 790	278 615	6 770	357 166
(C)		<u>329 648</u>		<u>387 704</u>
Custos e perdas extraordinárias		4 039		19 230
(E)		<u>333 687</u>		<u>406 934</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício		(92 628)		15 303
(G)		<u>241 059</u>		<u>422 237</u>
Resultado líquido do exercício		274 852		182 044
		<u>515 911</u>		<u>604 281</u>
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas		-		-
Prestações de serviços	12 194	12 194	4 987	4 987
Trabalhos para a própria empresa		-		-
Proveitos suplementares	83		474	
Outros proveitos e ganhos operacionais	5	88	5	479
(B)		<u>12 282</u>		<u>5 466</u>
Proveitos e ganhos financeiros		464 619		521 680
(D)		<u>476 901</u>		<u>527 146</u>
Proveitos e ganhos extraordinários		39 010		77 135
(F)		<u>515 911</u>		<u>604 281</u>
Resultados operacionais	(B) - (A)	(38 751)		(25 072)
Resultados financeiros	(D) - (B) - (C) - A)	186 004		164 514
Resultados correntes	(D) - (C)	147 253		139 442
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	182 224		197 347
Resultado líquido do exercício	(F) - (G)	274 852		182 044

(Página intencionalmente deixada em branco)

**V DOCUMENTOS DO AUDITOR
REGISTADO NA CMVM E
DOS AUDITORES EXTERNOS**

(Página intencionalmente deixada em branco)

Relatório de Revisão Limitada

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos
Accionistas da
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

- 1 Efectuámos a revisão limitada às Demonstrações financeiras consolidadas da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., que compreendem o Balanço consolidado em 30 de Junho de 2004, a Demonstração consolidada dos resultados e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas Demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. A nossa responsabilidade é a de emitir um relatório sobre essas Demonstrações financeiras consolidadas baseado na nossa revisão limitada.
- 2 O nosso trabalho foi conduzido nos termos recomendados pelas Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis a revisões limitadas. Estas normas exigem que planeemos e executemos a revisão por forma a obtermos segurança moderada sobre se as referidas Demonstrações financeiras consolidadas estão ou não isentas de distorções materialmente relevantes.
3. Uma revisão limitada consiste, essencialmente em indagações ao pessoal da sociedade e revisão analítica das Demonstrações financeiras consolidadas. O seu âmbito é, portanto, substancialmente menor do que um exame efectuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, cujo objectivo consiste em expressar uma opinião sobre as Demonstrações financeiras consolidadas. Desta forma, não emitiremos tal opinião.
- 4 Em resultado da nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as referidas Demonstrações financeiras consolidadas não se encontram apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados pela antecipação da aplicação das normas internacionais de contabilidade IAS 19, IAS 32, IAS 36 e IAS 39, conforme referido nas notas 2, 35 e 36.

Lisboa, 6 de Setembro de 2004

CONTAS INDIVIDUAIS

Aos
Accionistas da
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

- 1 Efectuámos a revisão limitada às Demonstrações financeiras da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., que compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2004, a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas Demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. A nossa responsabilidade é a de emitir um relatório sobre essas Demonstrações financeiras baseado na nossa revisão limitada.
- 2 O nosso trabalho foi conduzido nos termos recomendados pelas Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis a revisões limitadas. Estas normas exigem que planeemos e executemos a revisão por forma a obtermos segurança moderada sobre se as referidas Demonstrações financeiras estão ou não isentas de distorções materialmente relevantes.
3. Uma revisão limitada consiste, essencialmente em indagações ao pessoal da sociedade e revisão analítica das Demonstrações financeiras. O seu âmbito é, portanto, substancialmente menor do que um exame efectuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, cujo objectivo consiste em expressar uma opinião sobre as Demonstrações financeiras. Desta forma, não emitiremos tal opinião.
- 4 Em resultado da nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as referidas Demonstrações financeiras não se encontram apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados pela antecipação da aplicação das normas internacionais de contabilidade IAS 19, IAS 32, IAS 36 e IAS 39, conforme referido nas notas 2, 35 e 36.

Lisboa, 6 de Setembro de 2004

**Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM
sobre a Informação Semestral Consolidada**

INTRODUÇÃO

- 1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004, da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 18.790.000 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 233.836 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.364.221 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 274.852 milhares de euros), na Demonstração consolidada dos resultados e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações;
 - (b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado e
 - (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - (iv) a apresentação da informação financeira e
 - (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita;
- 6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

PARECER

- 8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados pela antecipação da aplicação das normas internacionais de contabilidade IAS 19, IAS 32, IAS 36 e IAS 39, conforme referido nas notas 2, 35 e 36, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 6 de Setembro de 2004

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
(inscrita na CVM sob o n.º 219)
Representada por Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

(Extraído do Relatório de Revisão Limitada original, devidamente assinado e emitido em papel timbrado da Sociedade)

**Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM
sobre a Informação Semestral**

INTRODUÇÃO

- 1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004, da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 12.219.625 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.364.221 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 274.852 milhares de euros), na Demonstração dos resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - (a) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - (b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - (c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado e
 - (d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - (iv) a apresentação da informação financeira e
 - (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os
- 7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

PARECER

- 8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados pela antecipação da aplicação das normas internacionais de contabilidade IAS 19, IAS 32, IAS 36 e IAS 39, conforme referido nas notas 2, 35 e 36, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 6 de Setembro de 2004

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
(inscrita na CVM sob o n.º 219)
Representada por Carlos Marques Bernardes, R.O.C.